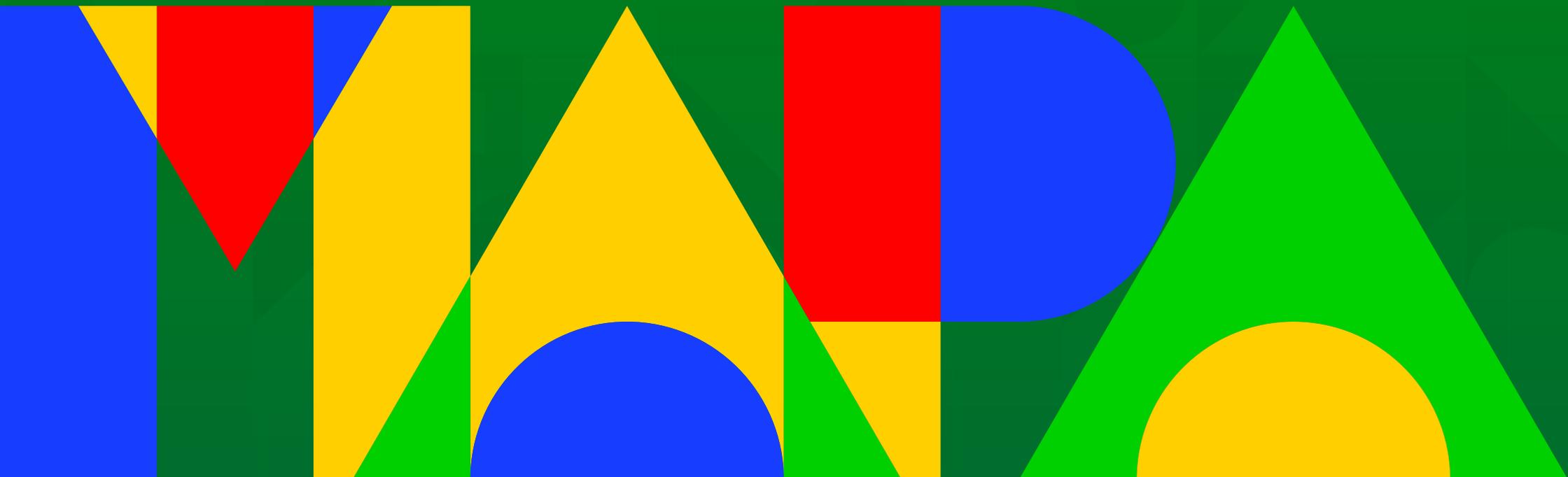


RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2023

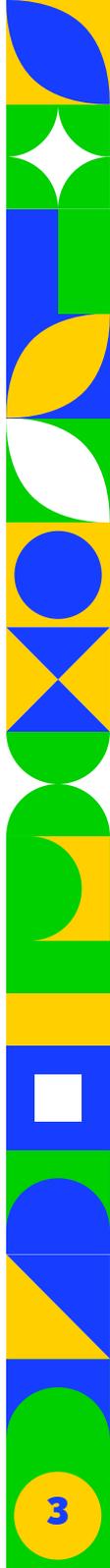


Ministério da Agricultura e Pecuária
Secretaria Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2023

Brasília
MAPA
2024



Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

1ª edição. Ano 2024

Publicação Digital

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA

Coordenação Geral de Governança Institucional

e Monitoramento da Gestão - CGGI

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - andar, Sala 114

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-3330

e-mail: cggi.mapa@agro.gov.br

Ministro - Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Secretário - Irajá Rezende de Lacerda

Secretário-Adjunto - Cleber Oliveira Soares

Secretaria de Política Agrícola (SPA) - Neri Geller

Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) - Carlos Goulart

Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável,

Irrigação e Cooperativismo (SDI) - Renata Bueno Miranda

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

(SCRI) - Roberto Serroni Perosa.

Coordenação Editorial – Assessoria Especial de Comunicação Social (AECS)

Equipe técnica: Fernando Magalhães Soares Pinto (SPOA), Carolina Souto Carballido (AECI), Luis Fernando Magnani de Oliveira (CGPLAN), Lucia Aída Assis de Lima (CGOF), Otto Cavalcante Medina (CGGI), Iran de Almeida Nunes (CGGI), Reynaldo Leone Durães de Jesus (CGGI), Laís Cristina Chaves de Lima (CGGI), Mariana Guedes Ariza (CGGI), Danielle Marques Andrade (CGGI) e Naim José Pereira da Silva (CGGI).

Coordenação: Subsecretaria de Orçamento,
Planejamento e Administração – SPOA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI)

Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária.

Relatório de gestão : exercício 2023 / Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – Brasília, DF : MAPA/SE/SPOA, 2024.

114 p. il. color.

ISBN 978-85-7991-233-7

1. Administração Pública. 2. Relatório Anual. 3. Agronegócio. 4. Desenvolvimento Agropecuário. 4. Governança. 5. Planejamento Estratégico. I. Secretaria Executiva. II. Título

AGRIS D10

Bibliotecária: Layla Alexandrina Barboza dos Santos - CRB1 - 3447

Sumário

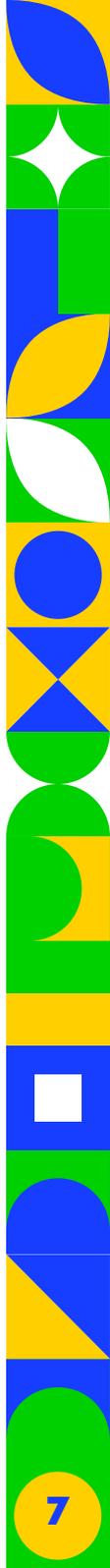
1. MENSAGEM DO MINISTRO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, CARLOS FÁVARO	7
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	10
O Ministério da Agricultura e Pecuária	10
Temas do Relatório de Gestão	11
Identificação do MAPA, Estrutura Organizacional e de Governança	11
Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura e Pecuária	13
Cadeia de Valor	14
Modelo de Negócio	15
Plano Plurianual	16
Planos Setoriais, Políticas Nacionais e sua vinculação com o PPA	17
Relação com o Ambiente Externo	18
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	20
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	21
Visão de futuro e estratégia de atuação	21
Aderência do Plano Estratégico a outros planos do Governo	24
Objetivos Estratégicos, Indicadores, Responsáveis, Metas e Resultados em 2023	25
Iniciativas Estratégicas, Responsáveis, Metas e Resultados em 2023	57
Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação do MAPA em 2023	80
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	104
Contabilidade	110

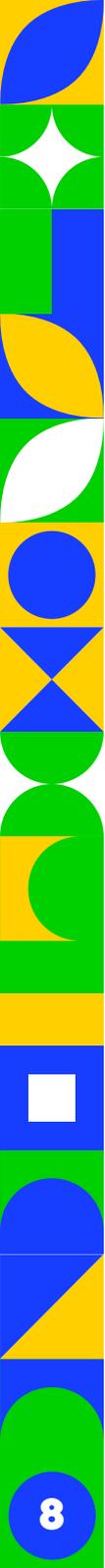
1. MENSAGEM DO MINISTRO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, CARLOS FÁVARO

O ano de 2023 foi marcado pelas oportunidades no agronegócio brasileiro. O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) trabalhou sem medir esforços para fortalecer o setor e ampliar as perspectivas dos produtores, com foco na sustentabilidade, inovação, competitividade e contemporaneidade da gestão para o setor.

O resultado não poderia ser outro, impulsionamos a economia do país. A agropecuária brasileira cresceu 15,1% em 2023, a maior alta entre as atividades econômicas refletiu diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que aumentou 2,9% em relação ao ano anterior, segundo o IBGE. O crescimento anual do setor agropecuário foi o maior da série histórica da pesquisa, que teve início em 1995. Nunca crescemos tanto. Essa alta decorreu, principalmente, do crescimento da produção e do ganho de produtividade da atividade agrícola.

Tivemos o lançamento do maior Plano Safra da história, que se destacou por suas taxas de juros reduzidas e pelo incentivo às boas práticas, com a concessão de benefícios para produtores que adotam métodos sustentáveis. No total, foram disponibilizados quase R\$ 365 bilhões





em crédito rural para a agricultura empresarial, um aumento de 26,8% em relação ao anterior.

O Plano Safra 23/24 também trouxe o aumento do limite de renda bruta para o enquadramento dos médios produtores no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, o Pronamp, e a redução de juros para modernização da frota agrícola. Na atual safra, já foram aplicados R\$ 214 bilhões de julho a dezembro, que correspondem a mais de 59% dos recursos disponibilizados.

Pensando ainda em ampliar as possibilidades de crédito para os produtores brasileiros e fortalecer a segurança e a competitividade do setor, o MAPA articulou para o Governo Federal implementar ações como uma linha dolarizada pelo BNDES. De maio a dezembro, foram disponibilizados mais de R\$ 3 bilhões em cerca de 2 mil operações.

Fortalecendo laços no exterior, as exportações do agronegócio brasileiro atingiram um recorde de US\$ 167 bilhões, representando um aumento de cerca de 5% em relação a 2022. Com 49%, o setor foi responsável por quase metade de todas as exportações brasileiras em 2023. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelos setores do complexo soja, complexo sucroenergético e cereais, farinhas e preparações. A Ásia foi o principal destino das exportações, seguida pela União Europeia.

Com as novas negociações bilaterais e o reconhecimento internacional da qualidade e do controle sanitário e fitossanitário dos produtos nacionais, o Brasil, em 2023, abriu 78 novos mercados em 39 países, distribuídos pelos cinco continentes. O cenário é de novas oportunidades para produtores do agronegócio brasileiro exportarem dezenas de produtos e acessar oportunidades até então inéditas, gerando renda e emprego em todo o país.

Entre os destaques, está a exportação de carnes bovinas e suínas para o México, aguardada há 20 anos, e o mercado de algodão brasileiro

para o Egito, reconhecido internacionalmente. Também ocorreram aberturas em setores menores, que encontraram a oportunidade de ampliar suas atividades.

Também foi adotado pelo país o sistema de *"pre-listing"* com o Chile e o Reino Unido para o comércio de carnes, simplificando a habilitação de frigoríficos para exportação e refletindo a confiança no controle sanitário brasileiro.

O Brasil está se destacando cada vez mais no cenário global pela diversidade e competitividade de seu agronegócio, que é resultado de investimentos em pesquisa, tecnologia, infraestrutura e sustentabilidade. A defesa agropecuária é uma dessas engrenagens, defendendo o setor de doenças e pragas, garantindo a qualidade e a conformidade técnica dos produtos importados, exportados e produzidos para consumo interno.

O MAPA agiu de forma proativa diante da infecção pelo vírus da Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), também conhecida como gripe aviária, em aves silvestres migratórias em maio de 2023. Adotou medidas como a declaração de emergência zoossanitária nacional e alocou R\$ 200 milhões para prevenção e controle do vírus. Mantemos o status "livre de IAAP" em aves de produção comercial.

Além disso, em 2023, o Brasil continuou na meta de ter o país livre de febre aftosa sem vacinação. Vários estados realizaram sua última vacinação no ano e buscam reconhecimento internacional perante a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Os setes estados que não precisarão mais vacinar seu rebanho bovino e bubalino representa cerca de 48% do número nacional, reduzindo custos para os produtores e abrindo oportunidades para investimentos. Isso impulsiona as exportações para mercados que remuneram melhor.

No âmbito da consolidação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), o Brasil alcançou a integração

de oito estados, além de 25 consórcios públicos municipais que abrangem 485 municípios. Dessa forma, 2023 foi o ano que obteve o maior número de entes integrados ao sistema desde a implementação da política, em 2009.

No setor de produtos vegetais, o MAPA implementou a certificação oficial do algodão brasileiro, para aumentar sua competitividade internacional. A expectativa é aumentar a participação do Brasil no mercado asiático, para ser o maior exportador mundial de pluma até 2027.

Diante das sucessivas safras recordes, uma ação do MAPA para melhorar o escoamento da produção foi a recuperação de estradas vicinais. Em 2023, iniciaram obras em cerca de 600 municípios brasileiros, com um investimento superior a R\$ 951 milhões. A melhoria das estradas também beneficia o deslocamento da população rural aos serviços de educação e saúde nos municípios.

Os investimentos do Governo Federal só cresceram. No Novo PAC, a Embrapa foi contemplada com R\$ 983,4 milhões para investimentos em 4 anos, que irão promover competitividade científica e tecnológica do agro brasileiro. Todas as 43 Unidades Descentralizadas serão contempladas, com o foco nas regiões Norte e Nordeste, para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).

Entre as políticas fomentadas, vem sendo trabalhadas ações para diminuir a dependência externa do Brasil em fertilizantes e alcançar a autonomia tecnológica no setor. As ações desenvolvidas em 2023 fizeram com que a produção nacional de fertilizantes aumentasse em mais de 6%. A meta é aumentar a capacidade brasileira para a produção de fertilizantes em 18% até 2026.

Não podemos deixar de ressaltar que o ano de 2023 no MAPA foi notavelmente marcado pelo incentivo à inovação. Fomentamos ações de conectividade e iniciativas que buscam políticas voltadas

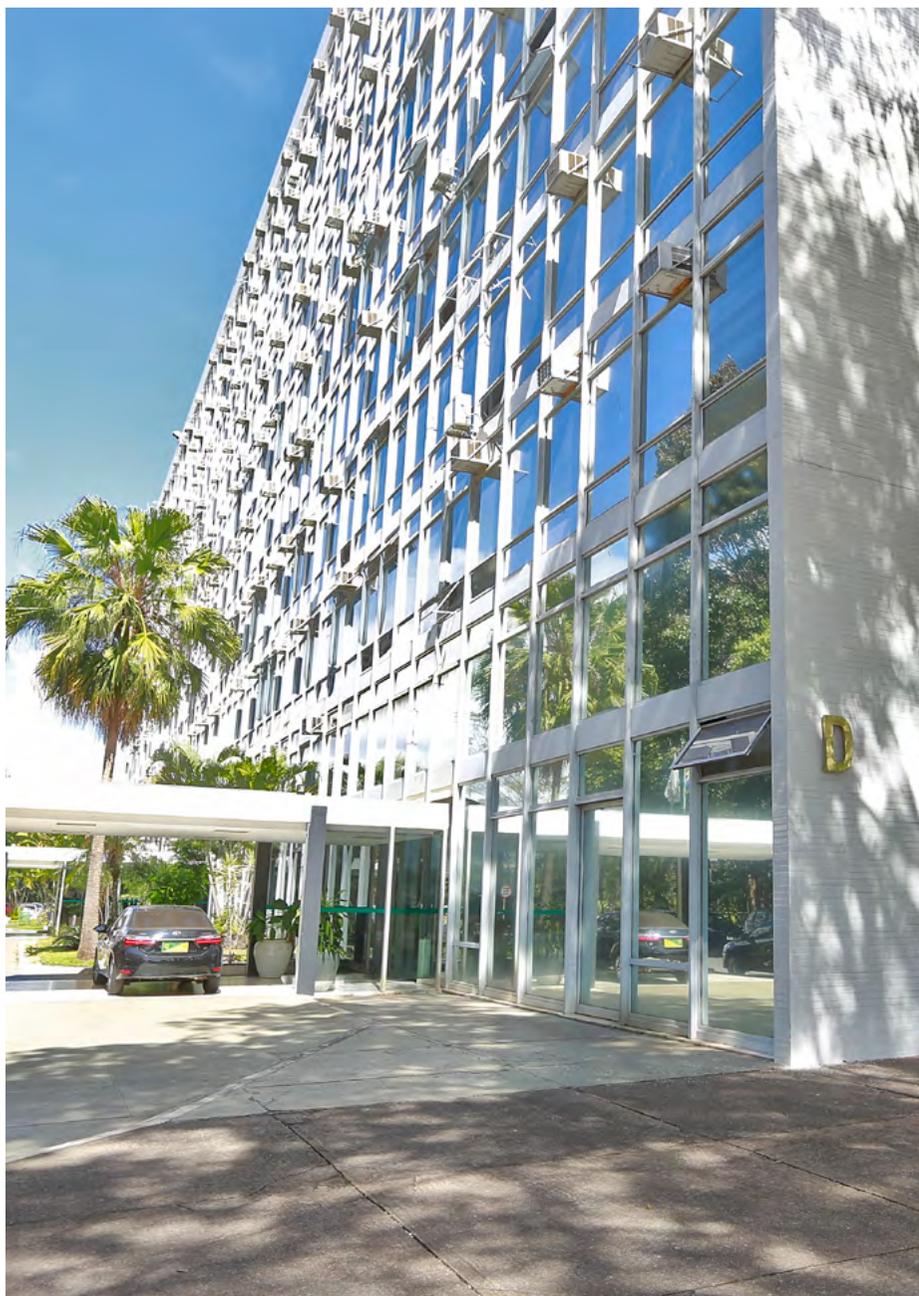
à promoção da sustentabilidade, como os estímulos à agricultura de baixo carbono e ao crescimento do mercado de bioinsumos. Isso tudo sem deixar de lado a atenção nas mudanças do clima.

Nessa linha, foi instituído o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis, considerado o maior programa de produção sustentável de alimentos do mundo. O foco é na produção com rastreabilidade e sustentabilidade, sem prejudicar as florestas. É produzir mais sem derrubar nenhuma árvore. A meta é converter até 40 milhões de hectares de terras degradadas em áreas agricultáveis ao longo de dez anos, com um investimento previsto de US\$ 120 bilhões.

Além disso, foram criados os programas Nordeste + Sustentável e Amazônia + Sustentável para melhorar os sistemas produtivos, contribuindo para uma agricultura com boas práticas. Essas iniciativas representam uma política inovadora do Governo Federal para o desenvolvimento regional, com ênfase no uso sustentável dos recursos naturais, visando gerar empregos, renda e reduzir as desigualdades sociais.

Este Relatório de Gestão garante acesso aos mais diversos projetos desenvolvidos pelo MAPA, dá transparência para que a sociedade possa acompanhar o trabalho que vem sendo desenvolvido e colabora para novas participações de produtores, consumidores e gestores na construção das políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da nossa agropecuária.

O ano de 2023 foi de reconstrução. Avançamos com a força do trabalho de cada um dos colaboradores do MAPA. Unidos cresceremos cada vez mais. O trabalho continua.



2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério da Agricultura e Pecuária

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) é o órgão da Administração Pública Federal responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Temas do Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão é a peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício. Seu objetivo principal é oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Unidade Prestadora de Contas - UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazo, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos. Os tópicos que compõem este Relatório estão alinhados com a Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, do Tribunal de Contas da União, a qual elenca os temas a serem abordados pela organização. Essa Decisão Normativa utiliza o modelo da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI) desenvolvido pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (International Integrated Reporting Council - IIRC), que promove uma abordagem mais clara e eficiente no processo de elaboração do Relatório de Gestão. O processo de construção do Relatório de Gestão é baseado ainda nas normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, do Tribunal de Contas da União.

Identificação do MAPA, Estrutura Organizacional e de Governança

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA em 2023 contava com uma estrutura de quatro Secretarias Singulares, vinte e sete Superintendências Federais de Agricultura nos estados, uma rede de seis laboratórios, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que, ao todo, abrigam cerca de 6.362 servidores ativos espalhados por todo o Brasil. Como entidade vinculada à sua estrutura, também faz parte do Ministério a empresa pública Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O quadro a seguir traz a identificação detalhada da UPC, incluindo, ainda, os contatos do Ministério.

Quadro - Identificação detalhada do Ministério da Agricultura e Pecuária

Poder: Executivo	Órgão de Vinculação: Presidência da República	Código SIORG: 00026
Identificação de Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza Jurídica: Administração Direta	CNPJ: 00.396.895/0001-25	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	Código CNAE: 8411-6	
Código SIORG: 308793	Código LOA: 22000	Código SIAFI: 22000
Contatos		
Telefones/Fax: 61 3218-2000	Endereço eletrônico: ouvidoria@agro.gov.br	
Endereço postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco D - CEP - 70.043.900	https://www.gov.br/agricultura/pt-br	

Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Plano Estratégico do MAPA apresenta, de forma sintética, a Missão, a Visão de futuro e os Valores do Ministério, conforme o quadro abaixo:

Quadro - Missão, Visão de futuro e Valores

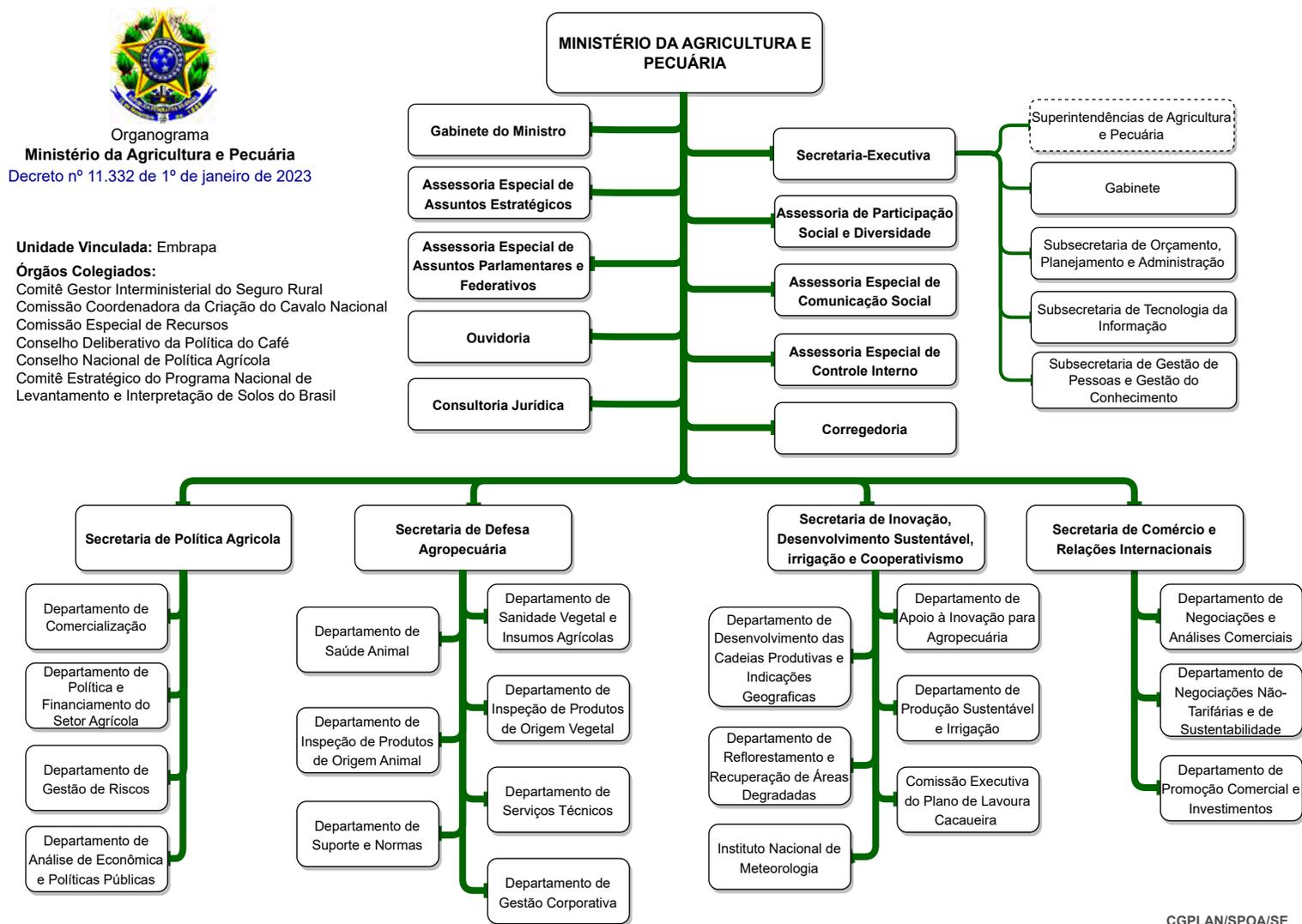
Missão	Visão de Futuro	Valores
Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.	Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.	Comprometimento Ética Transparência Excelência Responsabilidade Foco no Público-Alvo Proatividade Integração

Quadro - Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura e Pecuária, e outros documentos relacionados.

Norma	Assunto	Endereço de Acesso
Constituição Federal, arts. 21, 22, 23, 24 e 87	Competências da União; Escolhas do Ministro de Estado e atribuições	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14600.htm#art78
DECRETO Nº 11.332, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11332.htm
Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Texto compilado	https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm

Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura e Pecuária

Figura - Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura e Pecuária, incluindo a estrutura de governança (Comitê Interno de Governança - Cigov/MAPA).



Organograma
Ministério da Agricultura e Pecuária
Decreto nº 11.332 de 1º de janeiro de 2023

Unidade Vinculada: Embrapa

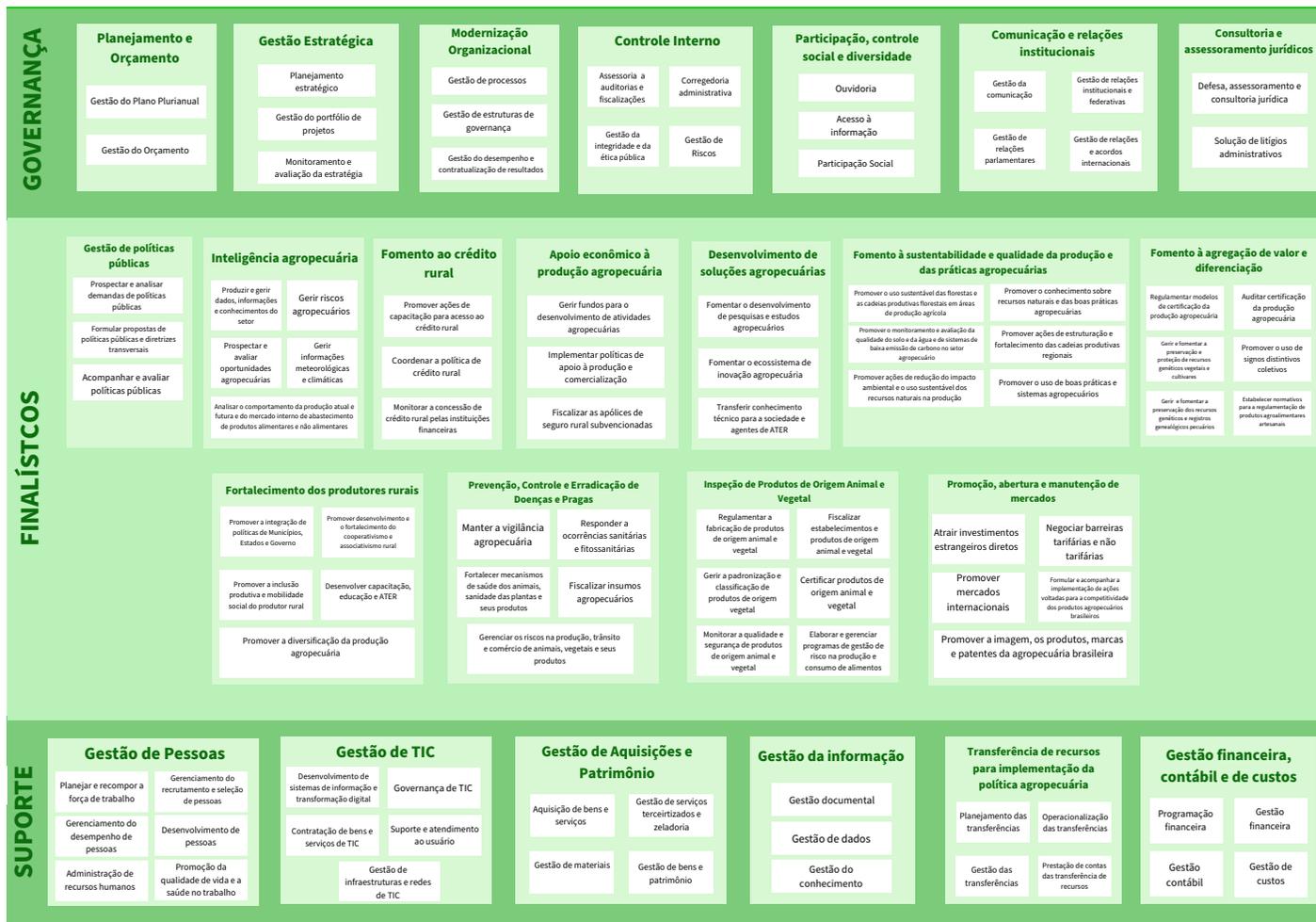
Órgãos Colegiados:

- Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
- Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
- Comissão Especial de Recursos
- Conselho Deliberativo da Política do Café
- Conselho Nacional de Política Agrícola
- Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor é uma representação gráfica de como um órgão se organiza, a partir de seu conjunto de processos, para gerar valor à sociedade. No caso do MAPA, esse valor público está relacionado ao impacto social, econômico e político das ações, serviços e produtos desenvolvidos pelo próprio Ministério.

Figura - Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura e Pecuária.



Modelo de Negócio

O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades do MAPA, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.

Figura - Modelo de negócio do Ministério da Agricultura e Pecuária.

MODELO DE NEGÓCIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

NOSSOS INSUMOS

HUMANO

- 6.362 servidores ativos

INTELECTUAL

- 578 ações de desenvolvimento;
- 40.566 alunos beneficiados; e
- 18.389 horas/aula

RELACIONAMENTO

- 37 Câmaras Setoriais e Temáticas
- 6.341 Manifestações e pedidos de acesso à informação recebidas pela Ouvidoria por 6 canais de comunicação

MATERIAL

- 27 Superintendências Federais de Agricultura
- 6 Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária
- 114 Unidades descentralizadas de Vigilância Agropecuária Internacional
- 6 Distritos de Meteorologia
- 3 Superintendências Regionais de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira

RESULTADOS 2023

81.5% de conformidade nos produtos de origem vegetal e animal em 2023

7.9% de participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial em 2023

3.151 municípios com tecnologias do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono financiadas até 2023

65% das culturas analisadas com aumento de produtividade em 2023

RS 89.003.607.630,01 de Impacto econômico das tecnologias agropecuárias transferidas à soledade no quadriênio 2019-2023

78 mercados internacionais abertos para produtos agrícolas brasileiros em 2023

24.884 produtores orgânicos atendidos por políticas do MAPA em 2023

1.486 tecnologias, processos e produtos desenvolvidos em 2023

10,8% de crescimento das contrafações de crédito rural entre 2022 e 2023

70 mil produtores rurais beneficiados pelo Seguro Rural em 2023

62.874,91 hectares de área adicional sob uso de sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta em 2023

341.055,13 hectares de área adicional sob uso de sistema de Plantio Direto até 2023

293.559,54 hectares de área adicional sob uso de Recuperação de Pastagens Degradadas em 2023

Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, sendo previsto pela Constituição Federal de 1988. De acordo com o art. 165, § 1º, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para os próximos quatro anos. O PPA é estruturado em Programas e cada um deles possui objetivo, meta e resultados intermediários, que, no seu conjunto, refletem políticas públicas e orientam a atuação governamental. O quadro a seguir indica os Programas do PPA 2020-2023 em que o Ministério atuou em 2023.

Figura - Programas do Plano Plurianual 2020-2023 com atuação do Ministério da Agricultura e Pecuária em 2023.

 DEFESA AGROPECUÁRIA	<p>Objetivo: Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos.</p> <p>Meta: Manter em 81,0% o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal</p>
 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	<p>Objetivo: Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.</p> <p>Meta: Elevar de 29,5% para 59% o Índice de Sustentabilidade da Agropecuária.</p>
 PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA	<p>Objetivo: Prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento da agropecuária.</p> <p>Meta: Incrementar em 15%, em termos reais, o impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018.</p>
PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE DE OUTROS MINISTÉRIOS	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO	<p>Objetivo: Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.</p> <p>Meta: Concluir 1.828 empreendimentos no âmbito do desenvolvimento regional e urbano.</p>
CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS	<p>Objetivo: Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.</p> <p>Meta: Estratégias e instrumentos de gestão desenvolvidos para conservação, monitoramento, recuperação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade.</p>
COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	<p>Objetivo: Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.</p> <p>Meta: Atingir 70,29% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional.</p>

Planos Setoriais, Políticas Nacionais e sua vinculação com o PPA

■ DEFESA AGROPECUÁRIA
 ■ AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL
 ■ PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA

Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária	Política Nacional de Resíduos Sólidos	Política de Crédito Rural	Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Política de Defesa Agropecuária	Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil	Programa Nacional de Monitoramento, Rastreabilidade e Certificação (PNMonitor)
Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023	Plano Nacional de Irrigação	Política Nacional de Biodiversidade	Política Nacional do Meio Ambiente	Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Política de Fiscalização de Insumos Agrícolas	Plano de Contingência Laboratorial para Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP)
Plano Nacional de Prevenção e Vigilância de <i>Monilophthora royeri</i>	Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite	Política Nacional de Cooperativismo	Política Nacional sobre Mudança do Clima	Plano Nordeste+Sustentável	Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários/ZARC.	Política Agrícola para Florestas Plantadas	Política de Pagamento por Serviços Ambientais	Programa Nacional de Sanidade dos Suínos (PNSS)
Plano de Implementação para Espécies Exóticas Invasoras	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca	Política Nacional de Biocombustíveis	Programa Nordeste+Sustentável Digital	Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras)	Programa AgroHub Brasil	Renovabio	Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO)
Plano Safra	Plano Nacional de Recursos Hídricos	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Plano de Ação da Câmara do Agro 4.0	Programa Nordeste+Sustentável Valor	Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)	Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão	Política de Garantia de Preço Mínimo	Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE)
Plano Estratégico Brasil Livre de Peste Suína Clássica, do Programa Nacional de Sanidade de Suídeos	Plano Nacional de Resíduos Sólidos	Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura	Política de Desenvolvimento da Biotecnologia	Plano de Desenvolvimento Agropecuário da Amazônia - Plano Amazônia + Sustentável	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Programa de Prevenção e Combate à Fraude e Clandestinidadade (PNFRauda)	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa	Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA)
Plano Estratégico do Programa Nacional da Erradicação da Febre Afosa	Plano Nacional para a Promoção das Cadeias da Produtos da Sociobiodiversidade	Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade	Política Nacional de Inovação	Programa Nacional de Manejo Sustentável do Solo e da Água em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro	Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária	Política de Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Política Nacional de Recursos Hídricos	Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB)
Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima	Plano Nacional sobre Mudança do Clima	Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu	Política Nacional da Erva-Mate	Programa Nacional de Bioinsumos	Programa de Avaliação e Aperfeiçoamento da Qualidade dos Serviços Veterinários Oficiais - Quali-SV	Plano Plurianual do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - PPA-SUASA 2024-2027	Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) - ABC+	Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH)
Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal	Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas	Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	Programa de Modernização da Defesa Agropecuária (ProDefesa)	Programa Mais Leite Sustentável	Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves - MoliuBis	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	Programa de Erradicação da Mosca da Carambola
Plano de Defesa Agropecuária	Programa Nacional de Qualidade de Produtos de Origem Vegetal (PNQualipov)	Política Nacional de Irrigação	Plano Nacional de Agroenergia	Plano Nacional de Fertilizantes	Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil	Programa Nacional de Florestas	Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelas e Tuberculose Animal (PNCEBT)	Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro (PNCEB)
Plano Nacional de Desenvolvimento da Cadeia do Feijão e Pulses	Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura	Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no âmbito da saúde única PAN-BR-AGRO 2023-2027	Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRV Vegetal)	Programa Nacional de Controle de Patógeno (PNCP)	Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal, comestíveis e água do abastecimento (PAC-POA)	Programa de Segurança de Alimentos de Origem Vegetal (PSAOV)	Programa Nacional de Prevenção e Vigilância de Pragas Quarentenárias Ausentes (PNPV-PQA)	Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (<i>Phakopsora pachyrhizi</i>)
				Programa de Avaliação e Aperfeiçoamento da Qualidade dos Serviços Veterinários Oficiais - Quali-SV				

Relação com o Ambiente Externo

As exportações agropecuárias brasileiras atingiram a cifra recorde de US\$ 150,00 bilhões em 2023. Um incremento de 7,3% em comparação aos US\$ 139,84 bilhões exportados em 2022. A participação da agropecuária foi de 44,2% das exportações totais brasileiras, que chegaram a US\$339,70 bilhões. O crescimento das vendas externas dos produtos agropecuários ocorreu em função do aumento da quantidade exportada (+14,9%). Por outro lado, houve queda nos preços médios dos produtos exportados, -6,7%, fator que impediu uma elevação mais acentuada das exportações.

Os cinco principais setores exportadores da agropecuária brasileira foram: complexo soja (US\$ 67,25 bilhões e 44,8% de participação nas exportações agropecuárias brasileiras); carnes (US\$ 23,51 bilhões e 15,7% de participação nas exportações agropecuárias brasileiras); complexo sucroalcooleiro (US\$ 17,38 bilhões e 11,6% de participação nas exportações agropecuárias brasileiras); cereais, farinhas e preparações (US\$ 15,54 bilhões e 10,4% de participação nas exportações agropecuárias brasileiras); e café (US\$ 8,09 bilhões e 5,4% de participação nas exportações agropecuárias brasileiras). Estes cinco setores foram responsáveis por 87,8% das exportações do setor.

No período, foram alcançadas 78 (setenta e oito) aberturas de mercado para produtos agropecuários brasileiros. A distribuição das aberturas de mercado por região ocorreu da seguinte forma: África (12), Américas (31), Ásia (27), Europa (3) e Oceania (6).

Dentre os mercados abertos, cabe citar carne de aves termoprocessada, carne bovina e carne suína para o México; algodão em pluma para o Egito; farinhas, gorduras e óleos para Canadá, China, Colômbia, Indonésia e Peru, entre outros produtos para alimentação animal para a África do Sul e Marrocos.

Destaca-se, que dos 78 mercados abertos, 45 foram efetuados em países nos quais há postos de adidância agrícola estabelecidos e que atuam fortemente nas negociações com as autoridades competentes daqueles países.

Além das aberturas de mercados externos, o MAPA manteve participação ativa e continuou negociando acordos comerciais relevantes para o incremento das exportações do agronegócio brasileiro. Nas pautas intra regional e bilateral, destacam-se a conclusão do Acordo Mercosul - Singapura, com a assinatura do acordo de livre comércio no início de dezembro de 2023 na Cúpula do Mercosul; as negociações do acordo comercial Mercosul - União Europeia, buscando preservar o equilíbrio das concessões comerciais frente ao avanço da nova

legislação ambiental da União Europeia; e as negociações do acordo Mercosul – EFTA, com destaque para análise do modelo de aplicação de acumulação estendida de origem. Foram ainda discutidas possíveis ampliações e aprofundamentos nos Acordos de Complementação Econômica do Mercosul com a Colômbia, Peru, Equador, El Salvador e República Dominicana.

Quanto à Organização Mundial do Comércio (OMC), o MAPA avaliou proposta de revisão das medidas de apoio doméstico, podendo trazer benefícios à competitividade da agricultura brasileira frente aos seus competidores no mercado internacional e apresentou texto para negociação de acesso a mercados, temas incluídos recentemente na pauta das discussões da Organização. Ademais, a fim atender compromissos junto à OMC, foram encaminhadas notificações anuais referentes às políticas agrícolas brasileiras de apoio aos produtores, acesso a mercados e competição nas exportações.

No âmbito do mercado nacional, diante do aumento do volume de importações do setor lácteo, o MAPA atuou intensamente com outros órgãos do governo federal (Camex) para implementação de medidas tarifárias para apoiar o setor. As principais medidas implementadas pelo governo federal, no âmbito tarifário foram:

- a)** Revogação dos efeitos da Resolução Gecex nº 388/22. Após gestões do MAPA, o pleito foi atendido por meio da Resolução Gecex nº 502/23;
- b)** Revogação da redução do imposto de importação de 10% para derivados de leite, via alteração da Resolução Gecex nº 353/22 para produtos do setor lácteo. Após gestões do MAPA, o pleito foi atendido pela Resolução Gecex nº 511/23;
- c)** Elevação da alíquota do imposto de importação aplicada pelo Brasil a 18% para óleo de manteiga, queijos de pasta moída azul e queijo de massa macia. As Gestões do MAPA resultaram na Resolução Gecex nº 516/23.

No que tange à borracha natural, o MAPA atuou intensamente para a implementação de medidas tarifárias para minimizar os prejuízos desses setores, mais especificamente, na inclusão da borracha natural na Lista de Exceções à Tarifa Externa do Mercosul, com alíquota de 10,8%, no escopo da Camex.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

No transcorrer do ano de 2023, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) enfrentou um período de adaptação significativo em resposta às mudanças estruturais determinadas pelo Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, associado à transição de governo. A reconfiguração organizacional resultou em ajustes nas competências da Pasta, com a exclusão de áreas como agricultura familiar, pesca, aquicultura, serviço florestal e abastecimento. Houve ainda reestruturação da área de fomento e monitoramento da gestão de riscos e das Unidades de Gestão de Riscos e Controles Internos previstas na Política de Gestão de Riscos do Ministério. Embora estas mudanças tenham gerado impactos operacionais, é importante destacar que o Ministério empenhou os esforços necessários para superar os obstáculos e consolidar uma abordagem eficaz em gestão de riscos.

Apesar dos desafios, o . seguiu com seus objetivos em cada frente de atuação, produzindo resultados e produtos com o intuito de alterar a estratégia de implementação de mapeamentos para os anos seguintes. Na frente de capacitação, o Curso EaD "Gestão de Riscos no MAPA" continuou a ser ofertado, embora com uma menor adesão em comparação a anos anteriores. O Tutorial do sistema Ágatha permanece acessível para o público interno.

No que se refere à comunicação, todas as notícias e peças informativas relacionadas à gestão de riscos continuaram disponíveis para o público interno do MAPA e, embora não tenham sido produzidas novas peças, a comunicação interna continuou eficiente na disseminação das práticas

de gestão de riscos. Já na frente de apoio técnico, foram prestados esclarecimentos ao longo do ano sobre os materiais de gestão de riscos e metodologias e, embora não tenha sido possível executar integralmente o Plano Setorial de Gestão de Riscos, a disponibilidade de orientação técnica às Unidades Administrativas foi mantida ao longo do exercício de 2023.

Quanto às ferramentas de gestão dos riscos, o sistema Ágatha e as planilhas automatizadas continuam disponíveis para o público interno, proporcionando suporte à gestão de riscos. Apesar de não terem sido desenvolvidas novas ferramentas, a manutenção das existentes garante a continuidade do suporte tecnológico.

Sobre o modelo de aplicação, os materiais existentes, como o Guia de Gestão de Riscos do MAPA e a Cartilha de Gestão de Riscos, permaneceram disponíveis, mantendo a base para a implementação da gestão de riscos. Em 2023, o Ministério continuou o monitoramento dos planos de ação estabelecidos nos mapeamentos de riscos feitos em 2022, demonstrando comprometimento com a continuidade do processo de gestão de riscos no órgão.

E por fim, mesmo diante dos desafios, o Ministério explorou alternativas ao longo do ano visando retomar o fomento à gestão de riscos para 2024, com um foco mais direcionado nos riscos estratégicos e nos riscos para a integridade. A busca por estágios mais avançados na maturidade em gestão de riscos continua sendo uma meta, com a integração dessas práticas à gestão estratégica e demais atividades do órgão, visando sempre aprimorar o serviço prestado à sociedade e entregar o melhor valor público.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Visão de futuro e estratégia de atuação

O Planejamento Estratégico é uma ferramenta que permite uma organização estruturar um plano de ação, dentro de um horizonte temporal determinado. Auxilia a entender em que situação uma organização se encontra e onde ela pretende chegar, traçando um caminho para a consecução dos objetivos do plano. Esta ferramenta foi amplamente adotada na Administração Pública, trazendo diversos benefícios, como elevação da eficiência, eficácia e efetividade para as organizações, aumento da racionalidade das decisões, redução de riscos e aumento das possibilidades de alcance dos objetivos traçados.

Por sua vez, a Missão da organização, componente fundamental do Planejamento Estratégico, representa sua razão de ser e, na Administração Pública, dialoga com as atribuições legais do órgão, traduzindo essas atribuições de forma mais clara e objetiva. A Missão do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA é: "Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira".

Tendo como base a Missão, é estabelecido um macro objetivo a ser alcançado em um determinado período de tempo, que é chamado de Visão de Futuro. A Visão de Futuro espelha o que a organização quer ser e como ela quer ser vista em uma data futura, no caso do MAPA, em 2031, horizonte atual de seu Plano Estratégico. É ambiciosa, mas factível e compartilhada. A Visão de Futuro do MAPA é: "Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias".

Nessa Visão, são encontrados elementos que mostram que as ações do Ministério devem ser direcionadas para aprimorar aspectos de inovação, acelerar os processos para atendimento às demandas que recaem sobre o órgão, manter e aprimorar a qualidade dos serviços prestados e ter sempre como foco o desenvolvimento sustentável, nas suas três vertentes: econômica, social e ambiental. O amadurecimento das práticas de gestão da estratégia permite a contínua melhoria da qualidade e eficiência da atuação do MAPA na geração de resultados para a sociedade alinhados ao seu Plano Estratégico, contribuindo assim para a consecução de sua Visão de Futuro e em consonância com a sua Missão.

A fim de alcançar tal Visão de Futuro, é preciso estabelecer uma estratégia de atuação. Essa estratégia é definida continuamente mediante a ferramenta de Planejamento Estratégico. Neste contexto, para organizar a sua ação, o MAPA elaborou o seu Plano Estratégico - PE para o período 2020-2031. Ele dá continuidade aos planos estratégicos elaborados em 2006 e 2016, que são marcos importantes na gestão estratégica do Ministério.

O PE-MAPA 2020-2031 é aderente ao método Balanced Scorecard - BSC. "Balanceando" o olhar sobre a instituição por diferentes perspectivas, o BSC trabalha com um conjunto de Objetivos Estratégicos, Indicadores de Desempenho, Metas e Iniciativas Estratégicas que concorrem para que a instituição alcance sua Visão de Futuro e cumpra a sua Missão. A Figura 1 abaixo mostra os principais elementos nos quais se apoia a gestão estratégica do MAPA.

Figura - Componentes da Gestão Estratégica Organizacional.

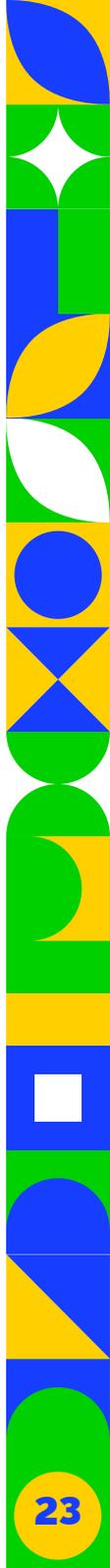
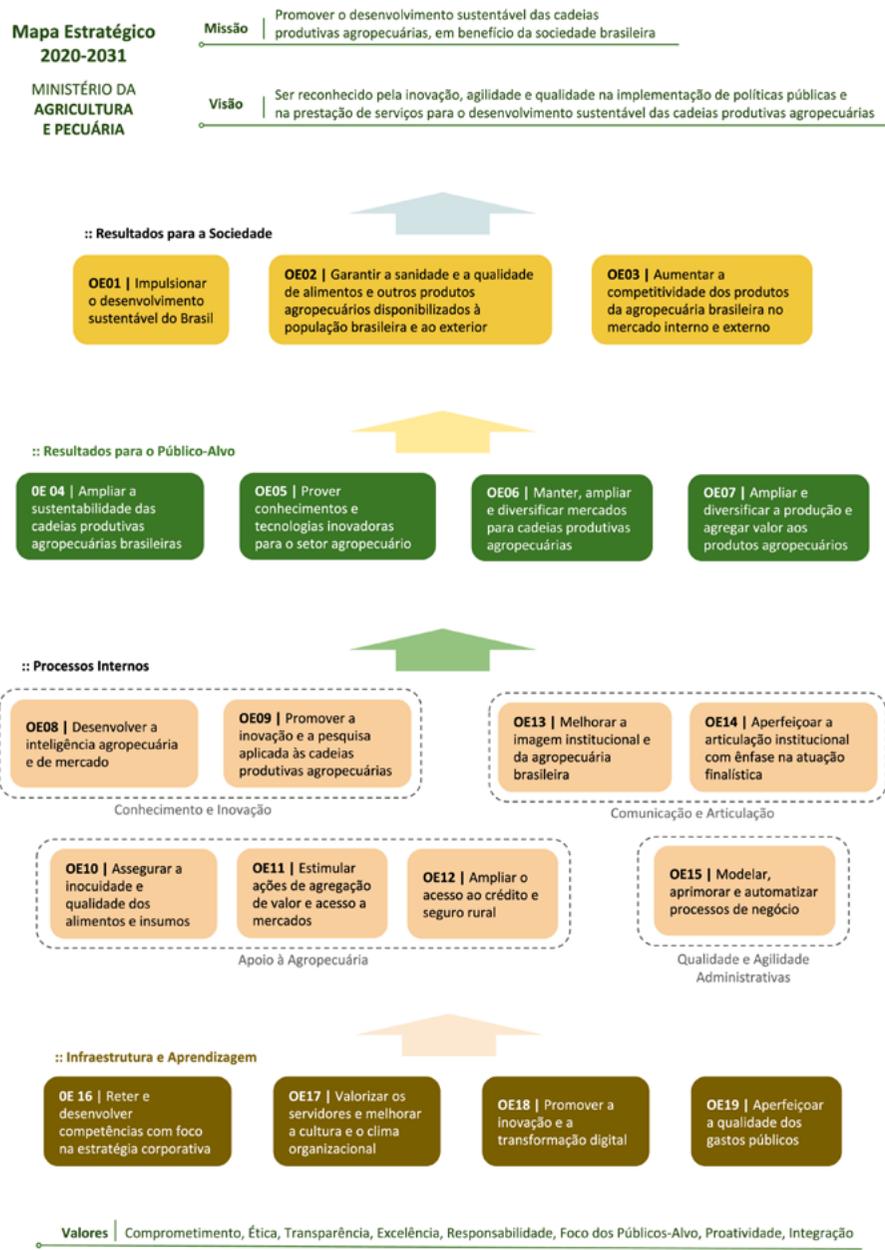


O PE-MAPA 2020-2031 trabalha com quatro perspectivas: Infraestrutura e Aprendizagem; Processos Internos; Resultados para o Público-Alvo; e Resultados para a Sociedade. Cada Perspectiva é formada por Objetivos Estratégicos conexos, sendo definida uma carteira de Iniciativas Estratégicas que deve ser implementada para atingir esses Objetivos. Dessa forma, são essas Iniciativas que geram os resultados que contribuem para a consecução dos Objetivos Estratégicos e, concorrentemente, impactam as metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho.

O MAPA Estratégico apresenta graficamente o conjunto de Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão do Ministério.

Observa-se que o MAPA passou por uma reestruturação no início do governo atual, com a transferência de algumas atribuições para outros órgãos, reduzindo desta forma a quantidade de Objetivos Estratégicos existentes no PE-MAPA 2020-2031, nos termos da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

Figura - MAPA Estratégico do PE-MAPA 2020-2031.



Aderência do Plano Estratégico a outros planos do Governo



A estratégia do MAPA para atingir seus Objetivos Estratégicos e sua Visão de Futuro está descrita em seu Plano Estratégico, e este precisa estar alinhado aos demais instrumentos de planejamento governamental. Portanto, o PE-MAPA 2020-2031 estrutura a ação do Ministério em harmonia com as diretrizes do governo federal de médio e longo prazo, a exemplo: da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil relativa ao período de 2020 a 2031; da plataforma Visão de Futuro do Agro Brasileiro, disponibilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; do Plano Plurianual - PPA 2020-2023; e do recém-publicado PPA 2024-2027.

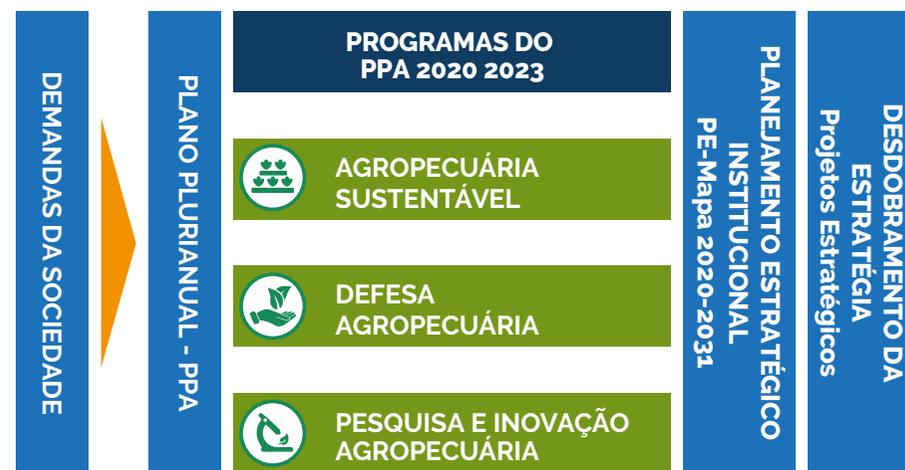
O PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, em que o governo expressa os objetivos, as diretrizes e as metas da Administração Pública Federal para os próximos quatro anos. O PPA

2020-2023, vigente no período a que se refere este Relatório de Gestão, apresentou três programas sob responsabilidade do MAPA em 2023:

- **Programa 1031 - Agropecuária Sustentável.** Objetivo: promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar;
- **Programa 2202 - Defesa Agropecuária.** Objetivo: promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos;
- **Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária.** Objetivo: Prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agropecuária.

A Figura abaixo mostra essa aderência entre o Plano Estratégico do MAPA e o Plano Plurianual.

Figura - Programas do PPA 2020-2023 sob gestão do MAPA.



Alguns Objetivos Estratégicos têm relação direta com Programas do PPA e os demais Objetivos têm impacto indireto sobre outros Programas (um mesmo Objetivo pode estar associado a mais de um Programa).

• Programa Agropecuária Sustentável - 1031

OE04 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

OE06 - Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias;

OE07 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários;

OE11 - Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados;

OE12 - Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural; e

OE13 - Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira.

• Programa Defesa Agropecuária - 2022

OE02 - Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior; e

OE10 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.

• Programa Pesquisa e Inovação Agropecuária - 2203

OE05 - Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário; e

OE09 - Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias.

O recém-publicado PPA 2024-2027 manteve os três programas do PPA anterior, com adequações em seus objetivos gerais e em suas estruturas, que serão abordados no próximo Relatório de Gestão.

• Programa 1144 - Agropecuária Sustentável

Objetivo Geral: fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.

• Programa 2302 - Defesa Agropecuária

Objetivo Geral: assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos

agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.

• Programa 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária

Objetivo Geral: fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos Estratégicos, Indicadores, Responsáveis, Metas e Resultados em 2023



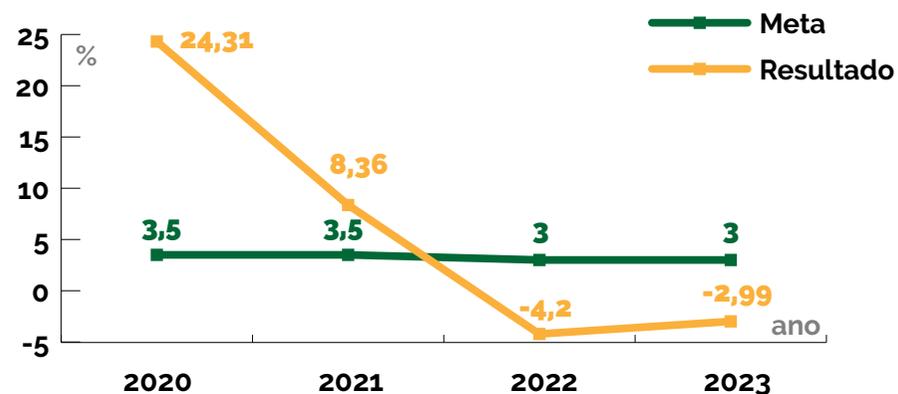
No âmbito do PE-MAPA 2020-2031, como instrumento para medição da consecução dos Objetivos Estratégicos, foram definidos 33 Indicadores de Desempenho com suas respectivas Metas, que proveem informações ao longo do tempo acerca da evolução do alcance de cada Objetivo. Onze indicadores do PE-MAPA 2020-2031 são comuns ao PPA 2020-2023, o que reforça o alinhamento entre esses dois importantes instrumentos. Os Objetivos Estratégicos, os Indicadores de Desempenho, as unidades responsáveis, as metas pactuadas e os resultados alcançados no período são apresentados a seguir.

OE01 - Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

Descrição: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias, contribuindo também para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

IND01.1 - Variação do PIB do agronegócio

IND01.1 - Variação do PIB do agronegócio



Finalidade: o desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio, conforme calculado pelo método desenvolvido pelo Cepea/Esalq-USP, é uma medida de crescimento econômico setorial que engloba todos os componentes das cadeias produtivas agropecuárias: insumos, pesquisa, maquinaria, produção, processamento, distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2023: 3%

Resultado Apurado: -2,99%

Análise Crítica: o PIB do agronegócio brasileiro apresentou redução de 2,07% no quarto trimestre de 2023. Diante disso, o indicador fechou o ano com queda de 2,99%. Até o segundo trimestre de 2023, o agronegócio vinha se recuperando do recuo observado em 2022. No entanto, as baixas consecutivas nos dois últimos trimestres reverteram a tendência positiva. Apesar disso, o PIB do agronegócio respondeu por 23,8% do PIB do País em 2023, abaixo dos 25,2% registrados em 2022.

O desempenho do agronegócio em 2023 foi afetado negativamente pela queda dos preços em todos os segmentos. Esse cenário só não se agravou devido à excepcional produção agrícola e ao crescimento na produção pecuária e laticínios e no volume de abates, fatores que também impulsionaram a demanda por insumos e agrosserviços.

No setor primário, houve reduções significativas nos preços de culturas importantes, como algodão, café, milho, soja e trigo, além de bovinos, aves e leite. Nas agroindústrias, destacam-se quedas nos preços de biocombustíveis, produtos de madeira, óleos vegetais e na indústria do café, entre outros. Já nas indústrias pecuárias, os preços mais baixos influenciaram sobretudo as indústrias de laticínios e de abate e processamento de carne e pescados.

O PIB do agronegócio brasileiro foi de R\$ 2,58 trilhões em 2023, sendo 1,86 trilhão no ramo agrícola e 721 bilhões no ramo pecuário (a preços do quarto trimestre de 2023). O indicador é calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - Cepa, da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

OE02 - Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior

Descrição: garantir a segurança dos alimentos e de outros produtos de origem agropecuária, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças.

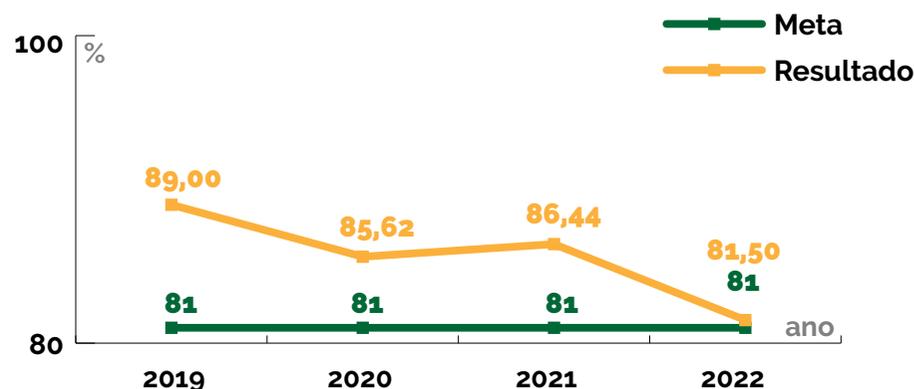
IND02.1 - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 81%

IND02.1 - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal



Resultado Apurado: o resultado deste indicador não fica disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão, pelo que ele é apresentado com defasagem de um exercício. Assim, em 2022, a meta era 81% e o resultado foi 81,5%, sobre o qual será feita a análise.

Análise Crítica: apesar da manutenção do resultado dentro da meta, houve um decréscimo do resultado global em função da execução de seus subindicadores. Enquanto houve uma melhora no índice de conformidade de produtos de origem animal, houve um decréscimo no índice de conformidade de produtos de origem vegetal. A falta de pessoal na inspeção vegetal leva a uma priorização de fiscalização de denúncias e fiscalizações em produtos de maior risco. O programa de conformidade de produtos de origem animal é baseado em amostra estatística aleatória, o que retrata mais fielmente a realidade. Ressalta-

se que haverá em 2024 reposição parcial de pessoal, com 520 vagas de concurso público autorizadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI em 2023.

IND02.2 - Porcentagem de suspeitas de doenças dos animais atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no prazo regulamentar

Finalidade: reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para a efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).

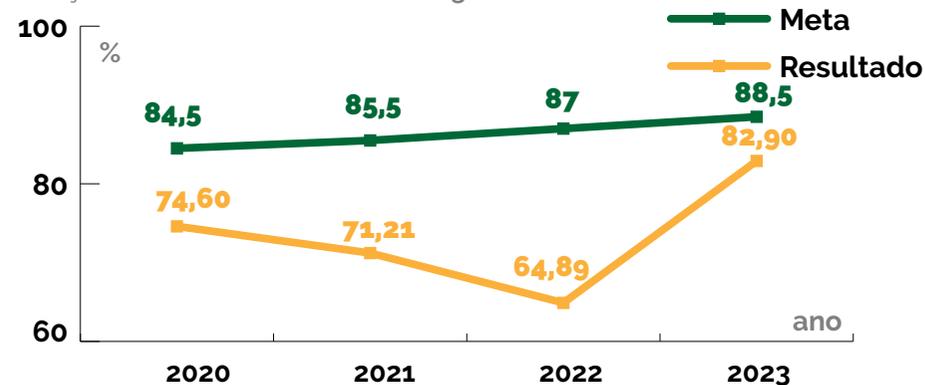
Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 88,5%

Resultado Apurado: 82,9%

Análise Crítica: o Departamento de Saúde Animal - DSA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, realiza a gestão das notificações e investigações das doenças animais utilizando o e-Sisbravet, sistema informatizado implantado em 2020 para a gestão dos dados da vigilância passiva em saúde animal, permitindo o registro e acompanhamento das notificações imediatas de suspeitas de doenças e das investigações realizadas pelo Serviço Veterinário Oficial.

IND02.2 - Porcentagem de Suspeitas de Doenças dos Animais Atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no Prazo Regulamentar



O resultado de 2023 envolveu um total de 4.522 investigações de suspeitas de doenças das síndromes atendidas pelos Órgãos Executores de Sanidade Agropecuária - OESA, sob coordenação do Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA. O número total de investigações foi

ligeiramente inferior ao do ano anterior (5.109), com destaque para o aumento no número de investigações da síndrome respiratória e nervosa das aves.

Os resultados para as síndromes vesicular, respiratória e nervosa das aves e neurológica apresentaram melhoras significativas, com destaque para a síndrome respiratória e nervosa das aves, em que houve atendimento de 93,8% das 1.810 investigações realizadas ao longo de 2023, dentro do prazo de 24 horas estabelecido pelo indicador.

Em maio de 2023, o Brasil confirmou a primeira detecção do vírus da influenza aviária de alta patogenicidade, doença-alvo da síndrome respiratória e nervosa das aves. Essa primeira detecção ocorreu em aves silvestres de vida livre, o que deixou o sistema de vigilância para a doença em alerta em todo o país, trazendo bons reflexos para o indicador e demonstrando a capacidade de detecção e contenção da doença. O Brasil mantém a situação de país livre de influenza aviária de alta patogenicidade, considerando que a ocorrência da doença em aves silvestres e aves domésticas de subsistência (non-poultry) não compromete a situação do país como livre da doença, de acordo com o Código Sanitário de Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal - OMSA.

Apesar de significativa melhora em comparação com o indicador de 2022 (50,04%), o pior desempenho ainda foi das investigações de síndrome vesicular, que totalizou 895 registros e alcançou um índice de 69,4% das suspeitas atendidas dentro do prazo estabelecido pelo indicador. Esse resultado ainda foi baixo, o que reflete a influência do grande número de investigações envolvendo a espécie suína (88,6%) com 67,3% das suspeitas atendidas dentro do período preconizado, confirmando o impacto da ocorrência de Senecavírus A nos rebanhos suínos e no desempenho do indicador. Nas investigações que envolveram a espécie bovina, o indicador saltou para 84% das suspeitas atendidas dentro do prazo estabelecido.

Das 1.776 investigações da síndrome neurológica, 78,4% das suspeitas foram atendidas dentro do prazo estabelecido, índice superior aos 75,43% obtidos em 2022, mas ainda abaixo da meta.

O desempenho do indicador para síndrome hemorrágica dos suínos teve uma leve queda em comparação com o período anterior (92,31%), com 87,8% das suspeitas atendidas pelo serviço veterinário oficial dentro do prazo estabelecido. O bom desempenho do indicador é resultado, principalmente, da revisão do plano de vigilância e das definições de caso das doenças-alvo da síndrome (peste suína clássica e peste suína africana), o que conferiu maior especificidade ao sistema de vigilância, reduzindo o número de atendimentos de 472 em 2021, para 52 em 2022 e 41 em 2023. Essa nova definição de caso, que deixou de incluir notificações por taxas de mortalidades por qualquer causa, permitiu ao serviço oficial de saúde animal a realização de atendimentos dentro do prazo, mantendo o indicador próximo da meta estabelecida para 2023.

OE03 - Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

Descrição: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados interno e externo.

IND03.1 - Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários

Finalidade: avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuário mundial.

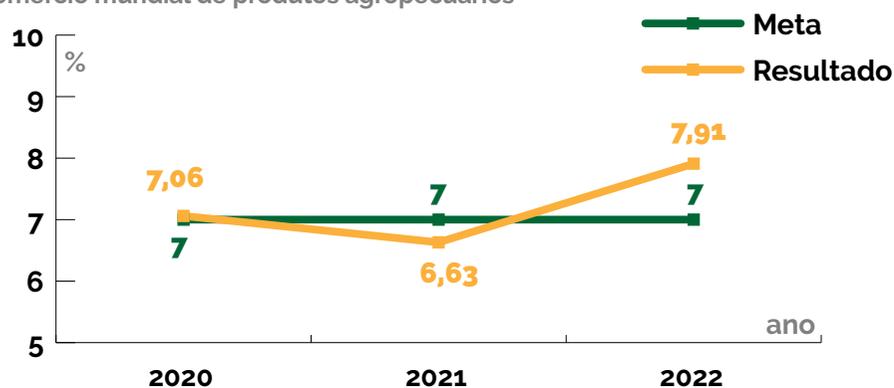
Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

Meta para 2023: 7%

Resultado apurado: o resultado deste indicador será divulgado pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI e está previsto para julho de 2024. Isso posto, como o resultado não será entregue a

tempo, foram utilizados os parâmetros de 2022, onde a meta era 7% e o resultado foi 7,91%, sobre o qual será feita a análise.

IND03.1 - Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários



Análise crítica: o Brasil exportou US\$ 139,84 bilhões em produtos agropecuários no ano de 2022. O valor foi 34,4% superior em comparação com o montante exportado em 2021 (US\$ 104,04 bilhões) ou, em outros termos, significou um crescimento de US\$ 35,8 bilhões em valores absolutos. Com este expressivo incremento, a participação do Brasil nas exportações agropecuárias mundiais subiu para 7,91% em 2022.

É importante analisar os motivos que fizeram o Brasil alcançar tão expressivo crescimento de participação em 2022. A variável que mais chama a atenção é o preço. O Banco Mundial faz uma análise mensal sobre os preços dos alimentos. O resultado da análise do Banco demonstra um aumento de 6,3% no preço dos alimentos entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022. Enquanto isso, o índice de preço das exportações agropecuárias brasileiras subiu 25,7%. Ou seja, os produtos agropecuários exportados pelo Brasil apresentaram aumento de preço médio muito acima da elevação dos preços internacionais dos alimentos calculada pelo Banco Mundial.

Um exemplo claro desse efeito preço pode ser percebido na análise do principal produto das exportações agropecuárias brasileiras, a soja em grãos. O preço médio de exportação da soja em grão subiu 31,8%

em 2022, passando de US\$ 448,65 por tonelada em 2021 para US\$ 591,33 por tonelada em 2022. Por outro lado, o volume exportado de soja em grão em 2022 teve redução de 8,6%. Mesmo com a queda no volume embarcado, houve elevação de 20,5% no valor exportado, que atingiu US\$ 46,55 bilhões. Uma cifra US\$ 7,92 bilhões superior na comparação entre 2021 e 2022.

O aumento de preço do milho suplantou o incremento do preço da soja em grãos, atingindo 39,3%. No caso do milho, além do aumento do preço, também houve elevação de 111,6% no volume exportado, que passou de 20,40 milhões de toneladas em 2021 para 43,16 milhões de toneladas em 2022.

Quatorze produtos agropecuários exportados pelo Brasil em 2022 tiveram valor de exportação superior a um bilhão de dólares. Dessa relação de quatorze produtos, treze produtos apresentaram elevação dos preços médios de exportação de dois dígitos. Um produto com elevação de mais de 50% nos preços médios de exportação (café verde). Quatro produtos com mais de 30% de elevação nos preços médios: milho (+39,3%); soja em grãos (+31,8%); álcool etílico (+31,4%); e fumo não manufaturado (+31,2%). Quatro produtos com aumento de preços superior a 20%: óleo de soja em bruto (+25,6%); açúcar refinado (+25,1%); carne de frango in natura (+22,2%); e algodão não cardado nem penteado (20,7%).

É interessante mencionar que, enquanto a participação do Brasil subiu para 7,91%, o market share da União Europeia caiu para 14,0% (1,1 ponto percentual inferior ao indicador de 2021) e a participação dos Estados Unidos foi de 11,6% (0,1 ponto percentual inferior à participação de 2021).

OE04 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

Descrição: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais.

IND04.1 - Número de municípios com tecnologias do ABC+ financiadas

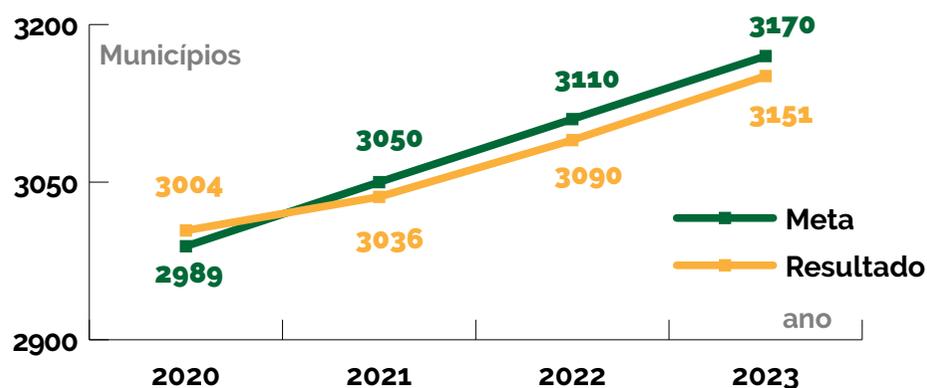
Finalidade: o indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do ABC+ (plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária 2020-2030) nos municípios do Brasil. Os dados utilizados têm como fonte a linha de crédito do ABC+, o Programa ABC+.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo – SDI

Meta para 2023: 3.170 municípios

Resultado Apurado: 3.151 municípios

IND04.1 - Número de Municípios com Tecnologias do ABC+ Financiadas (indicador comum ao PPA)



Análise Crítica: o número total de municípios do Brasil com as tecnologias sustentáveis de produção e conservacionista dos recursos naturais preconizadas no Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - ABC+ alcançou 3.151 (56,6% dos municípios). A variação do número de municípios no Plano Plurianual - PPA 2016-2019 foi de 3,15% e no de PPA 2020-2023 foi de 1,84%.

Alguns fatos que prejudicaram a evolução destes números foram a Pandemia da Covid-19 e a crise econômica e financeira, que afetaram

a dinâmica da produção agropecuária. Nota-se, contudo, a retomada do crescimento do número de municípios ao ABC+ por ano: de 2019 para 2020, crescimento de 2,5% (3.004 municípios); de 2020 para 2021, crescimento de 1,1% (3.006 municípios); de 2021 para 2022, crescimento de 1,8% (3.090 municípios); e, de 2022 para 2023, crescimento de 2,0% (3.151 municípios).



As regiões brasileiras apresentam os seguintes números: Centro-Oeste, 92,5% (432 municípios); Sudeste, 73,5% (1.226 municípios); Norte, 66,9% (301 municípios); Sul, 64,1% (763 municípios); e, Nordeste, 23,9% (429 municípios). Quanto à variação percentual no PPA 2020-2023, a Região Sul teve a maior variação positiva (6,12%), seguida da Região Nordeste (5,93%) e da Região Sudeste (4,34%), sendo que as Regiões Centro-Oeste e Norte permaneceram estáveis.

Não obstante, entende-se que o montante de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC+ é pequeno frente aos grandes desafios a que o Plano se propõe, o que poderia fomentar de sobremaneira o conhecimento, a compreensão e os benefícios da adoção das tecnologias do Programa ABC (renomeado para Renovagro) a nível nacional.

IND04.2 - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária

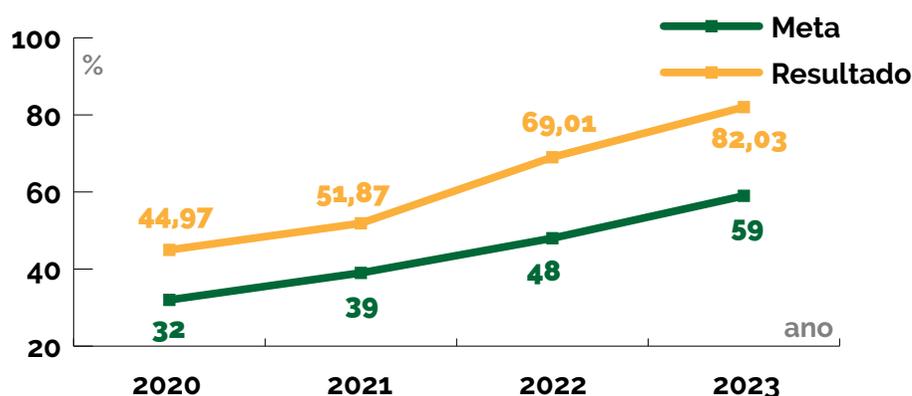
Finalidade: mensurar a sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 59%

Resultado Apurado: 82,03%

IND04.2 - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária



Análise Crítica: ao final do ciclo do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, o Índice de Sustentabilidade da Agropecuária - ISA alcançou o percentual de 82%, superando a sua meta quadrienal de 59%, após ter partido de uma linha de base de 30% em 2019.

O ISA é um indicador sintético multidimensional, calculado por média aritmética dos valores apurados nas suas três dimensões, explanadas a seguir.

A Dimensão Crescimento da Produtividade - DCP mensura a quantidade de culturas agrícolas (considerando grãos, cana-de-açúcar e café) com avanços de produtividade observados em relação ao ano anterior. No ano de 2023, o valor obtido foi de 64,71% ante uma meta de 50%, a partir da contabilização de 17 culturas, das quais 11 obtiveram aumento de produtividade.

A Dimensão de Adequação Ambiental - DAA contabiliza os resultados relacionados ao avanço na análise dos cadastros de imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural - CAR. Os fatores relevantes para a execução do Programa de Regularização Ambiental - PRA de imóveis rurais foram a importância da agenda no contexto internacional e uma maior priorização para a execução dessa política, o que permitiu à DAA registrar em 2023 um avanço de 31,88%, ou seja, 88% da meta prevista de 36,18%, impactada pela dificuldade na etapa de conclusão das análises da regularização ambiental.

A terceira é a Dimensão de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados - DSM, que visa mensurar os avanços relacionados à adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis e à facilitação de acesso a mercados específicos. Essa dimensão em 2023 atingiu um valor consolidado de 149,50% ante a meta de 90,52%, superando-a em 65%. Destacou-se para a superação do resultado a ampliação da área de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF, que praticamente quintuplicou frente à meta esperada para o componente. Os demais componentes da dimensão também alcançaram valores próximos àqueles estabelecidos como metas para o ano.

IND04.3 - Índice de áreas em Sistemas Agroflorestais - SAFs no Bioma Amazônia

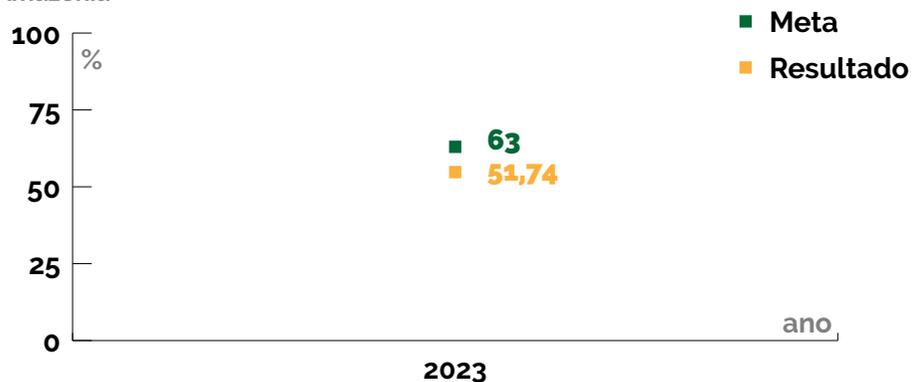
Finalidade: apurar o índice de áreas implantadas em Sistemas Agroflorestais - SAFs com cacauzeiros na Região Amazônica.

Área Responsável: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac/SDI

Meta para 2023: 63%

Resultado Apurado: 51,74%

IND04.3 - Índice de áreas em Sistemas Agroflorestais - SAFs no Bioma Amazônia



Análise Crítica: tomando-se como referência a meta preestabelecida (equivalente a 63%) para este indicador, pode-se inferir que o desempenho verificado (no ano de 2023) foi expressivamente favorável, haja vista o alcance percentual de 82,12% em relação à meta anual mencionada. Ademais, é importante ressaltar que este é o primeiro ano desta meta.

Ressalta-se, sobretudo, que a evolução positiva e o incremento gradativo da taxa de crescimento anual do Índice de Áreas em Sistemas Agroflorestais no Bioma Amazônia guarda estreita relação com variáveis e aspectos importantes, dentre os quais destacam-se: clima favorável e solos propícios à exploração de atividades agrícolas, material genético adaptado às condições ambientais da Amazônia e existência de tecnologias para a implantação e manejo integrado de cultivos perenes em Sistemas Agroflorestais, especialmente tendo o "cacauero" como "cultura âncora".

Adicionalmente, enfatiza-se que a expansão dos Sistemas Agroflorestais tem-se confirmado como uma grande alternativa à reincorporação de áreas alteradas e/ou degradadas no Bioma Amazônia, configurando-se como sistemas produtivos sustentáveis e que, efetivamente, possibilitam a recuperação de passivos ambientais, além de promover o desenvolvimento local com sustentabilidade socioeconômica e ecológico-ambiental.

Entretanto, a despeito das perspectivas de avanços, das características agro ambientais e das vantagens comparativas do Bioma Amazônia, registra-se que a insuficiência de recursos orçamentário-financeiros para a produção de sementes híbridas (no caso específico da cultura do cacau) e a insuficiência e/ou carência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para os agricultores das regiões produtoras podem-se configurar em restrições a serem superadas pelo sistema de governança da cadeia produtiva, considerando-se, neste caso, as atribuições e competências institucionais dos atores que integram esse importante Arranjo Produtivo Local - APL.

Contudo, dentro deste contexto, cabe destacar que a amplificação e o fortalecimento das parcerias interinstitucionais se traduzem em grandes alternativas - na área de intercooperação estratégica, objetivando a otimização de recursos e a minimização dos riscos das possíveis restrições já mencionadas.

OE05 - Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário

Descrição: disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços), estimular a adoção de novas tecnologias (sensores, internet das coisas, geolocalização, irrigação, mecanização, robótica etc.), apoiar projetos e fomento para a modernização do setor agropecuário.

IND05.1 - Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade

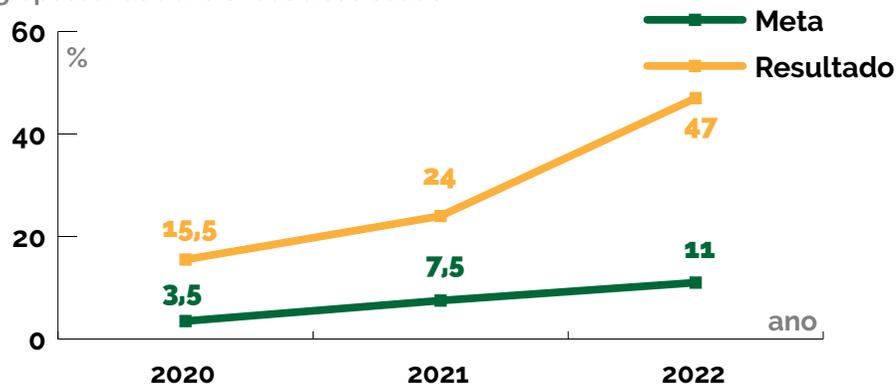
Finalidade: prover informações sobre o incremento, em termos reais, do impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018 (valor base).

Área Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Meta para 2023: 15%

Resultado apurado: o resultado deste indicador será divulgado pela Embrapa no mês de abril de 2024. Isso posto, como o resultado não será entregue a tempo, foi utilizado os parâmetros de 2022, onde a meta era 11% e o resultado foi 47%, sobre o qual será feita a análise.

IND05.1 - Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade



Análise crítica: a média dos benefícios econômicos do período 2015 - 2018 (T0; número médio de tecnologias avaliadas - 128) correspondeu ao valor corrente de R\$ 60.395.280.858,55 (Sessenta bilhões e trezentos e noventa e cinco milhões e duzentos e oitenta mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), com a correção pelo IGP-DI referente a dezembro de 2022. O quadriênio 2019-2022 (T3), objeto deste relatório, foi estimado em R\$ 89.003.607.630,01 (Oitenta e nove bilhões e três milhões e seiscentos e sete mil e seiscentos e trinta reais e um centavo). Portanto, os valores percentuais de aumento em relação a T0 estimados nos três últimos quadriênios foram de 15,5%, 24% e 47%, superando a metas estabelecidas para T1, T2 e T3, quais sejam, 3,5%, 7,5% e 11% (acumulado), respectivamente.

Quanto à amostra de soluções tecnológicas avaliadas, não se verificou variação importante em relação ao último ano. Em 2021 foram realizados 169 estudos de avaliação de impacto. No ano de 2022, a amostra foi de 172 tecnologias avaliadas. O aumento de mais de 40% do total do

impacto econômico de 2022 em relação a 2021 se deveu basicamente ao aumento do impacto econômico de tecnologias poupadoras de fertilizantes nitrogenados, que tiveram seus preços enormemente aumentados em função do contexto mundial. O principal exemplo desse tipo de tecnologia é a Fixação Biológica de Nitrogênio na soja.

IND05.2 - Índice de estações meteorológicas operantes

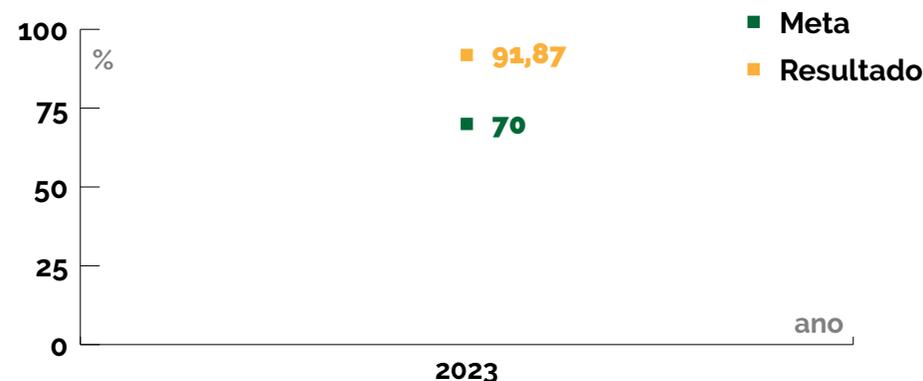
Finalidade: acompanhar o percentual de estações meteorológicas efetivamente operantes, cujos dados produzidos são a base para o monitoramento e a previsão de tempo e a emissão de avisos meteorológicos de tempo severo, contribuindo para aprimorar o conhecimento das condições meteorológicas por parte do setor agropecuário e da sociedade em geral.

Área Responsável: Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet/SDI

Meta para 2023: 70%

Resultado Apurado: 91,87%

IND05.2 - Índice de estações meteorológicas operantes



Análise Crítica: diante da meta estabelecida para 2023, que era manter 70% das estações meteorológicas de sua rede operantes, o Inmet conseguiu atingir seus objetivos com relação à manutenção da rede, mesmo não tendo um incremento significativo de recursos destinados a

este fim. O indicador se mostra uma importante ferramenta de controle para acompanhamento mensal e anual da quantidade de estações em pane na rede, facilitando desta maneira o planejamento de viagens das equipes de manutenção. Apesar de o ano de 2023 fechar com uma alta porcentagem de estações operantes, cerca de 91,8%, isso não se traduz em realidade operacional, pois seriam necessários maiores investimentos para as manutenções. Tal resultado só pôde ser alcançado devido a mudanças internas nas programações de viagens, onde foram incluídas, sempre com o menor custo possível, visitas de manutenção preventiva dependendo dos roteiros de manutenção. Essas manutenções preventivas já preveem as trocas de sensores que apresentam problemas mais recorrentes, sendo que estes voltam ao laboratório do INMET, para averiguação e calibração, ou seja, diminuindo assim a quantidade de manutenções corretivas. Além dessas medidas, o INMET passou a firmar mais Acordos de Cooperação Técnica - ACTs com entidades parceiras, a fim de realizar manutenções básicas e de segurança dos equipamentos, que evitam o dano a alguns sensores.

OE06 - Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.

IND06.1 - Abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiros

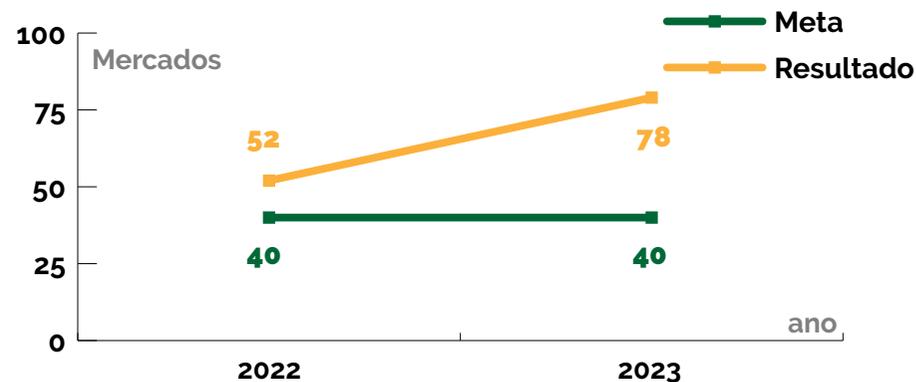
Finalidade: avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.

Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

Meta para 2023: 40 mercados

Resultado Apurado: 78 mercados

IND06.1 - Abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiros



Análise Crítica: o indicador representa a variação do acesso dos produtos do agronegócio brasileiro nos mercados internacionais. Em geral, cada abertura de mercado representa uma nova possibilidade de exportação de uma categoria de produto para um determinado destino (por exemplo: farelo de soja com destino à China), após as conclusões de avaliações técnicas e outras tratativas no âmbito sanitário ou fitossanitário entre o Brasil e o destino (que pode ser um país, bloco ou região sanitariamente autônoma). No entanto, ainda que este indicador represente o acesso de produtos do agronegócio brasileiro no mercado global, deve-se ainda considerar o trabalho complementar para a efetivação do fluxo comercial dos produtos, o que envolve o esforço conjunto entre as iniciativas pública e privada, seja para a negociação de condições tarifárias competitivas, promoção comercial ou outras ações.

Portanto, novas possibilidades de acesso a mercados foram conquistadas pelo esforço do MAPA nas negociações técnicas, sanitárias e fitossanitárias, aumentando as possibilidades de exportação dos produtos do agronegócio brasileiro.

Foram abertos 78 (setenta e oito) mercados no ano de 2023, proporcionando o acesso de novas categorias de produtos para mercados internacionais. Cabe reforçar que nem sempre tais aberturas de mercado resultam no fluxo efetivo de produtos agropecuários, uma

vez que há a necessidade de ações complementares para estabelecer o comércio, tais como: promoção comercial, desenvolvimento de acordos de facilitação bilateral ou regional e, principalmente, o interesse e a participação do setor privado em relação aos destinos e aos produtos a serem exportados.

OE07 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

Descrição: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

IND07.1 - Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas

Finalidade: avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.

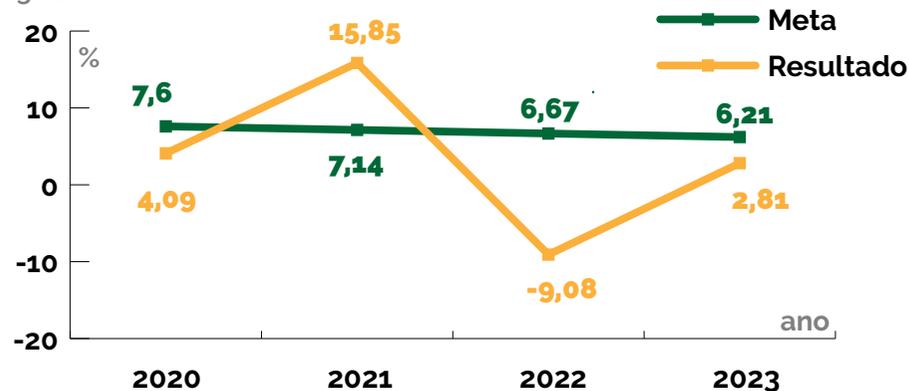
Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 6,21 %

Resultado Apurado: 2,81%

Análise Crítica: considerando o decréscimo observado ao final de 2022, no ano de 2023 inicia-se uma retomada de crescimento, entretanto, ainda aquém do esperado.

IND07.1 - Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas



O ano de 2023 foi marcado por diversas mudanças governamentais, que impactaram a implementação de políticas de fomento e promoção do produto orgânico. Também se observou instabilidade econômica, prejudicando produtores orgânicos e novos empreendimentos.

A Ação Orçamentária Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pro - Orgânico sofreu corte significativo de mais de 86%, restringindo as ações do MAPA, assim como das Comissões de Produção Orgânica nas Unidades da Federação, para mobilização de novos produtores cadastrados.



A Coordenação de Produção Orgânica, assim como outras áreas do MAPA, conta com força de trabalho bastante reduzida, prejudicando o atingimento das metas, bem como a articulação em prol do desenvolvimento da produção orgânica nas Unidades da Federação.

Mesmo diante desses desafios, os consumidores impulsionam o crescimento da produção orgânica, vencendo os obstáculos econômicos e tecnológicos, ainda que inferior ao seu potencial.

Faz-se necessário o apoio do Estado para desenvolvimento do setor, assim como para aplicação das normas estabelecidas, a fim de trazer confiabilidade para o sistema de controle e fiscalização do produto orgânico comercializado no país.

IND07.2 - Número de cultivares protegidas e espécies passíveis de proteção

Finalidade: o incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número

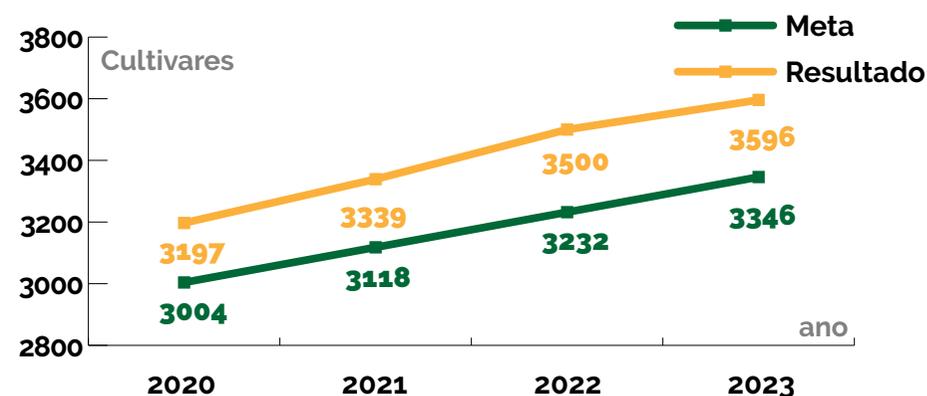
de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 3.347 cultivares

Resultado Apurado: 3.596 cultivares

IND07.2. Número de Cultivares Protegidas e Espécies Passíveis de Proteção



Análise Crítica: verifica-se que os resultados obtidos em 2023 (3.596) encontram-se acima da meta (3.347), com redução de cerca de 50% no número de certificados emitidos, como também impactou, de forma mais moderada, no número de espécies incluídas no sistema de proteção.



OE08 - Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

Descrição: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo MAPA, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

IND08.1 - Taxa de implementação do Observatório da Agropecuária Brasileira

Finalidade: medir o nível de evolução do projeto de implementação do Observatório da Agropecuária Brasileira.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI

Observação: conforme informado no Relatório de Gestão referente a 2021, o Projeto Estratégico "Implantar Observatório da Agropecuária Brasileira" foi concluído no dia 31/03/2021, após atingir o objetivo principal do projeto: integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira. O sistema continua em evolução, podendo ser acessado por qualquer cidadão por meio do endereço:

<http://www.gov.br/agricultura/pt-br/observatorio>.

OE09 - Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.

IND09.1 - Número de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa no ano

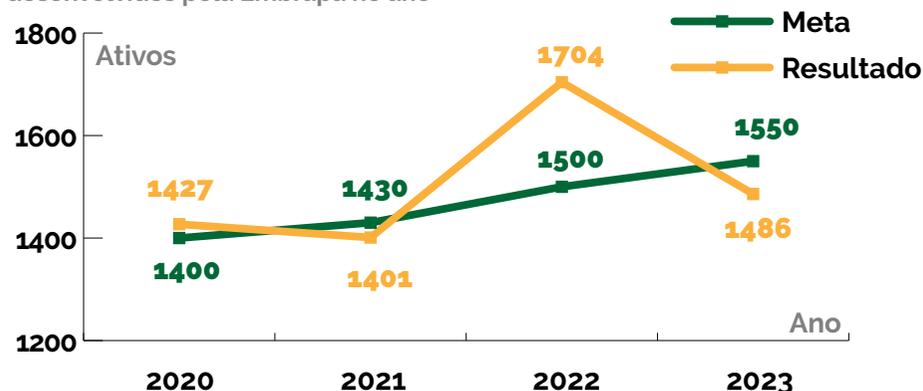
Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.

Área Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Meta para 2023: 1.550 ativos

Resultado Apurado: 1.486 ativos

IND09.1 - Número de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa no ano



Análise Crítica: a programação de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I da Embrapa obteve, em 2023, montante de ativos no total de 1.486, indicando um alcance de 96% da meta. A programação entregou 516 ativos pré-tecnológicos (resultados que servem de base e/ou são “embarcados” em produtos e processos) e 970 ativos tecnológicos (produtos e processos produzidos como consequência final das ações desenvolvidas pelos projetos de PD&I). Esses ativos tecnológicos encontram-se em diversos níveis de TRL (Technology Readiness Levels), de 1 a 9. A escala TRL permite o acompanhamento de ativos tecnológicos durante os processos de PD&I e indica a fase de desenvolvimento do ativo. Assim, as TRLs indicam o quão pronto se encontra o desenvolvimento de produtos e processos.

Alguns exemplos de ativos obtidos em 2023 são os seguintes: cultivar de açaí da espécie *Euterpe precatoria*, recomendada para o cultivo em terra firme; cultivar de feijão-comum com tipo de grão carioca, que apresenta alta produtividade na região Central do Brasil; biodigestor de alta taxa para resíduos agropecuários e agroindustriais; drone de baixo custo para liberação de agentes biológicos; sistema de integração pecuária-floresta, que reúne práticas de manejo para a maximização do desempenho animal, por meio da promoção da melhoria nas condições do ambiente de produção pela integração com árvores de eucalipto; sistema produtivo de algodão em sequeiro no semiárido

brasileiro; dentre outros. É importante observar que projetos de PD&I têm duração média de 4 a 5 anos. Portanto, os resultados entregues pela programação são produtos de projetos iniciados há cerca de 4 a 5 anos. Isso explica o índice de alcance da meta, de 96%. Em 2023, houve aumento de orçamento disponibilizado, representando uma recomposição parcial dos recursos necessários para a programação de pesquisa atual.

IND09.2 - Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa no ano

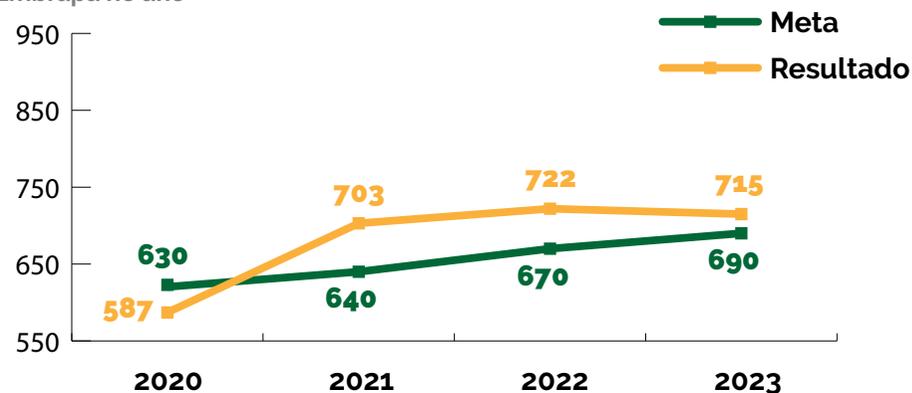
Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.

Área Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Meta para 2023: 690 ativos

Resultado Apurado: 715 ativos

IND09.2 - Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa no ano



Análise Crítica: até o dia 14/03/2024, foram qualificados 715 ativos tecnológicos e pré-tecnológicos a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I gerados em 2023 pela Embrapa. O valor apurado corresponde a cerca de 104% da meta prevista. A partir

da regionalização dos dados, que está relacionada à região geográfica para a qual o ativo é indicado, observa-se que a maior parte dos ativos gerados em 2023 e qualificados são indicados para a região Nordeste (67%), seguida da região Sudeste (64%), Centro-Oeste (63%), Sul (57%) e Norte (50%). É importante ressaltar que um ativo pode ser indicado simultaneamente para mais de uma região e, portanto, o somatório dos dados regionalizados não equivale ao indicador total.

INDO9.3 - Recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária

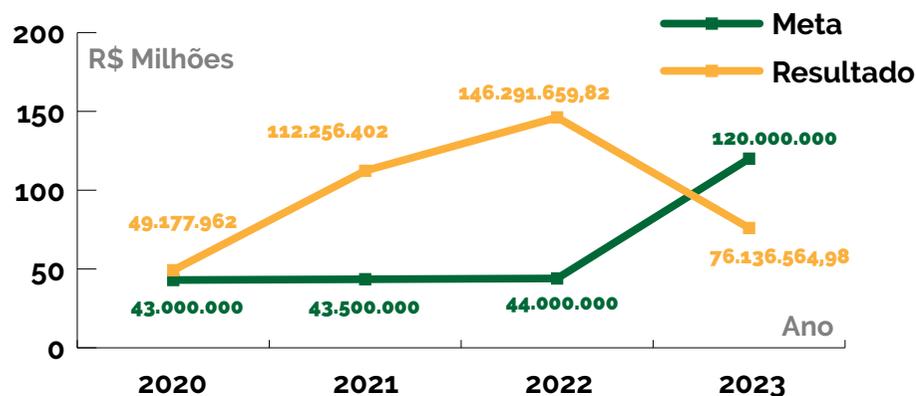
Finalidade: medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos e pesquisas do setor agropecuário.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI

Meta para 2023: R\$ 120 milhões

Resultado Apurado: R\$ 76 milhões

INDO9.3 - Recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária



Análise Crítica: o resultado não atingiu a meta prevista para o período, em função da reestruturação do MAPA, conforme o Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, devido à diminuição do número de secretarias em sua estrutura, notadamente a Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP, o

Serviço Florestal Brasileiro - SFB e a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF, além da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, as quais contribuíram para o indicador nos anos anteriores. Adicionalmente, em 2023, não houve descentralização de recursos para a SDI para a celebração de parcerias ou Termos de Execução Descentralizada - TEDs por meio da ação 20ZV (Apoio ao Pequeno e Médio Produtor), fonte que teve importante contribuição ao indicador em 2022, com exceção de complementação financeira em TEDs com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e a Embrapa Territorial. As informações para compor o indicador foram obtidas junto aos pontos focais do Gabinete da Secretaria de Política Agrícola - SPA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e da Coordenação-Geral de Administração e Finanças - CGAF/SDI.



OE10 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

Descrição: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários.

IND10.1 - Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados

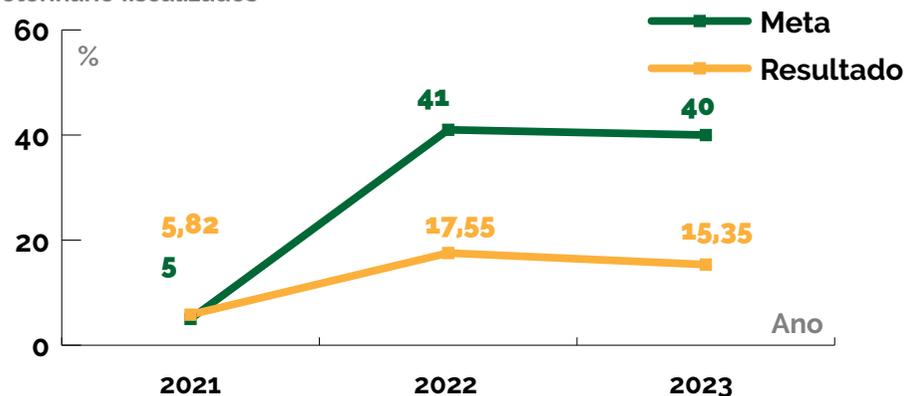
Finalidade: realizar fiscalizações com base em risco em estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário para verificação de Boas Práticas de Fabricação.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 40%

Resultado Apurado: 15,35%

IND10.1 - Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados



Análise Crítica: a meta de fiscalizações de estabelecimentos fabricantes de produtos veterinários prevista para 2023 não foi alcançada,

principalmente devido à incapacidade operacional de recursos dos Serviços de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA em executar as fiscalizações programadas com base em risco. Houve solicitação de apoio da coordenação nacional, porém a demanda é maior do que a infraestrutura existente. Também houve restrições orçamentárias (até o mês de abril e recolhimento de recursos em dezembro), o que impossibilitou o deslocamento de servidores por cinco meses durante 2023.



Além das fiscalizações programadas com base em risco, há demandas de fiscalização para o registro inicial e alteração de registro de estabelecimentos, para investigação de avisos de violação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC e para apuração de denúncias, as quais se sobrepõem às fiscalizações programadas. São Paulo é o estado mais crítico, pois reúne 46% dos estabelecimentos fabricantes registrados, mas conta com apenas quatro Auditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFAs dedicados para atender a essas demandas.

A ausência de fiscalização eficiente na frequência estipulada com base no risco, conforme estabelecido pela Instrução Normativa SDA nº 138/2022, em fabricantes registrados proporciona oportunidade para que esses estabelecimentos, os quais possuem instalações e equipamentos apropriados, além do acesso às matérias primas, funcionem como potenciais núcleos de produção de produtos irregulares.

Tais produtos irregulares não passaram por avaliação de segurança, estabilidade, eficácia e depleção de resíduos. Portanto, representam risco não somente à saúde dos animais, mas também à saúde pública e à economia do País. A utilização desses produtos poderá resultar na persistência de resíduos de produtos veterinários acima dos limites máximos em alimentos provenientes de animais tratados com tais produtos. Esses resíduos causam uma série de possíveis efeitos adversos à saúde humana. Além do risco à saúde pública, a utilização desses produtos nos animais de produção também configura risco à economia do País. A constatação de resíduos dessas substâncias em produtos de origem animal exportados ocasiona embargos às exportações brasileiras e o consequente fechamento de mercados importadores para o Brasil.

Considerando o exposto, é de extrema urgência que sejam adotadas providências para aumentar o quadro de AFFAs para execução de fiscalização de produtos veterinários, seja por meio de remanejamento interno ou pela realização de concurso com vagas específicas destinadas à fiscalização de produtos veterinários.

IND10.2 - Percentual de amostras processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária

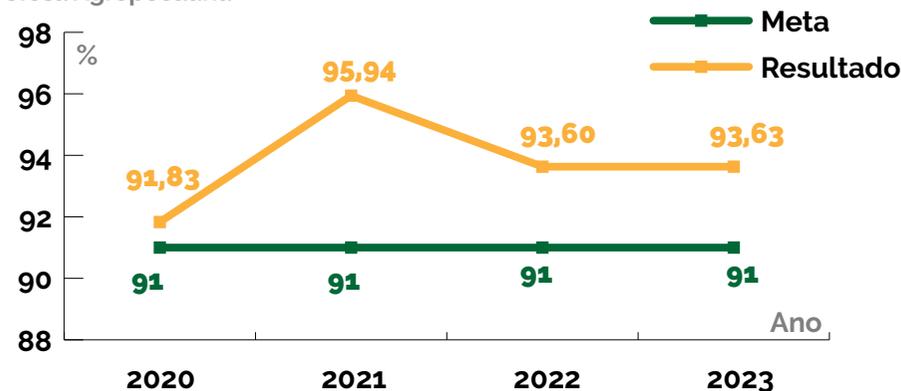
Finalidade: monitorar o processamento de amostras recebidas na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, de forma a acompanhar o atendimento das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária nacional, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas, rejeitadas e aguardando análise.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 91%

Resultado Apurado: 93,63%

IND10.2 - Percentual de amostras processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária



Análise Crítica: o resultado alcançado pela Rede LFDA em 2023, igual a 93,63%, é considerado bastante satisfatório, visto estar acima da meta (91%). Do total de 114.503 amostras recebidas no ano, 107.207 tiveram seus relatórios de ensaios emitidos até 31/12/2023, sendo consideradas processadas. Comparado aos resultados de 2022 (93,60%) e 2021 (95,94%), observa-se uma flutuação considerada normal, sendo o resultado da Rede LFDA mantido sempre acima da meta.

Dentre as amostras não processadas, 3.910 (3,41%) foram rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou no envio da amostra ao laboratório. Este percentual é superior aos observados nos anos de 2022 (2,83%) e 2021 (2,47%). Os maiores percentuais deste tipo de rejeição foram observados em amostras das áreas de Identidade e Qualidade de Alimentos, com 9,83% (895 amostras), Microbiologia de Alimentos, com 6,30% (830 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos, com 3,95% (644 amostras). Apesar de a rejeição por motivos externos não ser um parâmetro sob governança da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários - CGAL, são envidados esforços em seu monitoramento, para levar informações aos departamentos responsáveis.

Outras 91 amostras foram rejeitadas por motivos internos ao laboratório (0,08%). Apesar de ser um percentual muito baixo, foi ligeiramente superior ao observado em 2022 (0,04% do total recebido).

Em relação a amostras aguardando análise (aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo), o percentual foi de 2,88% (3.295 amostras), percentual inferior ao observado em 2022 (3,52%), o que é visto como uma grande melhoria.

OE11 - Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

Descrição: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

IND11.1 - Agentes das Cadeias Produtivas Agropecuárias Beneficiados

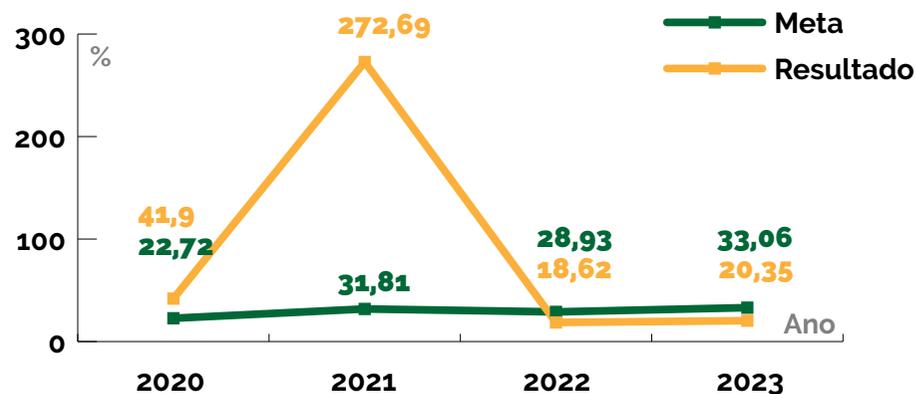
Finalidade: medir o esforço do MAPA em prover capacitação para o público-alvo.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI

Meta para 2023: 33,06%

Resultado Apurado: 20,35%

IND11.1 - Agentes das Cadeias Produtivas Agropecuárias Beneficiados



Análise Crítica: a capacitação de agentes das cadeias produtivas agropecuárias envolve a qualificação em programas de fomento às cadeias produtivas, agregação de valor e promoção da sustentabilidade e qualidade da produção agropecuária.

No período em análise, as capacitações englobam os Programas Produção Integrada Agropecuária, compreendendo a qualificação voltada às cadeias produtivas de batata, café, citros, mamão, morango, abacaxi, amendoim, banana, gengibre, inhame, taro, tomate, folhosas, maracujá, pimentão, bem como as boas práticas agrícolas. Ademais, abordaram a qualificação de analistas de projetos, Divisão de Desenvolvimento Rural - DDRs das Superintendências de Agricultura e Pecuária - SFAs, agroindústrias, laticínios e cooperativas de leite participantes em projetos que promovam o desenvolvimento de seus produtores de leite no âmbito do Programa Mais Leite Saudável - PMLS.

O desempenho do indicador no período foi regular em relação à meta inicial pactuada, tendo em vista a descentralização da qualificação de agentes aos estados, municípios e unidades de representação da cadeia produtiva.



OE12 - Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

Descrição: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.

IND12.1 - Taxa de crescimento das contratações do crédito rural

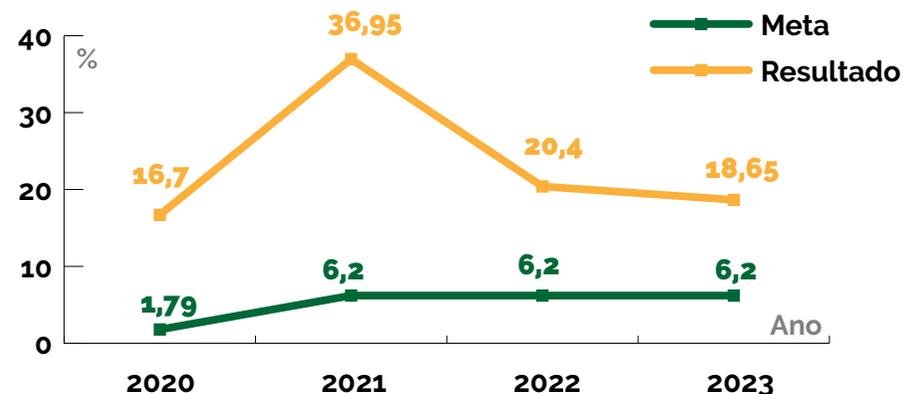
Finalidade: avaliar o crescimento das contratações de crédito rural.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2023: 6,20%

Resultado Apurado: 18,65%

IND12.1 - Taxa de crescimento das contratações do crédito rural



Análise Crítica: face a uma previsão de crescimento de 6,2% nas contratações do crédito rural, baseada na média do crescimento dos últimos cinco anos, foi observado um crescimento de 18,65% no valor das contratações do crédito.

O resultado do indicador mantém-se acima da meta, entretanto sinaliza uma desaceleração comparada ao período anterior, em função das elevadas taxas de juros do crédito rural face à diminuição da Selic observada no último semestre de 2023. Tal performance deve-se, principalmente, à grande demanda por tomada de recursos do crédito rural, observada ao longo do ano - principalmente de custeio -, e a uma diminuição na demanda por investimentos.

Mesmo com tal crescimento nas contratações realizadas, observa-se, ainda, considerável demanda por recursos equalizáveis - informada pelos agentes financeiros -, que acaba por não ser atendida e gera uma demanda represada crescente a cada safra. Como há limitação nos recursos disponibilizados, para equalização de taxa de juros, pelo Tesouro Nacional, tal demanda não é contemplada e os recursos equalizados esgotam-se cada vez mais cedo, após o início de um novo Ano Safra.



Assim, seria possível estabelecer metas e obter resultados ainda mais benéficos aos produtores rurais caso houvesse maior disponibilidade de recursos para equalização de taxa de juros. No último ano verificou-se também um aumento da demanda de recursos para atendimento a regiões atingidas por fenômenos meteorológicos adversos.

IND12.2 - Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR

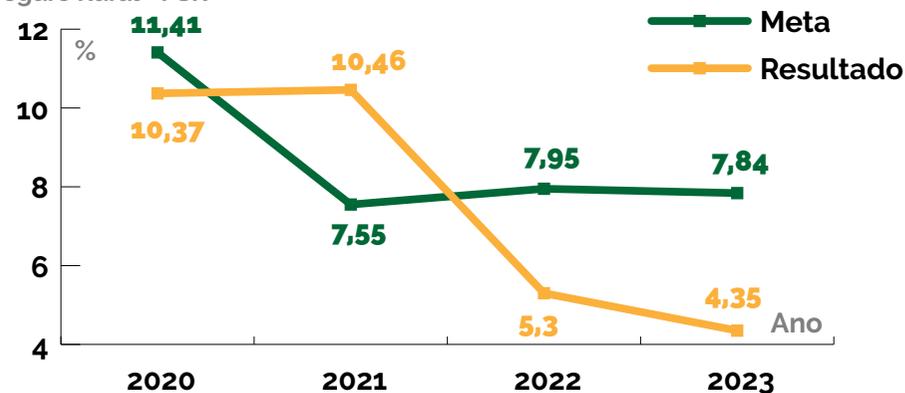
Finalidade: indicar o quanto o MAPA estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2023: 7,84%

Resultado Apurado: 4,35%

IND12.2 - Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR



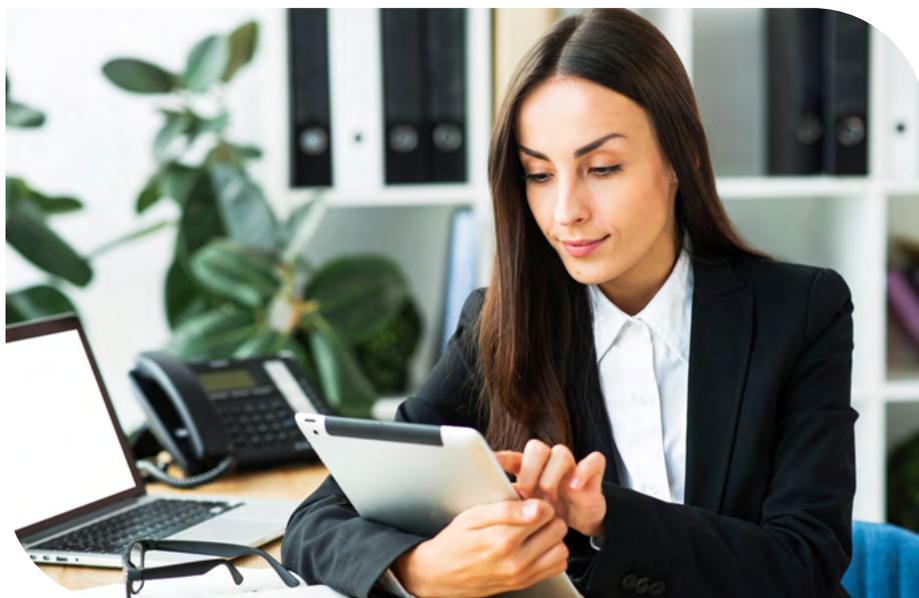
Análise Crítica: a Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023 aprovou recursos da ordem de R\$ 1,06 bilhão para o Programa de Seguro Rural - PSR, executados por meio da Ação Orçamentária 099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural. Porém, devido à necessidade de remanejamentos, houve a supressão de R\$ 130 milhões do montante dessa Ação Orçamentária, reduzindo sua disponibilidade para R\$ 933 milhões, utilizados quase em sua totalidade para o pagamento da subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Considerando os valores globais, foram beneficiados aproximadamente 70 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 6,3 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 39,5 bilhões. É preciso salientar que se observou um crescimento significativo do valor médio da importância segurada das apólices de seguro rural desde o ano de 2022, consequência da elevação dos preços das principais atividades que impactam no dispêndio do Programa, tais como: milho, soja e trigo.

Ademais, a alta sinistralidade observada nas últimas safras fez com que as seguradoras ajustassem as taxas de prêmio, o que na prática também contribuiu para aumentar o valor médio das apólices, refletindo no índice apurado de 4,35% no ano passado, pouco inferior ao patamar atingido no ano anterior e bem aquém em relação aos anos de 2020 e 2021. A disponibilização de um volume menor de recursos financeiros

em relação ao ano passado também contribuiu para a baixa no índice apurado em 2023.

OE13 - Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira



Descrição: ampliar a percepção positiva do MAPA com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades. Fortalecer a inserção das cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

IND13.1 - Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA

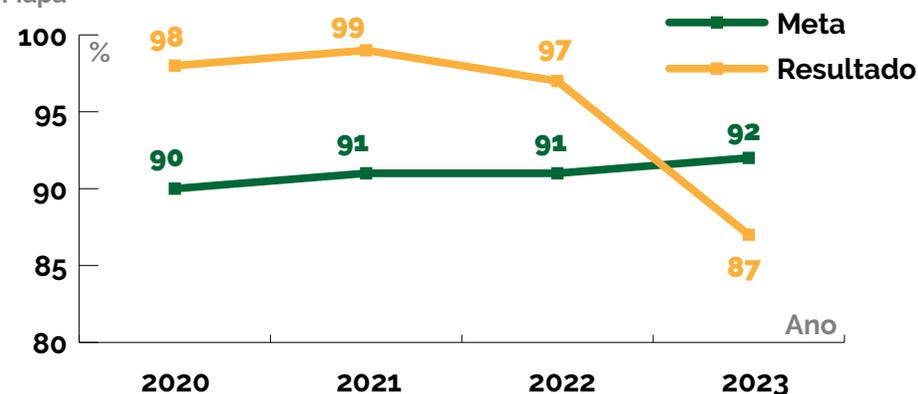
Finalidade: medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.

Área Responsável: Assessoria Especial de Comunicação Social - AECS

Meta para 2023: 92%

Resultado Apurado: 87%

IND13.1 - Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o Mapa



Análise Crítica: a análise da repercussão do MAPA na mídia demonstra que em 2023 foram publicadas espontaneamente 16.317 notícias, das quais 14.184 foram favoráveis ou neutras, um percentual de aproximadamente 87%. O resultado apurado indica que o MAPA continua apresentando parâmetros positivos na mídia. Para os próximos períodos, a perspectiva é manter as boas práticas de comunicação executadas pelo Ministério, como por exemplo o trabalho realizado no lançamento do Plano Safra 23/24 e na campanha de informação sobre a Influenza Aviária. Ainda, com foco em ampliar o alcance das matérias produzidas pelo MAPA, uma possibilidade é produzir conteúdo regionalizado com temas centrais para o órgão, com isso aumentando a capilaridade e o acesso à informação.



IND13.2 - Crescimento do número de perfis ativos do MAPA nas redes sociais

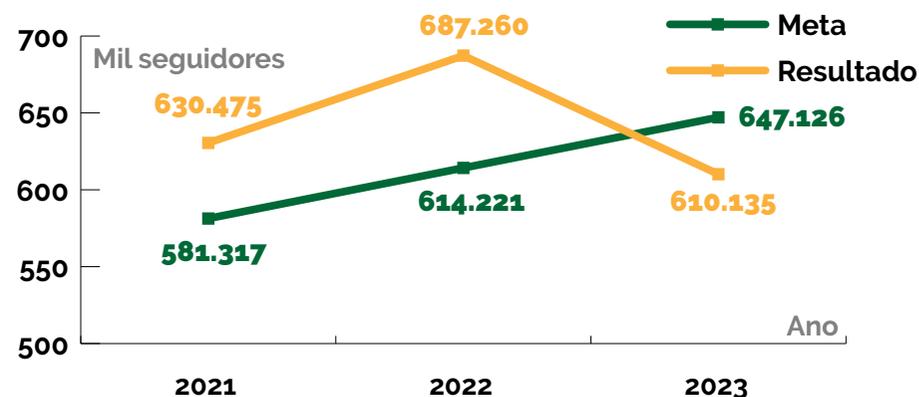
Finalidade: mensurar o crescimento da expressividade das páginas das redes sociais do MAPA a partir da quantidade de público.

Área Responsável: Assessoria Especial de Comunicação Social - AECS

Meta para 2023: 647.126 seguidores

Resultado Apurado: 610.135 seguidores

IND13.2 - Crescimento do número de perfis ativos do Mapa nas redes sociais



Análise Crítica: em 2023, observou-se um crescimento significativo nas redes do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, tanto no primeiro quanto no segundo semestre. Não apenas testemunhou-se um aumento substancial no número de seguidores, mas também registraram-se métricas relevantes de engajamento e interação, alcançando uma nova audiência fora da esfera usual de seguidores do MAPA.

No primeiro semestre de 2023, as redes do MAPA conquistaram mais de 18 mil novos seguidores, seguido por um aumento de mais de 31 mil novos seguidores no segundo semestre. Esses números indicam que o conteúdo do MAPA está recebendo visibilidade.

Apesar do crescimento nas métricas de engajamento, é importante notar que o valor total geral está abaixo do relatado anteriormente citado. Isso se deve à perda da conta no "X" (antigo Twitter) após o período eleitoral, conforme mencionado no Relatório de Gestão anterior. A transição para uma nova conta resultou na perda de milhares de seguidores. Apesar deste recomeço, em que uma das redes sociais partiu de uma base vazia de seguidores, ressalta-se o crescimento orgânico total registrado entre o primeiro e o segundo semestre de 2023.

OE14 - Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Descrição: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.

IND14.1 - Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional

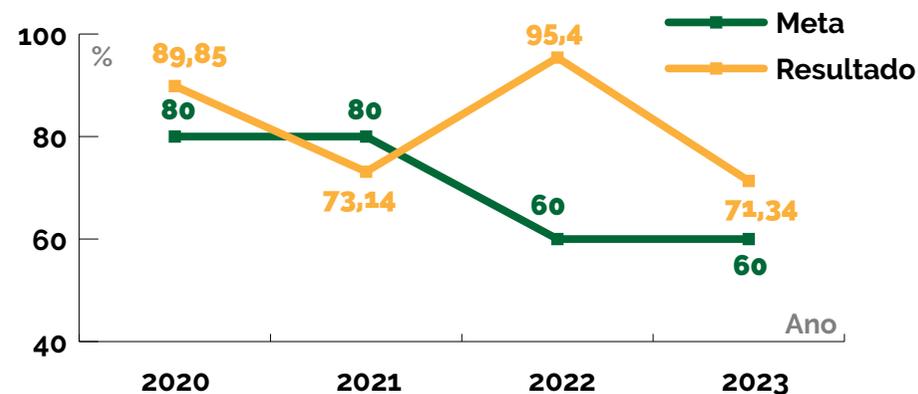
Finalidade: avaliar a atuação do MAPA na criação de Notas Técnicas que servem de subsídio para os congressistas defenderem os interesses das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Área Responsável: Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - AEAPF

Meta para 2023: 60%

Resultado Apurado: 71,4%

IND14.1 - Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional



Análise Crítica: a meta estipulada para 2023 foi superada, com o resultado final de 71%. A Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, por meio da Coordenação de Acompanhamento do Processo Legislativo, instituiu melhorias no fluxo processual de elaboração de Notas Técnicas referentes a proposições afetas à agropecuária. O filtro diário realizado pela Assessoria, alinhado à análise prévia conjunta com os pontos focais indicados pelos gabinetes das áreas técnicas, determinou de forma mais objetiva as proposições pertinentes à pasta e também as prioridades nas políticas que deveriam ser tratadas pelo MAPA. Novas atribuições foram assumidas por parte da Coordenação, desonerando as áreas finalísticas no excesso de processos tramitados aos setores técnicos com o objetivo de otimizar o tempo na elaboração de notas e pareceres. O reflexo disso se torna claro quando, das 499 proposições identificadas como de interesse da pasta, 356 tiveram Notas Técnicas emitidas, e 143 estão em análise nas finalísticas.

IND14.2 - Taxa de resposta às demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas

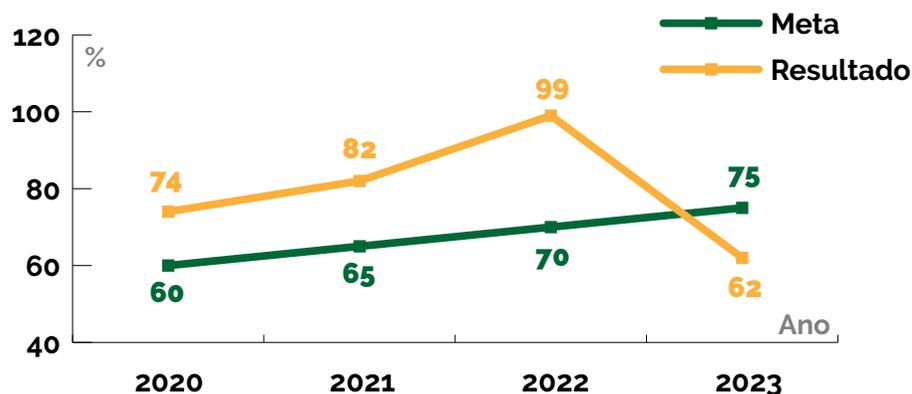
Finalidade: medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2023: 75%

Resultado Apurado: 62,5%

IND14.2 - Taxa de resposta às demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas



Análise Crítica: as Câmaras Setoriais e Temáticas são fóruns de interlocução do MAPA com as entidades do setor privado; ou seja, é a porta de entrada do setor privado no Ministério, onde essas entidades trazem as suas demandas e contribuem assim para formulação e melhoria na implementação das políticas públicas de cada setor. Atualmente são trinta e uma Câmaras Setoriais, que tratam de cada cadeia produtiva, e seis Câmaras Temáticas, que tratam de temas que são transversais aos diversos setores. As Câmaras reúnem entidades representativas de produtores, empresários, instituições bancárias e outros parceiros no setor, além de representantes de órgãos públicos e de técnicos governamentais. São órgãos consultivos que apoiam o MAPA na formulação de políticas públicas, em busca de maior eficiência no setor agropecuário. Ao longo de 2023, as reuniões ocorreram de forma híbrida e as demandas seguiram sendo apresentadas.

Por ser um ano de transição de governo, 2023 foi um ano de grandes desafios. O setor agrícola dentro da nova conjuntura passou por uma reestruturação com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e do Ministério da Pesca e

Aquicultura - MPA. Vários processos foram revistos, de maneira que foi atendido o maior número de demandas possível nesse cenário de novidades e desafios. Apesar de a taxa de atendimento ter ficado em um patamar inferior no último trimestre de 2023, no acumulado do ano conseguiu-se atender a 62,5% das demandas recebidas, resultado pouco abaixo da meta estabelecida em 75%.

IND14.3 - Taxa de participação do MAPA na elaboração de regras internacionais

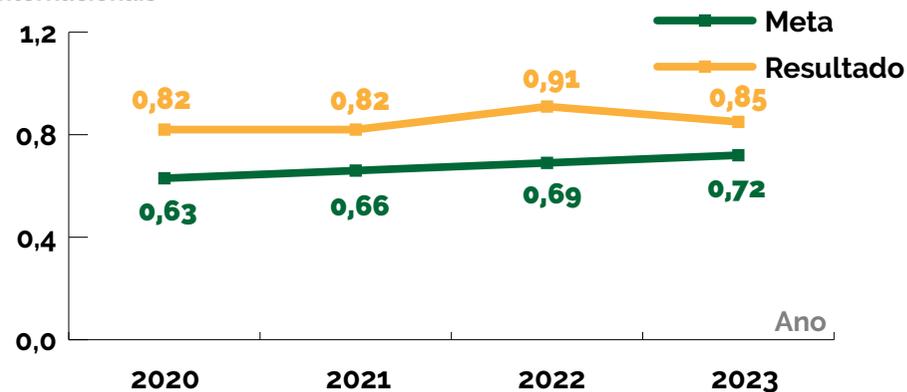
Finalidade: a participação proativa do MAPA em fóruns internacionais (multilaterais, regionais e birregionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

Meta para 2023: 0,72

Resultado Apurado: 0,85

IND14.3 - Taxa de participação do Mapa na elaboração de regras internacionais





Análise Crítica: o indicador representa o grau de atendimento do Departamento de Negociações Não-Tarifárias e de Sustentabilidade - DNTS/SCRI em reuniões e fóruns de negociação, sejam birregionais, multilaterais ou regionais, que visam à elaboração de normas e/ou acordos de interesse do setor agropecuário brasileiro. Cabe notar que, embora o indicador não espelhe a real dimensão das oportunidades negociais apresentadas ao Brasil, assim como a diversidade de produtos do agronegócio, é possível inferir um panorama do esforço e da proatividade do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, especialmente da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI no atendimento às demandas que ocorrem no mercado internacional.

As entregas e o desempenho observado no ano de 2023, em comparação aos índices de anos anteriores e à linha de base, assim como eventuais restrições a serem superadas, representaram o esforço da equipe de todo o DNTS/SCRI no sentido de se obter o máximo de participação nas discussões internacionais sobre a elaboração de normas e/ou de acordos de interesse do agronegócio brasileiro. Entre

reuniões birregionais e multilaterais com os demais países para tratar de negociações sanitárias, fitossanitárias (SPS) e também no âmbito técnico (TBT), o corpo de servidores deste DNTS participou de 162 (cento e sessenta e dois) eventos de um total de 190 (cento e noventa) previstos, durante o ano de 2023. Cabe destacar a participação em discussões no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC; no Mercosul e nos seus Subgrupos de Trabalho nº 3 (SGT Nº 3) e nº 8 (SGT Nº 8); em reuniões preparatórias e negociais do Acordo Mercosul-União Europeia; e, ainda, em diversos fóruns como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO e Convenção Sobre Diversidade Biológica - CDB. O índice alcançado de participação foi de 0,85, acima da meta 0,72, proposta para o ano de 2023.

OE15 - Modelar, aprimorar e automatizar processos de negócio

Descrição: modelar, aprimorar e automatizar processos, com vistas a disseminar a cultura de gestão de processos e promover a transformação digital do MAPA, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.

IND15.1 - Número de processos/serviços transformados em digitais

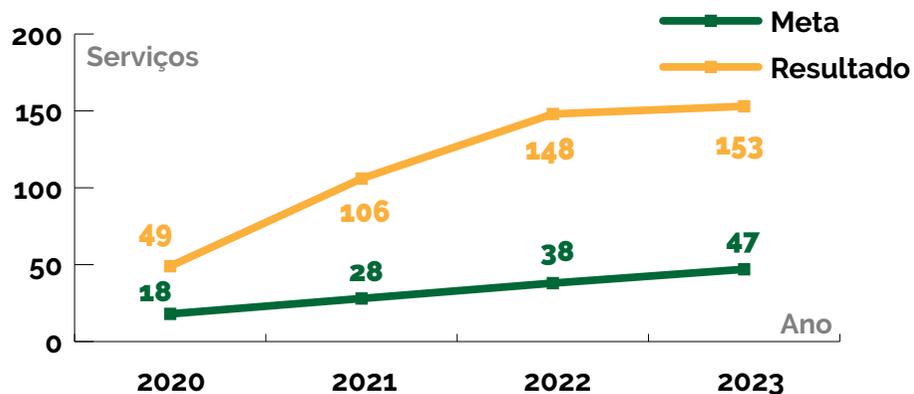
Finalidade: medir o resultado da Transformação Digital no MAPA com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 47 serviços

Resultado Apurado: 153 serviços

IND15.1 - Número de processos/serviços transformados em digitais



Análise Crítica: em 2023, foram transformados cinco serviços analógicos em serviços digitais. Essa queda é natural, tendo em vista o número de serviços já transformados pelo Ministério. Houve também a implementação dos módulos de avaliação de serviços e a integração com Interfaces de Programação de Aplicação - APIs do Conecta Gov, demonstrando o interesse pela qualidade na oferta dos serviços, agilidade e segurança dos dados para o cidadão. Desde o início do projeto, foram transformados em digitais 153 serviços do MAPA, o que corresponde a 325,53% da meta original, de 47 serviços.

IND15.2 - Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

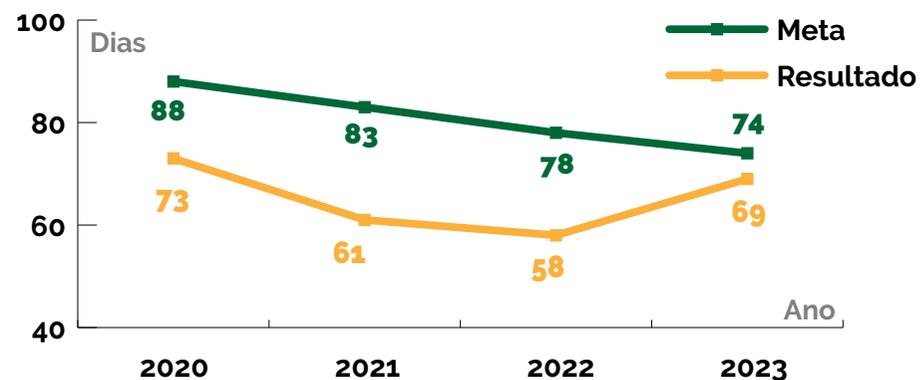
Finalidade: verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 74 dias

Resultado Apurado: 69 dias

IND15.2 - Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários



Análise Crítica: o indicador consolidado ficou dentro da meta programada. Atenção deve ser dada ao subindicador referente ao prazo de registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas. Ele ficou acima da meta, demandando atenção ao processo. Foi proposta a instituição de uma central de análise documental dos registros de estabelecimentos de vinhos e bebidas, com servidores dedicados prioritariamente a essas tarefas. Essa ação está em processo de implementação pela Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas. A expectativa é que essa abordagem otimize as análises por meio de padronização das análises documentais e de processos de análise, o que pode resultar em uma redução significativa no prazo de conclusão das análises de registro de estabelecimentos. A padronização não apenas otimizará o tempo, mas também garantirá a consistência e qualidade nas avaliações dos registros.

A análise de ambos os subindicadores identifica questões ligadas à necessidade de aprimoramento do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários - SIPEAGRO, o que demanda investimento na capacitação de servidores e a busca de melhorias nesse sistema.

Adicionalmente, a demanda por servidores dedicados às áreas afetas continua alta e, sem esse aporte de pessoal, torna-se difícil a melhoria

dos prazos em que atualmente os registros, as certificações e as habilitações são concedidas.

OE16 - Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

Descrição: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.

IND16.1 - Índice de participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento profissional

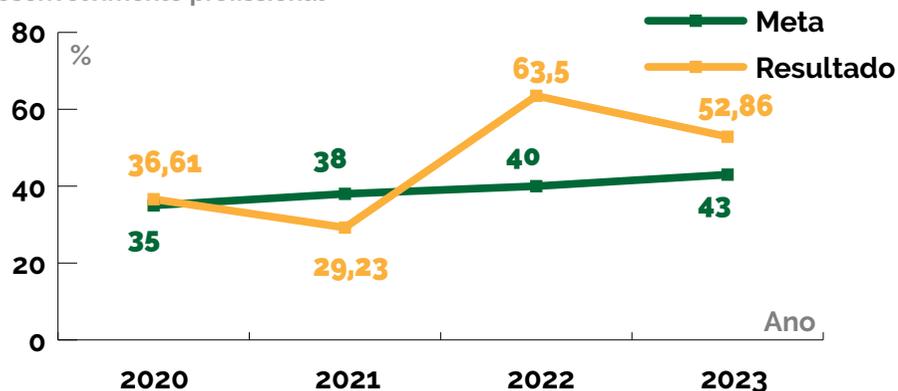
Finalidade: monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 43%

Resultado Apurado: 52,86%

IND16.1 - Índice de participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento profissional



Análise Crítica: a Escola Nacional de Gestão Agropecuária - Enagro, unidade subordinada à Subsecretaria de Gestão de Pessoas e de

Gestão do Conhecimento - SGP da Secretaria-Executiva - SE, para cumprimento de sua missão institucional, sobretudo na qualificação do seu público-alvo, vem impulsionando a oferta de programas de desenvolvimento profissional.



O resultado positivo de cerca de 120% da meta pactuada para 2023 deve-se à celebração de parcerias, ao investimento em inovações em tecnologias educacionais e à expansão da base de atuação virtual da Enagro, que resultou na transformação dos cursos presenciais em remotos, para oferta de turmas transmitidas, e cursos oferecidos na modalidade de Ensino a Distância, por meio do canal da Enagro no YouTube, do Google Meet e do Ambiente Virtual de Aprendizagem - Enagro Virtual.

Não obstante a expansão do calendário de cursos, em 2023, houve redução significativa de alunos, decorrente da reforma administrativa, em que quatro grandes Secretarias, com muitos servidores, deixaram de pertencer ao MAPA. Em face da redução dos alunos da Escola, foram adotadas medidas corretivas, o que culminou com a abertura de novas

turmas e a adesão do público aos cursos ofertados, considerando a execução do plano de comunicação.

Para a manutenção da meta proposta, a Escola busca a ampliação de celebração de parcerias com outras instituições, dentre elas a Fundação Universidade de Brasília - FUB, objetivando a criação de novos cursos diversos, na modalidade de ensino a distância, de forma a atender um maior número de profissionais envolvidos na cadeia produtiva do agro, em especial os servidores da Pasta.

IND16.2 - Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP

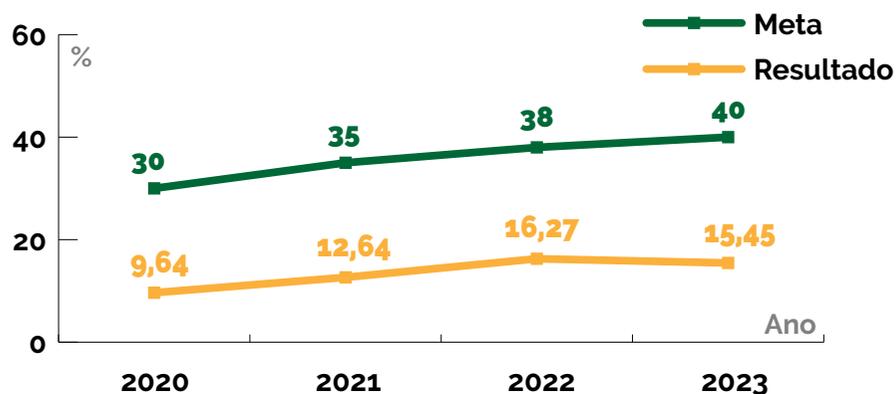
Finalidade: monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 40%

Resultado Apurado: 15,45%

IND16.2 - Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP



Análise Crítica: este indicador representa um parâmetro importante para a otimização do processo de desenvolvimento dos servidores e empregados públicos do MAPA. Com relação ao resultado apurado em 2023, abaixo estão alguns pontos a considerar:

Durante o ano em análise, destaca-se as mudanças estruturais significativas, com a reestruturação da Pasta resultando na exclusão de três Secretarias. Essa reconfiguração impactou diretamente a realização das metas estabelecidas no Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), dadas as necessidades específicas de desenvolvimento das unidades afetadas.

Além disso, o estado de emergência zoonosológica concentrou esforços no desenvolvimento de uma única competência emergente "emergência agropecuária". Isso afetou diretamente a capacidade de execução do Plano, evidenciando a necessidade de lidar com imprevistos.

O planejamento inicial do PDP, elaborado em setembro de 2022, não antecipou esses fatores, resultando em um déficit de 38% na meta prevista. Esta análise retrospectiva destaca a importância de identificar lacunas no planejamento e melhorar estratégias futuras, sobretudo, considerando que muitas iniciativas de capacitação podem estar vinculadas a necessidades específicas.

Para garantir a eficácia do Plano, torna-se fundamental o ajuste de metas, realocação de recursos e uma estratégia flexível para responder a necessidades emergenciais.

OE17 - Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

Descrição: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

IND17.1 - Taxa de intervenções executadas para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais

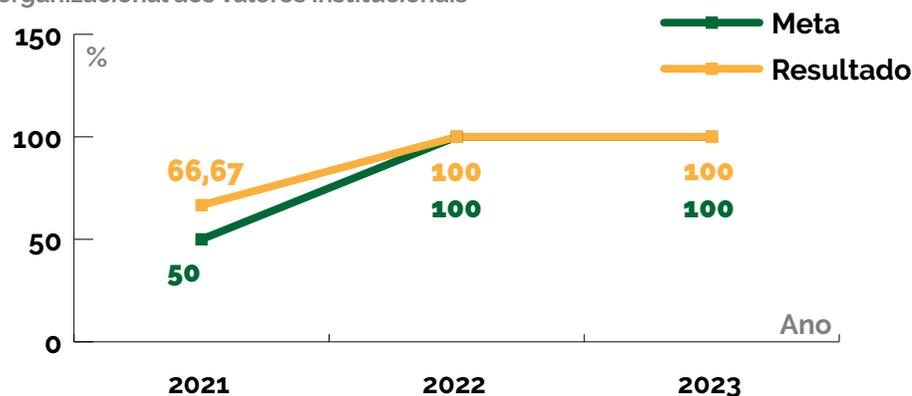
Finalidade: mensurar o percentual das intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 100%

Resultado Apurado: 100%

IND17.1 - Taxa de intervenções executadas para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais



Análise Crítica: o desempenho alcançado foi acima do esperado e previsto no cronograma de atividades. Foram realizadas as atividades referentes à execução do Calendário de Entregas. Durante o decorrer de 2023, foram planejadas e executadas ações voltadas à melhoria da Cultura Organizacional, tais como: 1 - implementação do Programa Colo de Longe e Colo Presente; 2 - realização de Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o Ministério da Saúde - MS para a utilização do Berçário; 3 - implementação da Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; 4 - criação do Banco de Talentos e do Clube do Livro; 5 - implementação de 21 "Espaços Ceres" nas Superintendências Federais de Agricultura e Pesca - SFAs e mais 09 obras em andamento; 6 - execução de 12 eventos de Qualidade de Vida e Promoção à Saúde no Trabalho; 7 - voluntariado nos "Espaços Ceres" do Distrito Federal - DF e dos Estados; 8 - acesso a programas de capacitação; entre outras ações. No momento, não existem restrições a serem superadas, as atividades estão ocorrendo dentro do prazo esperado.



IND17.2 - Taxa de ações executadas para melhoria do clima organizacional

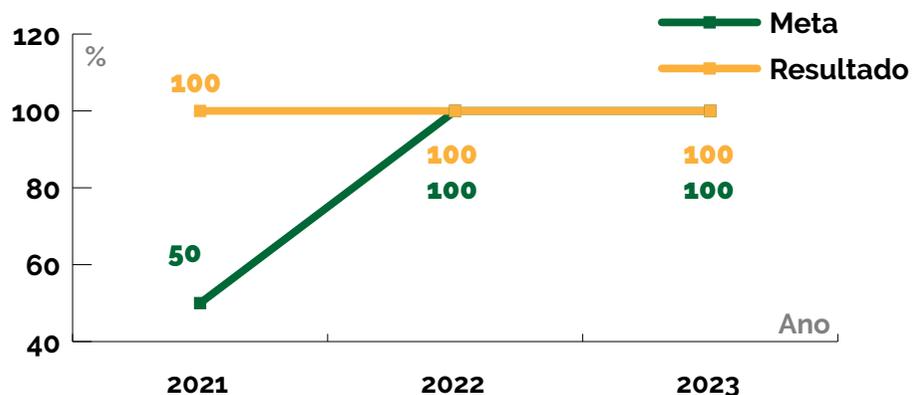
Finalidade: mensurar o percentual das ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 100%

Resultado Apurado: 100%

IND17.2 - Taxa de ações executadas para melhoria do clima organizacional



Análise Crítica: o desempenho observado traz como métricas as entregas previstas para o ano de 2023. As entregas previstas/executadas foram: 1 - execução da Trilha de Aprendizagem aplicada à Liderança Estratégica do MAPA; 2 - Projeto Piloto Gestão de Equipes; 3 - propostas para melhoria do Clima Organizacional priorizadas; 4 - Programas de Reconhecimento; 5 - desenvolvimento de habilidades sociais e comportamentais; 6 - implementação de treinamentos em serviço; 7 - mapeamento de competências institucionais e técnicas; 8 - incentivo à inovação e experimentação; entre outras ações e propostas. Observa-se que o indicador está coerente com a proposta de execução. No momento, não existem restrições a serem superadas, as atividades estão ocorrendo dentro do prazo esperado. Após análises da pesquisa e apresentações de resultados, estima-se dar continuidade no ano de 2024 às propostas de ações para melhoria do Clima Organizacional.

OE18 - Promover a inovação e a transformação digital

Descrição: promover a inovação e a transformação digital no âmbito do MAPA por meio da implementação de soluções tecnológicas que modernizem processos, melhorem a eficiência operacional e potencializem o valor do negócio.

IND18.1 - Índice de Capacidade de Entrega de TIC

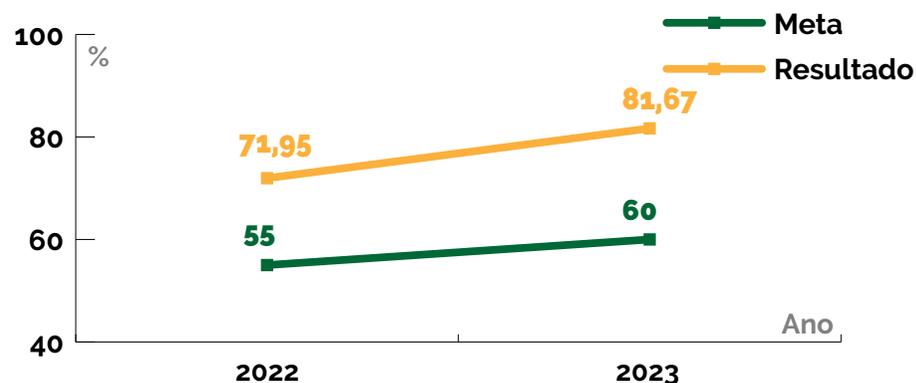
Finalidade: mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 60%

Resultado Apurado: 81,67%

IND18.1 - Índice de Capacidade de Entrega de TIC



Análise Crítica: a programação para o exercício de 2023 consistia na execução de 60 (sessenta) projetos ao longo do ano. Desses, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI concluiu 49 (quarenta e nove) projetos, o que corresponde a 81% do total, superando assim a meta de 60% estabelecida para o ano em questão. Esse desempenho

demonstra a curva de adaptação às mudanças implementadas no período avaliado, haja vista a STI ter sofrido uma transformação considerável em 2023.

O Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA foi reestruturado pelo Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023. Esta reestruturação transformou o antigo Departamento de Tecnologia da Informação - DTI em uma subsecretaria, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI, subordinada à Secretaria-Executiva - SE do MAPA, estruturada em cinco coordenações-gerais, subdivididas em coordenações internas.

A partir de outubro de 2023, mais uma coordenação-geral passou a compor a STI, totalizando seis. Com o intuito de concentrar os esforços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC na STI, a Coordenação-Geral de Projetos Especiais de Tecnologia da Informação - CGPTI, até então subordinada ao Departamento de Gestão Corporativa - DEGEC da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, foi incorporada à estrutura da STI.

Desde maio de 2023, estão sendo integrados à força de trabalho da STI servidores temporários, oriundos do Processo Seletivo Simplificado para a contratação de 60 profissionais de TIC, por tempo determinado, autorizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI. Desse processo, já foram convocados 52 candidatos, sendo que 25 assinaram contrato e 02 já solicitaram seu desligamento. Esse ingresso de novos servidores significou um aumento de 41% da Força de Trabalho da STI.



Do ponto de vista orçamentário, destaca-se que a STI superou a execução do limite orçamentário originalmente estipulado na Lei Orçamentária Anual - LOA em 56%. Tal fato indica não apenas uma eficiente gestão de recursos, mas também demonstra um crescimento na quantidade de projetos executados pela STI durante o período. Esse aumento substancial na execução orçamentária pode ser interpretado como um indicativo do comprometimento e da expansão das atividades e iniciativas promovidas pela Subsecretaria, refletindo um impacto positivo em sua atuação e no alcance de seus objetivos institucionais.

OE19 - Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

Descrição: criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas, tendo em vista o cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado.

IND19.1 - Índice de execução orçamentária e financeira



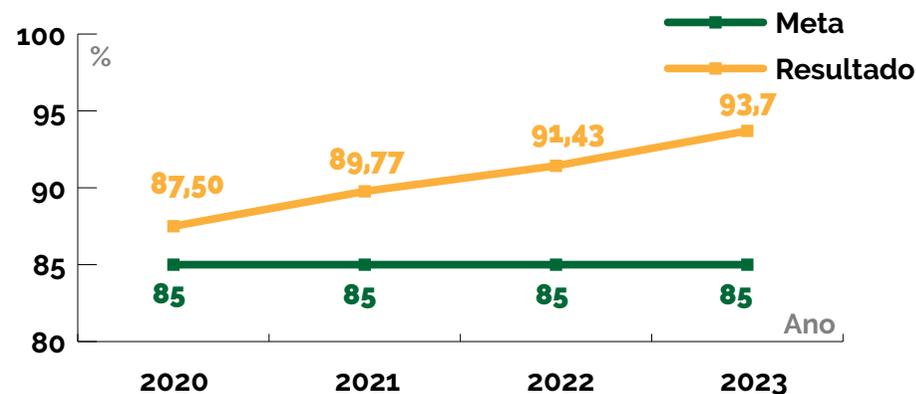
Finalidade: medir a execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias do MAPA, excluindo as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento, no intuito de mensurar o esforço despendido pelo órgão para executar seu orçamento e as atividades que planejou para cada exercício financeiro com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2023: 85%

Resultado Apurado: 93,7%

IND19.1 - Índice de execução orçamentária e financeira



Análise Crítica: o indicador demonstra que o desempenho foi superior à meta, evidenciando que o esforço despendido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA para executar o seu orçamento e atividades que planejou para o exercício financeiro resultou na efetiva entrega de bens e serviços à sociedade na medida em que houve disponibilidade orçamentária e financeira para o Órgão. Salienta-se, ainda, o crescimento nos resultados aferidos neste indicador desde o exercício de 2020.

Iniciativas Estratégicas, Responsáveis, Metas e Resultados em 2023

O Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA possui diversas frentes de trabalho em andamento, com maior ou menor grau de agregação de atividades e com horizontes temporais distintos. Ao longo de 2023, foram selecionadas 17 Iniciativas Estratégicas que são capazes de elevar a capacidade de resposta do Ministério perante seus públicos-alvo e a sociedade em geral para acompanhamento prioritário pela Alta Administração do MAPA na gestão atual.

Algumas Iniciativas representam recortes ou reformulação de frentes de trabalho já existentes, enquanto outras são resultado de novas propostas. De forma geral, as Iniciativas Estratégicas estão associadas com prioridades do Ministério e de seus dirigentes e representam grandes ações de intervenção que têm por finalidade garantir que o MAPA migre da situação atual para a situação desejada em 2031, explicitada em Visão de Futuro. São essas Iniciativas que geram os resultados que contribuem para a consecução dos Objetivos Estratégicos - OEs e, conseqüentemente, impactam as metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho.



As Iniciativas focadas nas áreas finalísticas do Ministério contribuem predominantemente para a consecução dos Objetivos Estratégicos das duas perspectivas superiores do MAPA Estratégico: (a) Resultados para a Sociedade; e (b) Resultados para o Público-Alvo. Por sua vez, aquelas associadas a temas internos do Ministério tendem a contribuir mais para os Objetivos Estratégicos das duas perspectivas da parte de baixo do MAPA Estratégico: (c) Processos Internos; e (d) Infraestrutura e Aprendizagem.

01. Modernização do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

Objetivo: implementar processos de gestão contemporâneos no MAPA para otimizar o desempenho dos seguintes eixos:

- Infraestrutura Física: com foco nas unidades existentes em 27 Unidades da Federação, abrangendo prédios, equipamentos e frota nas Superintendências Agricultura e Pecuária - SFAs, Laboratórios, Campos Experimentais, Inmet e Ceplac;
- Revisão de Processos: com ênfase no reposicionamento estratégico dos macroprocessos e alinhamento dos principais processos com fatos portadores de futuro.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado:

- racionalização e atualização da infraestrutura do MAPA nas Unidades da Federação;
- aumento da eficiência e efetividade da atuação das unidades descentralizadas;
- atualização do direcionamento estratégico do MAPA;
- aumento do protagonismo do MAPA como agente indutor do desenvolvimento nacional;
- agregação de valor aos segmentos prioritários de exportação mediante fomento à diferenciação, implantação de boas práticas de produção agropecuária e rastreabilidade da cadeia produtiva, entre outros.

Principais resultados em 2023: a implementação do Projeto de Modernização do MAPA, que visa introduzir um processo de gestão mais contemporâneo para otimizar o desempenho da Infraestrutura física, bem como a revisão do posicionamento estratégico de macroprocessos, teve seu efetivo início em 16/11/2023.

Neste período foram desenvolvidos vários documentos preparatórios necessários à delimitação de escopos e à formalização de um Acordo de Cooperação Técnica - ACT para execução dos diagnósticos e planos de ação, bem como iniciados processos ad hoc no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA para garantir o funcionamento adequado da infraestrutura do MAPA (reformas emergenciais).

Estima-se que a atividade "Materialização de diagnóstico e de estimativa de custos" seja concluída em abril de 2024.

Por outro lado, considerando as intervenções emergenciais a serem executadas via processos ad hoc no âmbito da SPOA para garantir o funcionamento adequado da infraestrutura do MAPA, a atividade "Execução da agenda de intervenções e aquisições" poderá ser iniciada antes do prazo previsto.

02. Plano Nacional de Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas - PNF

Objetivo:

- Geral: aumentar a produção e o consumo nacional de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas, disponibilizando novas tecnologias, melhorando o desempenho agroambiental dos sistemas de produção agropecuária e a competitividade da agroindústria nacional e regional no Mercosul.
- Específicos:
 - a)** garantir o aumento da produção nacional e regional (Mercosul) de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil, com priorização da integração e da viabilização de polos agroindustriais e logísticos;
 - b)** atrair investimentos estrangeiros para a implementação de fábricas de fertilizantes, infraestrutura de armazenamento e distribuição e desenvolvimento tecnológico no Brasil;

c) aumentar a participação de tecnologias e do conhecimento "tropical" na cadeia de produção, distribuição e uso de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil e países da região do Mercosul;

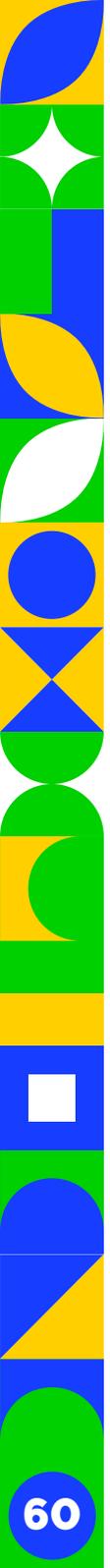
d) aumentar a eficiência do uso de fertilizantes com ênfase na importância do manejo sustentável dos solos e na otimização da produtividade no campo; e

e) garantir conhecimento e tecnologias para a recuperação de solos em áreas de conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuária e florestal sustentáveis, com ênfase em boas práticas de utilização de fertilizantes e na adoção de tecnologias em bioinsumos, novos fertilizantes fontes de fósforo e potássio e fertilizantes de base orgânica.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.



Impacto Esperado: o principal impacto é a diminuição da dependência externa em fertilizantes do Brasil, por meio da garantia da oferta de fertilizantes ao agricultor brasileiro, tanto pela diversificação de



fornecedores internacionais quanto pelo estímulo à indústria nacional. Espera-se que haja uma diminuição da dependência por fertilizantes nitrogenados de 93% em 2022 para 50% em 2030, desde que as obras das plantas de fertilizantes estimuladas pelo MAPA sejam concluídas e as existentes operem em máxima capacidade instalada. Espera-se também um aumento da oferta regional de fertilizantes potássicos por meio de finalização de projetos industriais em Autazes/AM, Yunes, Coipasa/Bolívia, Mendoza e Neuquém/Argentina.

A aprovação dos projetos de lei apoiados pelo MAPA resultará em uma diminuição dos custos de investimentos de novas fábricas de fertilizantes em, pelo menos, 20% (Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes - PROFERT) e garantirá a competitividade da indústria nacional de fertilizantes nitrogenados e a atratividade dos investimentos no Brasil por ocasião da subvenção econômica dos preços de gás natural até 2028 (Programa Emergencial para Fabricação de Amônia e Ureia - PEFAU).

A capacitação e o treinamento de produtores rurais, empresários, revendedores e consultores técnicos e o desenvolvimento e adoção de tecnologias em fertilizantes pela agroindústria e o produtor rural ocasionarão economia "dentro da porteira" de, pelo menos, um bilhão de dólares ao ano, pelo aumento da eficiência de uso dos fertilizantes e adoção de novas tecnologias no campo brasileiro.

O Sistema Nacional de Inteligência em Fertilizantes irá melhorar o ambiente de negócios para atração de investimentos no Brasil pelo aumento da consistência dos projetos de produção e distribuição de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil e região Mercosul, uma vez que não há dados e informações oficiais, tampouco cenários futuros detalhados do mercado brasileiro, da demanda tecnológica e da competitividade da cadeia de fertilizantes no Brasil. Aumentará a competitividade da agroindústria de insumos agropecuários no Brasil, com consequente aprimoramento da participação do MAPA na governança do setor agroindustrial do Brasil e Mercosul.

Principais resultados em 2023: o projeto encontra-se em ritmo normal. O andamento das atividades está dentro do programado, com destaque para o contrato de consultoria privada para elaboração de Estudo

de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental - EVTESA da Fábrica Rio de Janeiro, que foi alcançado antes do prazo estabelecido. Também se destaca a finalização da primeira fase da capacitação em estados da federação pela Caravana Embrapa FertiBrasil, liderada pela Embrapa, com sucesso. Essa caravana atingiu mais de 50 localidades do Brasil, percorreu uma área agrícola que abrange mais de 70 milhões de hectares e melhorou a atuação de mais de 10 mil produtores, técnicos e empreendedores. A segunda fase da capacitação em estados da federação pela Caravana Embrapa FertiBrasil foi aprovada em reunião com o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas, em reunião ordinária no dia 29/11/2023, e conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e a manifestação também do setor privado, em apoiar financeiramente e institucionalmente o projeto. A implementação do Portal em ambiente tecnológico do Centro de Excelência em Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas do Brasil encontra-se em estágio avançado de desenvolvimento, com previsão de término até julho de 2024. As dificuldades encontradas são, no âmbito geral, comuns a todos os projetos, sendo a principal a necessidade de recursos humanos especializados dentro da equipe que conduz os trabalhos.

03. Plataforma SDA Digital



Objetivo: implementar uma Plataforma de Serviços Unificada, que permita troca de dados entre os diferentes serviços que participam do ecossistema da agricultura e pecuária brasileiras, visando ao atendimento da Lei de Autocontrole - Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado:

- ampliação da agregação de valor dos produtos agropecuários, com foco em tecnologia e indústria de transformação;
- aumento da agilidade e da eficiência nos processos de registros, certificações e habilitações de produtos, insumos e estabelecimentos agropecuários para reduzir riscos sanitários, fitossanitários e de fraude na agropecuária nacional;

- melhoria do uso de práticas sustentáveis nas cadeias agropecuárias, observando a conservação dos recursos naturais e a redução de impactos ambientais;
- agilidade nos processos de trabalho da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA;
- Rastreabilidade de todos os dados deste segmento (estabelecimentos, produtos, dados de produção etc.);
- confiabilidade e segurança das informações que irão tramitar em uma plataforma de serviços;
- celeridade na execução dos processos deste enorme ecossistema;
- flexibilidade em relação às possibilidades de integrações com sistemas já existentes;
- agilidade na análise de dados, tornando a SDA e o MAPA mais proativos quando da necessidade da tomada de decisão para realização de políticas públicas relacionadas ao agronegócio;
- redução do tempo de emissão de Certificados para exportação.

Principais resultados em 2023: a Plataforma SDA Digital, desenvolvida em conformidade com a Lei nº 14.515/2022, representa um marco significativo na modernização dos processos de registro e gestão de estabelecimentos e produtos no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. Pensando na aplicação da referida Lei, o MAPA e o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro realizaram em março de 2023 um alinhamento com várias áreas da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA sobre o produto mínimo viável a ser construído.

Do trabalho proposto, destacam-se as seguintes realizações em 2023:

- Portal Único de Acesso: Implementação bem-sucedida do portal (<https://sdadigital.agricultura.gov.br/sda/home>), facilitando um ponto centralizado para acessos e serviços;
- Integração com Gov.br: conexão efetiva com a plataforma Gov. Br, garantindo uma experiência de usuário unificada e segura;

- Sistema Autoriza: integração concluída com o Sistema Autoriza, aprimorando o gerenciamento de permissões e acessos;
- App MAPA-LABs: lançamento do aplicativo MAPA-LABs, modernizando o processo de coleta e registro de amostras, que antes era realizado em papel. O app agora permite rastreabilidade completa e gestão eficiente das amostras em tempo real.

Projeções para 2024:

- Cadastro de Laboratórios: implementação do cadastro para "Laboratórios Credenciados" e estabelecimentos do tipo SIF, incluindo fluxo completo de análise e vistorias;
- Painel de Análise de Amostras: desenvolvimento de um painel dedicado para análise e resultados de amostras laboratoriais, visando aprimorar a transparência e eficiência;
- Autocontrole em Laboratórios: introdução de mecanismos de autocontrole para laboratórios credenciados, reforçando a qualidade e a segurança;
- Gestão Centralizada de APIs: centralização da gestão de Interfaces de Programação de Aplicação - APIs na Plataforma, promovendo integração e padronização dos serviços;
- Gestão de Registros: aprimoramento dos processos de cancelamento, suspensão e reativação de registros, aumentando a flexibilidade operacional;
- Registro para Sementes, Mudanças e Fertilizantes: expansão dos registros para incluir estabelecimentos de sementes, mudas e fertilizantes, ampliando o escopo da Plataforma.

Em conclusão, a Plataforma SDA Digital está no caminho certo para fortalecer a infraestrutura digital do setor agrícola do Brasil, com avanços notáveis já realizados em 2023 e planos ambiciosos para 2024. A continuidade desse projeto promete não apenas melhorar a eficiência e a segurança dentro do setor, mas também posicionar o Brasil como referência em inovação agrícola no cenário global.

04. Recuperação e Ampliação das Estradas Vicinais

Objetivo: melhorar a malha de estradas vicinais viabilizando:

- o crescimento e o desenvolvimento econômico, pela redução de custos e tempo de deslocamento no transporte da produção agropecuária;
- o incremento no desenvolvimento social das áreas rurais por meio da melhoria de acesso ao meio urbano para serviços de educação, saúde e demais serviços públicos; e
- o aumento na sustentabilidade ambiental pela preservação do solo e da água, com o uso de técnicas corretas de construção e manutenção destas vias.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

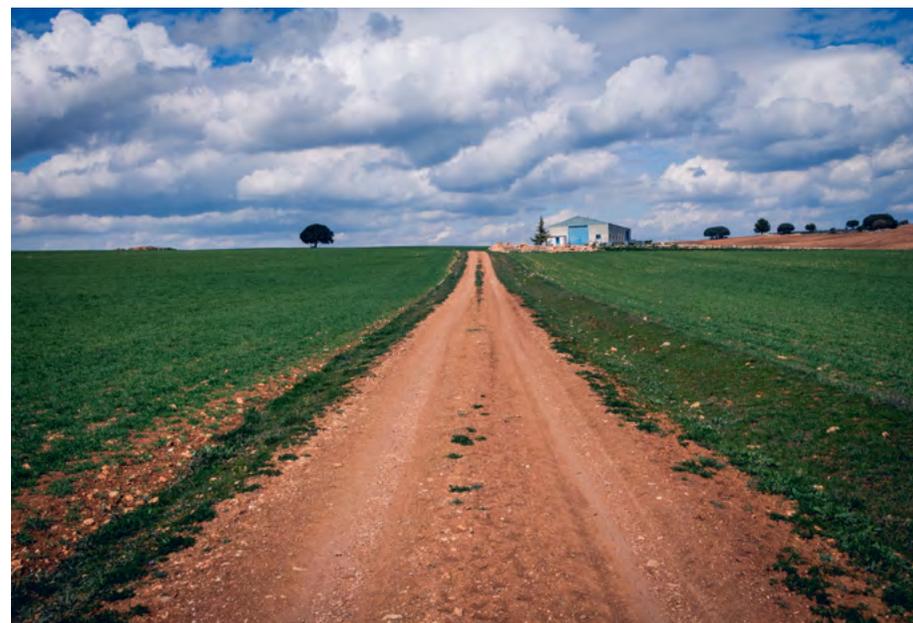
Impacto Esperado:

- facilitação da locomoção e do bem-estar das pessoas e famílias residentes em áreas produtivas aos serviços de educação, saúde e serviços públicos;
- aumento da mobilidade e da velocidade média de escoamento da produção agrossilvopastoril das propriedades até os sistemas viários de maior hierarquia (estradas coletoras e arteriais) e os entrepostos de armazenagem ou processamento;
- aumento da produtividade no transporte com veículos maiores, menos poluentes, e redução de custos de manutenção do material rodante;
- redução do Índice de Vulnerabilidade de Transporte - IVT (CNA).



Principais resultados em 2023: o projeto de recuperação e ampliação de estradas vicinais alcançou um marco significativo. A meta de recuperação de 1.500 km de estradas vicinais foi superada, com o orçamento executado na cifra de R\$ 279.883.096,37 e totalmente dentro do período estabelecido.

A equipe de trabalho, com os recursos disponíveis, foi capaz de atender e superar as expectativas do projeto. A execução do projeto foi realizada conforme o plano inicialmente definido, respeitando os prazos e cumprindo todas as etapas necessárias.



A recuperação desses 1.500 km de estradas vicinais terá um impacto significativo nas comunidades locais e nas áreas rurais circundantes. Essas estradas estarão em condições seguras e adequadas para o tráfego, facilitando o transporte de pessoas, agricultores e mercadorias. Além disso, haverá um aumento na acessibilidade a serviços essenciais, como hospitais, escolas e mercados.

Os resultados evidenciam uma gestão cuidadosa e responsável dos recursos financeiros. Foi possível evitar atrasos, garantindo que todas as atividades fossem realizadas de maneira sustentável e eficaz.

A qualidade do trabalho realizado também merece destaque. A equipe de engenharia da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração - SPOA do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA desenvolveu um planejamento de modo que todas as estradas a serem recuperadas serão submetidas a rigorosos padrões de controle de qualidade, para que estejam conforme as diretrizes técnicas estabelecidas para garantir sua durabilidade e segurança a longo prazo.

Por fim, o sucesso na realização da meta de recuperação de 1.500 km das estradas vicinais proporcionará benefícios tangíveis para as comunidades locais e promoverá um maior desenvolvimento econômico. O projeto gerará empregos temporários durante sua execução e incentivará as atividades econômicas nessas áreas por meio de uma melhor conectividade viária.

05. Sustentabilidade MAPA

Objetivo: desenvolver ações de conscientização focadas na importância do consumo e uso racional e sustentável dos recursos, visando introduzir o conceito de economia circular e disseminar a cultura do desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado:

- mudança comportamental: fortalecimento da cultura de produção sustentável e possibilidade de que os servidores e colaboradores do MAPA possam se tornar agentes multiplicadores na sua área de atuação e em suas comunidades;
- engajamento dos servidores e colaboradores na disseminação e conscientização de pessoas sobre a necessidade de adoção de práticas sustentáveis, visando ao aumento da responsabilidade socioambiental do MAPA; e
- competitividade: adoção de práticas sustentáveis em processos de contratação, contribuindo para a conscientização das empresas no desenvolvimento de processos menos poluentes e que agreguem valor.

Principais resultados em 2023: apesar de o projeto Sustentabilidade do MAPA ter sido programado para iniciar em 2024, algumas ações importantes ligadas ao tema Sustentabilidade puderam ser antecipadas em 2023.

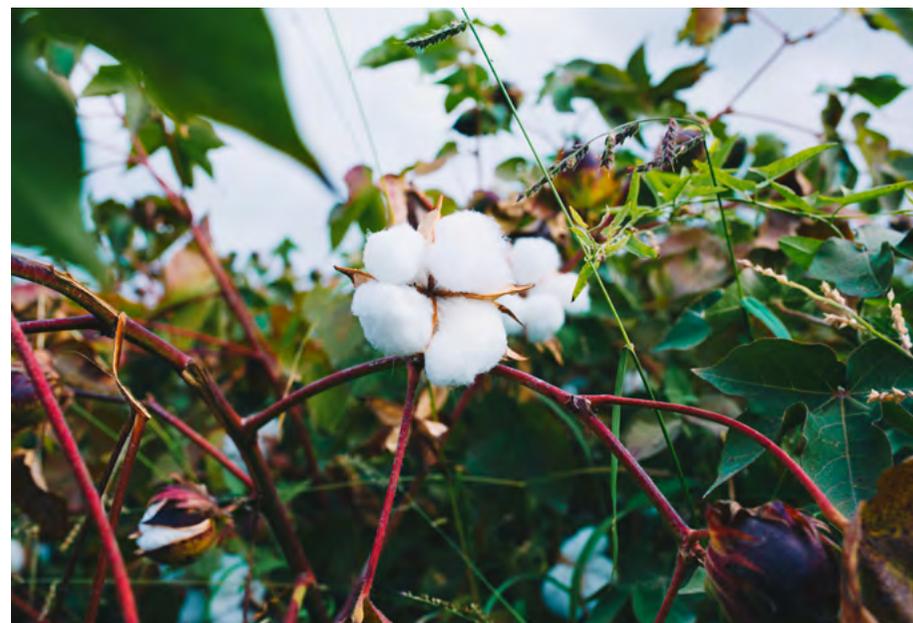


A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, por meio da Coordenação-Geral de Logística Institucional - CGLI, instalou 130 secadores de mãos elétricos nos banheiros, substituindo o papel toalha no Edifício Sede do MAPA e em seu anexo, assim como no Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet, na Garagem Oficial do MAPA - SGON, no Edifício Siderbrás e no Laboratorial de Análise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares - LADIC. Também foram instaladas lixeiras para coleta seletiva em frente às portarias e em todos os andares dos edifícios Sede e Anexo do Ministério, totalizando 22 lixeiras de 50 litros com quatro divisões e três lixeiras grandes com cinco compartimentos de 60 litros.

A instalação desses equipamentos introduz e incentiva uma alteração comportamental que será amplificada a partir deste ano com as demais entregas previstas, em especial o desenvolvimento de estratégias de comunicação direcionadas ao público interno do Ministério, trazendo maior conscientização para mudança comportamental no tema sustentabilidade.

06. Programa Brasileiro de Certificação da Qualidade do Algodão - PBCQA

Objetivo: ampliar a competitividade do algodão brasileiro no comércio internacional por meio de certificação oficial reconhecida internacionalmente.



Objetivos Específicos:

- construir e consolidar credibilidade internacional na avaliação laboratorial de qualidade do algodão brasileiro;
- conquistar benefício aduaneiro de liberação automática de pluma exportada em portos chineses (sem necessidade de amostragem em área de controle aduaneiro);
- garantir transparência dos parâmetros de qualidade dos fardos de algodão em pluma a serem comercializados aos agentes compradores em período anterior à conclusão de negociações comerciais.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Impacto Esperado:

- ampliação do PIB agrícola por meio de commodity de maior valor bruto por área de produção;

- aumento do PIB industrial por estímulo à ampliação e instalação de novas usinas de beneficiamento de algodão - UBA;
- criação de empregos em todo o sistema de produção agrícola e indústria de beneficiamento de algodão;
- acréscimo de capital de investimento de grupos agrícolas e produtores rurais no agronegócio nacional;
- elevação da reserva cambial do país;
- aumento de market share do algodão brasileiro no mercado asiático, especialmente na China;
- eliminação de deságio do valor do produto exportado pelo Brasil comparativamente à fibra dos Estados Unidos;
- ampliação da produção brasileira de pluma estimulada em razão do aumento de competitividade.
- ser o país líder em exportação de algodão até 2027.

Principais resultados em 2023: em 2023 foi viabilizado o Programa de Certificação de Qualidade do Algodão Brasileiro - PQAB (certificação oficial emitida pelo MAPA) via processo automatizado para que, em curto prazo, possa ser negociado o benefício de livre trânsito aduaneiro da pluma brasileira nos portos chineses, a fim de garantir maior competitividade do algodão brasileiro naquele destino. A China é o principal consumidor do algodão comercializado internacionalmente, absorvendo 30% do mercado.

Atualmente o algodão brasileiro possui deságio de 7% (equivalente a R\$ 1,2 bilhão por ano) comparativamente ao produto americano que possui o benefício de não ser amostrado nos portos chineses (procedimento portuário que consome de 10 a 15 dias), em razão do reconhecimento da certificação oficial do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA pela Administração Geral de Aduanas da China - GACC.

Além do almejado benefício portuário, foi viabilizada a transparência dos parâmetros de qualidade de cada fardo brasileiro a ser exportado aos compradores via chancela do governo brasileiro por meio de

certificação com consulta on-line em site oficial do governo. Assim, ficam garantidas (i) a transparência das características qualitativas dos fardos a serem comercializados e (ii) confiabilidade da pluma brasileira no mercado internacional, pois o sistema evita fraudes e erros de informação.

Todo o programa foi baseado em auditorias do MAPA em: usinas de beneficiamento de algodão e (ii) laboratórios de análise de pluma credenciados. O sistema eletrônico automatizado de certificação foi viabilizado por esforço conjunto de equipes de Tecnologia da Informação do MAPA, do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI e da Associação Brasileira de Produtores de Algodão - Abrapa.

07. Integração de Serviços de Inspeção Municipais ao SISBI-POA para ampliar a oferta de alimentos seguros - ConSIM

Objetivo: ampliar o número de Municípios integrantes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, SISB-POA, por meio da adequação e qualificação de Consórcios Públicos de Municípios e dos seus Serviços de Inspeção vinculados, bem como de estabelecimentos registrados.

Objetivos Específicos:

- ampliar o âmbito de comercialização de produtos aos estabelecimentos integrantes do Cadastro geral do SISBI-POA;
- reduzir o risco relacionado à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem animal destinados aos consumidores; e
- fortalecer a produção de POA, respeitando os conhecimentos tradicionais e especificidades regionais.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Impacto Esperado:

- redução do risco relacionado à identidade e à segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal destinados aos consumidores;
- fortalecimento do sistema de Saúde Animal com qualificação das ações de vigilância para doenças de importância sanitária realizadas nos estabelecimentos de abate registrados nos Serviços de Inspeção Municipal - SIM;
- redução do risco de concorrência desleal entre os agentes que atuam no setor, gerada pela realização de inspeção por meio de métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados e de ações de combate à fraude e à clandestinidade;
- ampliação do mercado potencial dos estabelecimentos registrados junto aos SIM;
- estímulo ao investimento e ao crescimento dos estabelecimentos registrados e, por consequência, dos produtores pecuários;
- facilitação da inserção de novos empreendimentos e de regularização dos já existentes, principalmente das agroindústrias familiares de pequeno porte;
- desenvolvimento socioeconômico local e regional, observando princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais.

Principais resultados em 2023: o Projeto ConSIM teve como objetivo orientar tecnicamente os consórcios públicos de municípios para desenvolver seus serviços de inspeção de produtos de origem animal, visando ampliar o âmbito de comércio das suas agroindústrias de carnes, leite, pescados, ovos, mel e respectivos derivados, por meio do reconhecimento de equivalência e adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA.

Com esta estratégia, o MAPA buscou ampliar o número de Municípios incluídos no SISBI-POA, por meio da adequação e qualificação de Consórcios Públicos de Municípios e dos Serviços de Inspeção a eles vinculados.

Na edição 2022-2023, o projeto foi estruturado em cinco fases (seleção, qualificação, capacitação, preparação para adesão e avaliação da equivalência) com benefícios em cada fase do projeto.

Superada a etapa de qualificação, restaram 28 (vinte e oito) consórcios públicos de municípios, os quais foram acompanhados no Projeto ConSIM, durante 18 meses. Nos Serviços de Inspeção, trabalhou-se orientando a estruturação legal e operacional desses Serviços e a capacitação técnica das equipes municipais. Os estabelecimentos registrados nos municípios vinculados aos consórcios participantes receberam acompanhamento de consultoria especializada, a qual acompanhou 117 estabelecimentos que receberam: um diagnóstico de sua condição sanitária e assessoramento para implementação dos programas de autocontrole e das adequações de interesse sanitário identificadas no diagnóstico inicial.

Dos participantes, chegaram à reta final do projeto 25 consórcios, localizados nos Estados da Bahia, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Paraná, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, os quais obtiveram a integração ao SISBI-POA, atendendo assim aos objetivos do Projeto.

08. Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário: Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro

Objetivo: criar e implementar um abrangente Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário, visando aprimorar as políticas e práticas agrícolas, promover a sustentabilidade e reduzir os riscos relacionados ao clima e ao meio ambiente na agricultura brasileira.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Impacto Esperado: a entrega dos resultados esperados deste projeto terá um impacto significativo na sociedade e no contexto atual do agronegócio brasileiro. As mudanças e melhorias que serão causadas pelos produtos gerados incluem:

- a) precificação das apólices do seguro, com menor impacto financeiro ao produtor;
- b) criação de novos modelos de seguro mais eficientes, como por exemplo os paramétricos;
- c) aumento da área assegurada no País;
- d) avanço de áreas asseguradas em regiões de baixa adesão;
- e) oferta de taxas de crédito e subvenção de seguros com menor impacto financeiro ao produtor;
- f) melhoria da resiliência do agronegócio brasileiro;
- g) identificação de práticas sustentáveis e socioambientais de forma remota;
- h) aumento da segurança financeira dos produtores;
- i) inovação tecnológica do setor agropecuário;
- j) utilização de estações meteorológicas mais modernas para aumentar a eficiência e a cobertura de dados;
- k) avanço na gestão de riscos no agronegócio brasileiro.

Principais resultados em 2023: o Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário, intitulado "Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro", visa modernizar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC e aprimorar instrumentos de mitigação de risco agropecuário. O projeto tem como objetivo criar uma plataforma digital para divulgar estudos personalizados e fortalecer a gestão de riscos agropecuários no Brasil, com foco na resiliência do setor.

Em 2023, destaca-se a criação da Câmara Temática de Gestão de Risco Agropecuário, instituída em 08/05/2023. As câmaras setoriais e temáticas propõem, apoiam e acompanham ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, constituindo-se em importantes fóruns de interlocução do MAPA com as entidades do setor privado.

O projeto está avançando conforme o cronograma estabelecido, com a implementação da Câmara Temática e atividades relacionadas. O

comprometimento da equipe é evidente, demonstrando progresso satisfatório para alcançar os resultados esperados. A continuidade das ações planejadas promete fortalecer significativamente a gestão de riscos agropecuários no Brasil.

09. Plano de fortalecimento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé



Objetivo: aumentar/ampliar a aplicação dos recursos do Funcafé, em especial em regiões produtoras de café, direcionando mais recursos para pesquisa e promoção do café, evitando a existência de recursos ociosos no caixa do Fundo ou nos agentes financeiros operadores; promover a integração de sistemas para maior dinamismo no fluxo das informações referentes às operações de crédito realizadas com recursos do Funcafé; e revisar a norma que regulamenta o Fundo.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Impacto Esperado:

- a)** maior celeridade na aplicação dos recursos do Funcafé;
- b)** aplicação de toda a disponibilidade financeira do Funcafé;
- c)** continuidade do desenvolvimento das pesquisas geridas pela Embrapa Café por meio do Consórcio Pesquisa Café;
- d)** ampliação na difusão das tecnologias desenvolvidas;
- e)** ampliação do número de técnicos e produtores capacitados;
- f)** contribuição para a promoção da imagem e sustentabilidade dos Cafés do Brasil;
- g)** ampliação no número de beneficiários atendidos com recursos do Funcafé;
- h)** maior transparência e segurança das informações referentes à aplicação dos recursos do Fundo; e
- i)** normativo Funcafé (Decreto nº 94.847/1987) revisado ou novo decreto publicado.

Principais resultados em 2023: a aplicação de recursos do Funcafé e atendimento de beneficiários para os contratos de 2023 (iniciados em agosto) estão dentro do esperado. Ainda que o percentual de aplicação do recurso esteja em 76% (abaixo dos 80% planejados), o montante aplicado foi 5% maior do que o referente ao mesmo período do exercício de 2022.

O projeto desenvolvido para manutenção, correção e atualização do Sistema Funcafé está em andamento, porém foram encontrados fatores que estão dificultando o desenvolvimento do projeto, a exemplo do tratamento de bases de dados externas - que tem se mostrado mais complexo que o esperado -, da falta ou compartilhamento de pessoal na equipe responsável pela execução do projeto e da incompatibilidade de tecnologias.

O texto da minuta de decreto que regulamenta o Fundo da Defesa da Economia Cafeeira foi trabalhado e aprovado no âmbito do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC. O próximo passo é

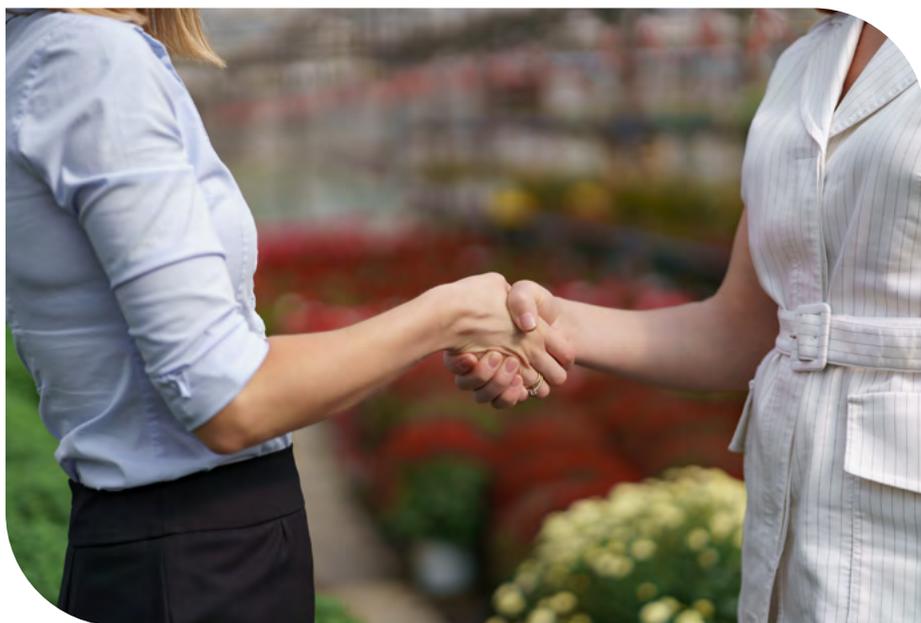
o encaminhamento ao Gabinete do Ministro para posterior envio para análise da Consultoria Jurídica do MAPA e, provavelmente, a finalização do processo dentro do primeiro trimestre de 2024. Por se tratar de assunto que requer o envolvimento de diversos setores tanto dentro do Ministério quanto de agentes externos (representantes do CDPC), os prazos necessários foram maiores do que os projetados.

Apenas em janeiro/2024, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa realizou a primeira apresentação da nova carteira de projetos para apreciação dos representantes do CDPC e de seu Comitê Técnico. O tema ainda está em discussão no âmbito do Comitê Técnico para posterior deliberação do CDPC. Espera-se que os projetos sejam aprovados no primeiro trimestre de 2024, seguidos pela realização do Termo de Execução Descentralizada - TED com a Embrapa Café.

10. Plano para ampliação do financiamento a sistemas produtivos mais sustentáveis, simplificação das linhas de crédito e otimização da alocação de recursos - Agronegócio mais sustentável

Objetivo: fortalecer o apoio creditício à sustentabilidade agropecuária, conferindo previsibilidade aos agentes públicos e privados, e contribuindo para a tomada de decisão dos beneficiários do crédito rural e para a melhoria das condições de financiamento a projetos agropecuários que contemplem sistemas produtivos sustentáveis em sintonia com o Plano ABC + e as diretrizes da política agrícola.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.



Impacto Esperado: maior visibilidade da sociedade quanto ao comprometimento do MAPA com a sustentabilidade ambiental da agropecuária; fortalecimento e ampliação do alcance da política agrícola no apoio aos produtores rurais e às suas cooperativas de produção; aumento da flexibilidade dos agentes financeiros na alocação de recursos equalizáveis; e normalização da oferta de recursos equalizáveis durante a vigência do Plano Safra.

Principais resultados em 2023: por ocasião do lançamento do Plano Safra 2023/2024, em 27 de junho de 2023, foram anunciadas duas medidas para conceder menores taxas de juros no âmbito do crédito rural de custeio para práticas ambientalmente sustentáveis: a primeira já foi regulamentada pela Resolução nº 5.078, de 29/06/2023, do Conselho Monetário Nacional, que concedeu a redução de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio para os produtores rurais que possuírem o Cadastro Ambiental Rural - CAR analisado, em uma das seguintes condições: a) em Programa de Regularização Ambiental - PRA, b) sem passivo ambiental ou c) passível de emissão de cota de reserva ambiental. A regulamentação da segunda medida, que também

prevê desconto de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio para os produtores rurais que adotarem práticas de produção agropecuária consideradas mais sustentáveis, está em gestação. Quanto ao ponto relacionado aos sistemas produtivos mais sustentáveis, os recursos estão sendo alocados prioritariamente para esses programas, como o Renovagro. A bonificação nos encargos financeiros também é um estímulo.

No tocante à ampliação do financiamento a sistemas produtivos mais sustentáveis, foi assinado em 23/01/2024, pelo Secretário de Política Agrícola, Ofício-Circular solicitando o envio de sugestões de medidas que promovam o aumento do financiamento para empreendimentos mais sustentáveis. Esse Ofício-Circular foi encaminhado às entidades interlocutoras do setor agropecuário, para que enviem resposta. Adicionalmente, também serão marcadas reuniões com instituições que possuem trabalho voltado para a sustentabilidade.

A atualização do estudo que identifica os valores do crédito rural que são direcionados a sistemas produtivos mais sustentáveis teve início conforme o cronograma. Com relação à revisão metodológica, optou-se por realizá-la concomitantemente à atualização do estudo, dado que será necessária a análise dos dados de contratação do crédito.

11. Implantação do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+

Objetivo: promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE na agropecuária brasileira, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, a partir de uma gestão integrada da paisagem.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

Impacto Esperado:

- contribuição para o compromisso brasileiro de neutralidade de emissões até 2050, com a possibilidade de este prazo ser reduzido, segundo o Acordo de Paris, de modo que a temperatura média global não exceda a média atual em 1,5 grau Celsius (estimativa agressiva) ou 2,0 graus Celsius (estimativa conservadora) até o final do século XXI;
- redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência dos sistemas agropecuários frente às mudanças climáticas;
- Contribuição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ODS da Agenda 2030 e os pactos efetuados no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seus instrumentos (Acordo de Paris e Protocolo de Quioto) pelo Brasil.



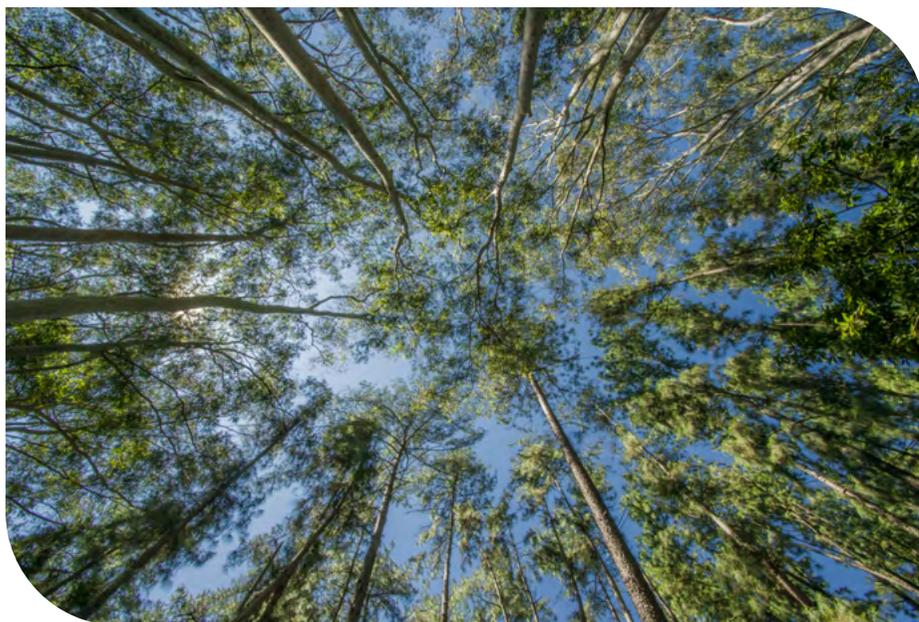
Principais resultados em 2023: o Plano ABC+ retrata o esforço da agropecuária brasileira para obter uma produção mais sustentável dos pontos de vista ambiental, econômico e social. Alguns dos resultados desses esforços podem ser acessados por meio do livro "Plano ABC:

Dez anos de sucesso e uma nova forma sustentável de produção agropecuária", lançado durante a COP-28 em dezembro de 2023, disponível no link: <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/2117>. No que se refere à adaptação às mudanças climáticas, destaca-se a "Estratégia de adaptação à Mudança do Clima para a Agropecuária Brasileira", também lançado durante a COP-28: <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/2120>.

Registram-se avanços quanto ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Informações do ABC+ com ações em seus 3 eixos: Sistema de Governança do Plano ABC - SIGABC; Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR ABC; Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária - Plataforma ABC. No que se refere à Plataforma ABC, destaca-se o lançamento do módulo voltado para Práticas de Recuperação de Pastagem Degradada - PRPD, lançado também durante a COP-28.

Informa-se, ainda, que Grupos Gestores Estaduais - GGEs estão ativos em 22 Unidades da Federação - UFs, com estruturação do Plano ABC+ em 20 UFs. Em 2023, foram estruturados e/ou finalizados cerca de 17 Planos. As atividades específicas, relativas ao Projeto de implantação do Plano ABC+, estão em fase inicial e suas primeiras entregas estão previstas para iniciar em 2024. Porém, os resultados não-exaustivos de 2023 registrados acima permitem apontar que as perspectivas de conclusão no prazo estabelecido são favoráveis, apesar de as atividades relativas ao Projeto não terem sido formalmente iniciadas em 2023.

12. Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável



Objetivo: impulsionar o desenvolvimento do setor de florestas plantadas no Brasil, focando em estimular a produção, promover a recuperação de áreas degradadas e fortalecer cadeias produtivas, proporcionando reflexos positivos nos aspectos social, econômico e ambiental, bem como na convergência e integração dos Programas, das Políticas e ações existentes no MAPA, suas instituições vinculadas e parceiros, com foco no desenvolvimento florestal.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

O Plano atende a objetivos específicos: apoiar o desenvolvimento florestal, promover o uso sustentável das florestas e cooperar com outras entidades para fortalecer a agenda de desenvolvimento florestal. O Plano possui três eixos:

- Florestas Plantadas: visa à atualização do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, no que tange a sua meta, Objetivos Nacionais Florestais - ONFs, Atividades Indicativas, além de trazer informações sobre as áreas aptas a receberem plantios comerciais, de acordo com o Decreto nº 8.375/2014;
- Economia Florestal: objetiva estimular as cadeias florestais produtivas, por meio do fortalecimento da produção de mudas, identificação de viveiros, apoio nos plantios e manutenção, colheita e processamento de produtos madeireiros e não madeireiros;
- Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal: visa promover o enlace entre instituições detentoras de projetos florestais com investidores, a partir de demanda induzida ou espontânea, ao mesmo tempo em que desenvolve e promove uma rede colaborativa e integrada.

Impacto Esperado: o Plano Floresta + Sustentável estará alinhado com ações em conjunto com outros planos já em curso na Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI, especificamente com o Nordeste + Sustentável e o Amazônia + Sustentável. Todos os planos supracitados estão sob gestão do mesmo Departamento: o Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas - DEFLO.

A implementação do Plano Floresta + Sustentável possibilitará a abertura de novos mercados de produtos da sociobiodiversidade, novos arranjos produtivos, valorização, recomposição florestal e recuperação da vegetação nativa em unidades de produção agropecuária. Além disso, apoiará a adesão ao cadastro ambiental Rural - CAR, ao Programa de Regularização Ambiental e ao Pagamento por Serviços Ambientais.

Principais resultados em 2023: o Plano Floresta + Sustentável foi elaborado, e suas portarias de criação e gestão foram publicadas (Portaria MAPA nº 628, de 14 de novembro de 2023, e Portaria MAPA nº 629, de 21 de novembro de 2023). O evento de lançamento ocorreu em 24 de novembro de 2023, no Estado da Bahia. No âmbito de

sua finalidade, o Plano trabalha com três eixos: Florestas Plantadas; Economia Florestal; e Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal.

Para o eixo Florestas Plantadas, está prevista a atualização do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, o qual se encontra em fase de análise e atualização técnica para apresentação à Câmara Setorial de Florestas Plantadas no início de 2024 e posterior publicação.

Com relação à Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal, estão em andamento a elaboração das Portarias de criação e gestão, bem como do edital de chamamento dos projetos que apoiarão as ações para o desenvolvimento florestal. Além disso, estão sendo realizadas reuniões com investidores para rodadas de negócios florestais.

Estão previstos painéis de acompanhamento e divulgação das ações do Plano e elaboração do Plano de Comunicação. No entanto, devido à restrição orçamentária, será necessário rever os prazos de disponibilização desses painéis. Para sanar essas dificuldades, a equipe responsável está em articulação para encontrar outros meios de execução.

13. Plano Inova Cacau 2030

Objetivo: ampliar a produção nacional de cacau, melhorar sua qualidade e promover a sustentabilidade socioambiental da cadeia produtiva, gerando renda e garantia de trabalho decente, para que o Brasil possa alcançar a autossuficiência na produção e volte a exportar amêndoas e derivados com alto valor agregado.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

Impacto Esperado: as ações do Inova Cacau Brasil 2030 terão impacto em toda a cadeia produtiva, aumentando o valor bruto da produção com geração de riquezas nos estados envolvidos, evitando importações e seus riscos fitossanitários inerentes e fortalecendo os produtores e a indústria nacional.

Mais de 80% dos cacauicultores são agricultores familiares, assim as ações de capacitação para adoção de práticas de manejo e tecnologias adaptadas terão impacto positivo na produtividade e na sua renda, contribuindo para o combate à pobreza. No Pará, por exemplo, hoje atualmente são gerados quatro empregos diretos para cada dez hectares de cacau em produção.

O fomento a viveiristas, bem como as ações de pesquisa e inovação voltadas ao desenvolvimento de novos cultivares de cacau e técnicas de mecanização e automação abrirão novas fronteiras, incluindo áreas não tradicionais de cultivo do cacau, atraindo novos produtores, ampliando a produção e gerando direta e indiretamente milhares de empregos com benefício a toda a cadeia produtiva.

O cacau tem grande potencial de fixação de carbono e recuperação de áreas antropizadas. Aliada a outras culturas sob o sistema agroflorestal diversificado, a expansão da cacauicultura contribuirá para a conservação dos ecossistemas com geração de renda associada ao pagamento por serviços ambientais e ativos de carbono.

Tendo como principal produto o chocolate, o Plano Inova Cacau Brasil 2030 contempla ações de capacitação e incentivo ao empreendedorismo atraindo jovens e mulheres para a cadeia produtiva, promovendo inclusão social e igualdade de gênero.

Com a ampliação do uso de boas práticas de colheita, pós-colheita, processamento, melhoria da qualidade das amêndoas e apoio à certificação e à rastreabilidade, este plano contribuirá para o aumento das exportações de cacau fino de aroma e seus derivados, contribuindo para o superávit na balança comercial brasileira e trazendo reconhecimento internacional para a qualidade do cacau brasileiro.

O Plano Inova Cacau Brasil 2030 contribuirá para o alcance direto de pelo menos onze dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS das Nações Unidas:

- ODS 1: Erradicação da Pobreza;
- ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- ODS 5: Igualdade de Gênero;

- ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- ODS 10: Redução de Desigualdades;
- ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- ODS 12: Consumo e Produção Sustentáveis;
- ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- ODS 15: Vida Terrestre;
- ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação.

Principais resultados em 2023: lançado em 24 de novembro de 2023, o Plano Inova Cacau 2030 é uma iniciativa do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, da CocoaAction Brasil, iniciativa da Fundação Mundial do Cacau - WCF, que traça operações, ações e metas estratégicas que visam não apenas aumentar a eficiência produtiva da cacauicultura brasileira, mas também aumentar a renda dos produtores. Com a ambição de superar a marca de 400 mil toneladas de amêndoas ao ano em 2030, o Plano prioriza a promoção do uso sustentável dos recursos naturais nas regiões produtoras, utilizando tecnologias eficientes e de baixo impacto ambiental.

Destaca-se que o Plano Inova Cacau 2030 é resultado de uma construção coletiva que envolveu visitas de campo, entrevistas e a realização de espaços coletivos de debate, como workshops e diversas outras atividades unindo esferas públicas, privadas e do terceiro setor. O Plano está dividido em duas fases: 1) Plano Estratégico (lançado); e 2) Plano Tático-Operacional, que será estruturado no primeiro semestre de 2024, como parte integrante da fase de implementação.

Por se tratar de um Plano do setor, passará por um processo contínuo de revisão e melhoria e será implementado de maneira participativa e colaborativa pelos diversos elos da cadeia. O documento completo pode ser acessado pelo endereço <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/inova-cacau-2030/inova-cacau-2030.pdf>

Por fim, cumpre esclarecer que as atividades relativas ao Plano estão em fase inicial, mas com perspectivas favoráveis de conclusão nos prazos estabelecidos.

14. Plano Nordeste + Sustentável



Objetivo: promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores e da agropecuária na região Nordeste do Brasil e no norte do Espírito Santo e de Minas Gerais, com os seguintes objetivos específicos:

- integrar de forma coordenada as ações empreendidas pelo MAPA, sua entidade vinculada, a Embrapa, e as instituições parceiras do Nordeste + Sustentável;
- fortalecer a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias nas abordagens social, ambiental e econômica de forma equânime e agregada;
- ampliar e diversificar o acesso dos produtores agropecuários a mercados;

- facilitar o acesso dos produtores a crédito, assistência técnica e tecnologias, em especial no que se refere a agregação de valor aos produtos, sistemas de produção sustentáveis e estratégias de convivência com a seca.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

Impacto Esperado:

- aumento na produtividade, rentabilidade e sustentabilidade dos sistemas produtivos;
- melhoria da condição socioeconômica dos produtores rurais;
- fortalecimento das cadeias produtivas priorizadas, incluindo aquelas associadas à biodiversidade regional;
- melhoria do nível tecnológico dos sistemas produtivos;
- aumento da resiliência produtiva às mudanças climáticas (em especial nos períodos de seca); e
- preservação dos recursos naturais.

Principais resultados em 2023:

- a)** Elaboração dos Planos Diagnósticos Produtivos de sete territórios prioritários.

Foi concluído o levantamento de informações primárias relacionadas às cadeias em sete territórios prioritários (151 municípios): Médio Mearim, MA (bovinocultura de corte e piscicultura); Alto Médio Canindé, PI (apicultura e ovinocaprino cultura); Vale do Jaguaribe & Quixeramobim, CE (fruticultura, carcinicultura e bovinocultura leiteira); Sertão do Araripe, PE (mandiocultura); Batalha, AL (bovinocultura leiteira); Feira de Santana, BA (bovinocultura leiteira e ovinocaprino cultura); e Irecê, BA (olericultura e ovinocaprino cultura). Em mais de 60 dias de trabalho de campo ininterrupto, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, foram entrevistados 312 produtores, 33 associações de produtores, 14 cooperativas e sete agroindústrias. As informações coletadas dão um retrato único das relações de produção nesse território e são o insumo principal para a elaboração dos Planos

Diagnósticos Produtivos - PDP, que deverão estar prontos em 2024. Os PDP são a carta de navegação do Nordeste + Sustentável nesses territórios, já que trazem as diretrizes e a orientação para a execução dos Planos de Negócios e, mais que isso, para uma estruturação estratégica e sustentada das cadeias produtivas alvos.

A primeira versão do PDP do território de Batalha (AL) foi entregue em novembro para avaliação do modelo pela UGP. O modelo foi aprovado e servirá para a elaboração dos demais PDP. O PDP de Batalha está atualmente em fase de revisão dos conteúdos.

Nos demais territórios prioritários (149 municípios), foi concluído o Marco de Referência I, que trata da descrição dos territórios e corresponde à primeira etapa de elaboração dos PDP. Esse trabalho foi feito com o apoio de um time de 22 Agentes Locais de Desenvolvimento - ADL que, instalados nesses territórios como parte do projeto de extensão rural do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, atuaram nos Escritórios Locais de Operação do Nordeste + Sustentável apoiando in loco as ações do Projeto.

b) Estudos Estratégicos.

Em 2023 foi firmado um Termo de Execução Descentralizada - TED com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para contratação de bolsistas em conjunto com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT em Microrganismos Promotores do Crescimento em Plantas - INCT-MPCPAgro e finalizada a primeira versão do projeto conjunto INCT MicroAgro-DeFlo intitulado "Programa de bolsas do MAPA e INCT em Microrganismos Promotores de Crescimento de Plantas para fomento ao desenvolvimento sustentável da agropecuária no Nordeste Geopolítico".

c) Centros Virtuais de Informação Tecnológica.

Os Centros Virtuais de Informação Tecnológica (HubTechs) do feijão caupi e da apicultura foram finalizados em 2023. Ambos passaram por um teste de usabilidade junto aos potenciais usuários durante o Semiárido Show em Petrolina (PE), em agosto de 2023. As mudanças sugeridas foram incorporadas. O lançamento está sendo preparado para o primeiro semestre de 2024.

d) Governança e Monitoramento e Avaliação - M&A

A coordenação geral do programa continua instalada e em operação no Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas - DEFLO/SDI. Os comitês de coordenação (central e estadual) não foram instalados, uma vez que não foi concretizado o contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID que iria financiar a maior parte das entregas do plano.

15. Programa Nacional de Cadeias Agropecuárias Descarbonizadas - Carbono + Verde

Objetivo: diferenciar e destacar os produtos primários que, em sua etapa de produção, tiveram suas emissões de gases de efeito estufa reduzidas, por meio de sistemas ou tecnologias cientificamente reconhecidas como mitigadoras. Também, estabelecer as premissas para a produção e comercialização de ativos de carbono no setor agropecuário brasileiro, para criação de um ambiente propício à promoção do desenvolvimento sustentável nacional.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.



Impacto Esperado: a partir de um processo sistematizado de avaliação de conformidade, que visa ao ordenamento e facilitação das relações entre as partes, incluindo-se a definição de critérios elegíveis e requisitos básicos para o estabelecimento de cadeias de valor e custódia para diferentes produtos primários agropecuários, busca-se fomentar, reconhecer e valorar cadeias produtivas, por meio de seus ativos tangíveis (produtos) e intangíveis (carbono) que, por estarem embasadas em sistemas produtivos sustentáveis, mitigam, sequestram ou capturam carbono.

Outros impactos:

- a)** maior engajamento do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil em ações efetivas de redução e neutralização das emissões de gases de efeito estufa e na estocagem de carbono no setor agropecuário;
- b)** ampliação da oferta de produtos agropecuários, e seus derivados, com diferencial de sustentabilidade e descarbonização em seus processos produtivos, e alto valor intrínseco e extrínseco agregado;
- c)** destaque aos esforços do setor agropecuário voltados à mitigação da mudança do clima e da adaptação aos seus efeitos adversos em território nacional e sua colaboração à Contribuição Nacionalmente Determinada - NDC do Brasil;
- d)** impulsionamento à geração de tecnologias sustentáveis e descarbonizantes, e promoção da inovação no agronegócio brasileiro;
- e)** fortalecimento do mercado voluntário de créditos de carbono derivados de atividades agropecuárias nacionais;
- f)** aumento da segurança jurídica para os créditos de carbono derivados de atividades agropecuárias;
- g)** estímulo à geração de créditos de carbono padronizados e fungíveis;
- h)** preparação do ecossistema nacional para transição ao estabelecimento do mercado regulado de crédito de carbono.

Principais resultados em 2023: as oficinas e a formulação do Programa Carbono + Verde foram realizadas no prazo planejado ao Projeto, com a proposta do Programa submetida à Consulta Pública, por meio da Portaria SDI/MAPA nº 550, de 05/06/2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 06/06/2023.

A Consulta Pública foi disponibilizada na Plataforma Participa + Brasil, e a apresentação das contribuições pela sociedade foi concluída em 05/08/2023, com um total de 296 contribuições recebidas. A análise dessas contribuições resultou em 54 propostas aceitas e 242 recusas, entre as quais 41 por já se encontrarem inseridas no texto.

O Programa Carbono + Verde está sendo reformulado e comporá um projeto maior de qualificação da produção agropecuária nacional, a Plataforma Brasil Mais Sustentável, que permitirá a integração de informações de bancos de dados oficiais, gerando informações organizadas, rastreáveis e confiáveis sobre a produção agropecuária sustentável no Brasil. O Programa Carbono + Verde irá compor uma das tecnologias de qualificação da sustentabilidade da produção. O lançamento da Plataforma Brasil Mais Sustentável está previsto para o final do primeiro semestre de 2024, e o Programa Carbono + Verde deverá ser republicado em data anterior, com os devidos ajustes necessários à reformulação para composição na Plataforma. Com isso, as demais atividades relacionadas à execução do Projeto dependem da reformulação em curso do Programa e ajustes ao novo direcionamento à Plataforma Brasil Mais Sustentável.

16. Projeto Rural + Conectado



Objetivo: ampliar a conectividade nas áreas rurais, com a ampliação de infraestrutura e a disponibilização de conteúdos de qualidade aos produtores rurais, buscando o desenvolvimento sustentável por meio da adoção de tecnologias, capacitação por EaD, assistência técnica digital, dentre outros benefícios que a conectividade promove.

As infraestruturas para este projeto são definidas de forma ampla para que exista a maior quantidade de opções aos prestadores de serviço

de telecomunicações, podendo ser de fibras ópticas, de satélites de alta capacidade, de redes wireless, Wi-Fi, 4G e 5G.

O público beneficiário a ser atendido seguirá estratégias definidas pelo MAPA em conjunto com outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, para que esta política pública possa contribuir com a redução das desigualdades regionais.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

Impacto Esperado:

- melhorar os índices de conectividade das áreas rurais, tanto de cobertura de sinal (serviço móvel pessoal 4G e 5G) quanto de acesso em banda larga nas residências rurais;
- ofertar plataformas de conteúdos de qualidade para promover a inclusão tecnológica de produtores rurais, com linguagem adequada para cada realidade;
- promover o desenvolvimento de territórios com menor IDH;
- promover a alavancagem de tecnologias para produtores que dependem de conectividade para as aplicações e equipamentos no escopo da agricultura digital como máquinas, equipamentos e sensores.

Principais resultados em 2023:

a) Linha de Financiamento exclusiva do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES exclusiva RURAL - Definida alíquota para o financiamento do BNDES. Aprovação da linha de financiamento no Conselho do FUST, exclusiva para atendimento de comunidades rurais com redes de dados de internet. Taxa de 1% a.a. + TR. Projetos de Serviço Móvel Pessoal - SMP com 4G e 5G. Projetos de Rede de Transporte de Alta Capacidade em

Fibra Óptica ou rádios digitais, para atendimento de áreas rurais selecionadas pelo MAPA.

b) Projeto Torres Rurais apresentado ao Conselho Gestor do FUST. Aprovação no Conselho do FUST da inclusão de financiamento de infraestrutura de Torres, de modo a baratear os custos de implantação do 4G, 5G rurais, bem como internet banda larga nas áreas rurais.

c) Plataformas de conteúdos técnico-educativos para produtores rurais. Primeiras ações desenvolvidas para a iniciativa de Hubs de informações pelo MAPA em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa para sistematizar e disponibilizar informações de qualidade para 21 temas de agricultura e pecuária.

17. Imagem do Agronegócio Brasileiro - True Agro Brasil

Objetivo: melhorar a percepção internacional sobre o agronegócio brasileiro no que se refere:

- ao protagonismo e vanguarda na agropecuária sustentável, conciliando produção de alimentos com preservação ambiental;
- aos aspectos de inovação e tecnologia adaptados a um modelo de agricultura tropical;
- ao papel do Brasil como ator responsável e essencial na segurança alimentar global e no fornecimento de alimentos saudáveis;
- às excelentes condições sanitárias e fitossanitárias, com status privilegiado frente às principais enfermidades e pragas;
- ao impacto social positivo do setor agropecuário, como o crescimento do cooperativismo e associativismo, manutenção da população no campo e geração de renda e emprego.

Além disso, o projeto tem como objetivo dar visibilidade quanto ao potencial exportador de produtos produzidos por meio de práticas sustentáveis e promover a cultura exportadora junto a produtores rurais.

Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.



Impacto Esperado: espera-se que a execução do projeto possa potencializar o papel do agronegócio brasileiro e do MAPA como protagonistas na produção sustentável de alimentos saudáveis, enaltecendo os aspectos de inovação e tecnologia, sanidade e o impacto social positivo do setor agropecuário. Além disso, que possa reverter narrativas infundadas que associam a agropecuária brasileira à degradação ambiental.

Principais resultados em 2023: durante o ano de 2023 foram realizadas diversas ações relacionadas à imagem do agronegócio brasileiro no exterior.

Destaca-se o trabalho da consultoria por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, que realizou a consolidação das ações e programas do MAPA relacionados à sustentabilidade social e ambiental. Foi elaborado um documento com essas informações e uma apresentação, para serem usados pelos servidores do MAPA, em especial os Adidos Agrícolas. Foi realizado, ainda no escopo deste trabalho, um treinamento aos 27 adidos agrícolas sobre a utilização do material. Este material será útil para a execução do presente projeto, por apresentar as bases para o trabalho de comunicação que será efetivado.

Ao longo de 2023 o MAPA organizou a participação em 13 feiras internacionais do setor de alimentos, bem como mais de 20 missões empresariais e oficiais, utilizando esses eventos para divulgar a imagem do Brasil como um fornecedor confiável de alimentos, que ajuda a garantir a segurança alimentar mundial, com a produção sustentável de produtos saudáveis.

O MAPA, por meio da SCRI, articulou a ação dos Adidos Agrícolas brasileiros de modo que estes atuem na defesa da imagem da produção agropecuária no Brasil, com o intuito de garantir e expandir os mercados para os produtos brasileiros. Durante o Encontro Anual dos Adidos Agrícolas, foram convidados para fazer apresentações representantes do setor agropecuário e especialistas para trazer dados e informações sobre a sustentabilidade do agronegócio, de forma a subsidiar os trabalhos dos Adidos no Exterior. Com base nas análises apresentadas pelos Adidos, considerando os pontos fortes e fracos, e as oportunidades e ameaças em cada posto, foi elaborado um documento consolidando as prioridades para atuação dos Adidos, sendo que as questões relativas à imagem foram destaque em vários postos.

O MAPA participou ao longo de 2023 ativamente do Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro - Pam Agro, que é uma iniciativa da Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos - Apex, MAPA, Ministério das Relações Exteriores - MRE

e associações do setor, para promover a imagem do agro no exterior, em especial na Europa.

Foi formatado e estruturado pelo MAPA o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas, que foi lançado recentemente por meio de Decreto Presidencial. Este programa, além de ser fundamental para o aumento da produção brasileira de alimentos e na atração de investimentos, é uma ferramenta muito importante no trabalho da imagem do agro, uma vez que demonstra que o Brasil pode continuar expandindo a sua produção agrícola, sem a incorporação de novas áreas de vegetação nativa, contribuindo, portanto, para a preservação da cobertura vegetal.

Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação do MAPA em 2023

Além dos produtos das Iniciativas Estratégicas elencadas no item anterior, a seguir será realizada uma apresentação resumida dos principais resultados das áreas de atuação do MAPA em 2023.

Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo

Selos Arte concedidos

São certificados que asseguram que os produtos alimentícios de origem animal foram elaborados de forma artesanal, com receita e processo que apresentem características tradicionais, regionais, culturais, vinculação ou valorização territorial. Por intermédio da certificação, assegura-se que os produtos possuem propriedades organolépticas únicas, diferenciadas, sejam produzidos de maneira artesanal própria de determinada região, tradição ou cultura e que adotam procedimentos de Boas Práticas Agropecuárias e de Boas Práticas de Fabricação.



Entre janeiro e novembro de 2023 foram emitidos 295 selos ARTE, 104 desses selos foram emitidos por meio de órgãos de agropecuária municipais cadastrados como responsáveis pelas análises e emissão dos selos. Dos produtos registrados, 72% são derivados do leite, enquanto 21% são produtos cárneos, 5% produtos de abelhas, e 0,8% derivados da pesca.

Programa BPA Brasil

Programas de promoção de boas práticas agrícolas, na etapa primária da cadeia produtiva agrícola, aplicados por entes públicos e privados no território nacional, com o propósito de estimular a produção de alimentos seguros e de qualidade, promover ações que visem melhorar a qualidade da produção de alimentos, promover práticas sustentáveis de produção agrícola e estimular a melhoria da qualidade de vida da população rural.

No âmbito da Portaria nº 448/2022, que regulamenta a Portaria nº 337/2021 de reconhecimento de Programas voltados à adoção das Boas Práticas Agrícolas. Em 2023, foram reconhecidos os seguintes

Programas: "Programa Global Markets ABRAS"; "Selo Mip Experience"; e o "Boas Práticas Agrícolas IBS".

Produção Integrada Agropecuária (PI)

A Produção Integrada Agropecuária PI é um processo de avaliação de conformidade para produtos agropecuários alimentares e não-alimentares seguros para consumo e uso humano, com base em Normas Técnicas Específicas (NTE). A base do PI são as BPAs, com componentes de sustentabilidade e rastreabilidade. Foram capacitados mais de mil e quinhentos produtores e trabalhadores rurais, nos cursos de Produção Integrada em 13 cadeias produtivas, Boas Práticas Agrícolas e Gestão e Planejamento da Empresa Rural. O Selo Oficial "Brasil Certificado" tem 11 produtores certificados na cadeia do morango, 1 na de maçã, 2 de vinícolas e 2 de oliveiras.

Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Para propagar os produtos agropecuários e bem como servir de incentivo a se organizarem e ter reconhecidas as tradições e o saber-fazer local, valorizando o seu produto, o Ministério da Agricultura e Pecuária fomenta as ações de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. No âmbito das Indicações Geográficas em 2023 foram emitidos 05 Instrumentos Oficiais de Delimitação Geográfica, na espécie Indicação de Procedência: Café Arábica da Nova Alta Paulista; Mel do Vale do Paraíba; Café de Torrinha; Café Vale da Grama; Erva-Mate Região de Machadinho.



Programa Mais Leite Saudável

O Programa Mais Leite Saudável - PMLS, permite que agroindústrias, laticínios e cooperativas de leite participantes, utilizem um benefício adicional dos créditos presumidos da Contribuição do PIS/Pasep e da Cofins, oriundos da compra do leite in natura utilizado como insumo de seus produtos lácteos, em até 50% do valor a que tem direito.



Para participar, e ter acesso aos benefícios, o laticínio ou cooperativa deve, como contrapartida, se habilitar no PMLS e executar um projeto de apoio técnico aos produtores de leite que promova o desenvolvimento da produtividade e sustentabilidade de seus fornecedores e da qualidade do leite. O valor do projeto técnico deve ser de, no mínimo, 5% do valor dos créditos adicionais que o benefício adicional gera para a empresa ou cooperativa participante. Os projetos são analisados pelo MAPA, que também faz o acompanhamento técnico, supervisões e auditorias do Programa.

Iniciado em 2015, em oito anos de atuação, o PMLS beneficiou cerca de 165 mil produtores de leite, e conta com 1.754 projetos protocolados de mais de 500 empresas em 2.928 municípios brasileiros. Os investimentos em projetos técnicos já passam de R\$ 850 milhões e o volume de benefícios de créditos usufruídos pelos laticínios chega a mais de R\$ 16 bilhões gerados até final de 2023.

Em 2023, 224 novos projetos foram aprovados pelo MAPA com previsão de investimentos pelos laticínios participantes na atividade leiteira na ordem de R\$ 111.137.937,00, beneficiando diretamente 16.369 produtores.

Houve, ainda, a publicação do Decreto nº 11.732, de 18 de outubro de 2023, que alterou o Decreto 8.533/2015, que instituiu o PMLS. A nova redação entra em vigor a partir de fevereiro de 2024 e visou incentivar a aquisição e a produção de derivados lácteos a partir do leite in natura pelas empresas e cooperativas participantes do Programa, fortalecendo a cadeia do leite no país.

Programa Agrohub Digital

O programa apoia e desenvolve ecossistemas e ambientes de inovação do agro brasileiro, e promove e divulga ações e iniciativas de inovação agropecuária.

Um dos projetos do Programa é a Plataforma AgroHub Brasil, um ambiente virtual estratégico em desenvolvimento pelo MAPA em parceria com o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), com finalidade de consolidar os objetivos instituídos pelo Programa, especialmente o de aproximar o produtor rural dos desenvolvedores de tecnologia, melhorando a qualidade de processos e produtos, redução de custos e de desperdício na produção e ampliação de suas receitas.

Outro projeto é o MAPA Conecta, que realiza e apoia desafios de startups do agro de forma regional, em parceria com instituições locais, a fim de aproximar empreendedores de potenciais investidores, de oferecer programas de aceleração e incubação e de consolidar o agro inovador nacional como vitrine de outros países.

Programa Nacional de Bioinsumos – PNB



O Programa Nacional de Bioinsumos tem por objetivo ampliar e fortalecer a utilização de bioinsumos para promoção do desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira.

Apoio a nove (9) projetos para geração de informação científica e/ou desenvolvimento e validação de novos produtos, tecnologias e serviços voltados ao fortalecimento do uso dos bioinsumos e da bioeconomia no país, na ordem de mais de dezoito milhões de reais.

Disponibilização dos cursos de EAD com capacitação de mais de mil profissionais nos temas "Produção e Controle de Qualidade de Bioinsumos" e "Saúde do Solo, Tecnologia BioAS e Sustentabilidade Agrícola".

Amazônia + Sustentável



Promover a integração e a convergência de ações públicas e privadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, contribuindo assim com a produção de alimentos seguros e saudáveis, com a melhoria da renda dos produtores rurais, assentados da reforma agrária e povos tradicionais a criação de novas oportunidades de negócios com equilíbrio entre eficiência produtiva, benefício social e conservação ambiental.

Em 2023 foram realizadas oficinas territoriais em 6 territórios prioritários com capacitação de produtores, técnicos e multiplicadores, com reflexo na melhoria dos processos produtivos.

Maior efetividade das políticas públicas coordenadas pelo MAPA no território, contribuindo para uma agricultura mais sustentável.

Carteira de projetos estruturada para 3 territórios priorizados no Plano Amazônia + Sustentável (A+S), com a sistematização das demandas por cadeias produtivas levantadas junto a atores locais em oficinas territoriais.

Foram implementados 2 projetos internacionais: o Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha – Projeto Global "Agricultura Sustentável para Ecossistemas Florestais (SAFE) e Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha – Projeto Bilateral "Transparência e Sustentabilidade nas Cadeias Produtivas na Amazônia".

Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Sustentáveis

Promover a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias por meio da conversão das pastagens degradadas em cultivos anuais e perenes e da recuperação das pastagens, contribuindo para redução da pressão sobre os ecossistemas naturais e para a mitigação da mudança do clima, bem como para a adaptação aos seus efeitos negativos.

Em 2023, foi realizado o mapeamento das áreas de pastagens degradadas no país, identificação de áreas prioritárias para conversão em lavouras ou recuperação de pastagens, avaliação das emissões de GEEs e potencial de mitigação, com a posterior edição do Decreto 11.815/2023, que instituiu o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis e o seu Comitê Gestor Interministerial.

Defesa Agropecuária

A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA é responsável pela regulamentação, implementação e execução de diversos sistemas de controle que têm por objetivo gerar garantias de que a segurança sanitária e fitossanitária é adequada, conforme os riscos identificados tanto para os consumidores quanto para os setores produtivos. O impacto dessas ações se reflete na saúde do consumidor brasileiro, na viabilidade da produção agropecuária e nas garantias para cumprimento dos requisitos de mercados importadores.

Em 2023, novos desafios se fizeram presentes, exigindo da SDA ações firmes para proteger a produção brasileira. Dentre elas, estão as ações contra a influenza A de alta patogenicidade (IAAP), que pela primeira

vez foi detectada no Brasil, mas que graças aos esforços coordenados pela SDA não atingiram a avicultura comercial. Foram intensificadas também as ações de combate às fraudes, tirando do mercado 321 mil quilos de produtos de origem vegetal adulterados ou impróprios para o consumo. Dentre eles, 179,8 mil quilos de feijão, 83 mil litros de azeite de oliva adulterados, 65 mil litros de água de coco com inconformidades, além de sucos, vinhos, arroz e café.

Febre Aftosa

A Febre Aftosa é uma doença viral grave e muito contagiosa, podendo ocorrer em bovinos, suínos, caprinos e outros animais de casco fendido, que prejudica o mercado de carnes e seus produtos. O Brasil é reconhecido como livre de aftosa com vacinação desde 2018 e um amplo programa de vigilância e certificação está permitindo o avanço do país como livre de febre aftosa sem vacinação, o que reduz custo de produção, aumenta remuneração do produtor e abre mercados externos para a carne brasileira.

Com grandes avanços em 2023, o Estado de São Paulo foi autorizado a suspender a vacinação contra a febre aftosa e os estados da Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará, Amapá e Roraima a realizarem a última vacinação em abril de 2024. O país segue como livre de febre aftosa, executando o Programa de Vigilância baseada em risco.

Sanidade Suídea



O Brasil vem executando o Plano Integrado de Vigilância para Doenças dos Suínos, visando comprovar a ausência das doenças de maior impacto na suinocultura. Para isso, foram inspecionados 3.511 estabelecimentos e colhidas 55.369 amostras para diagnóstico das doenças-alvo do plano, confirmando a condição sanitária de zona livre para essas doenças.

As ações de combate à Peste Suína Clássica continuam a ser executadas na zona não livre da doença, que compreende alguns estados da região norte e nordeste, com a realização da vacinação contra a doença em Alagoas e o planejamento de ações nas demais Unidades Federativas que compõem a zona não livre da doença.

Influenza Aviária (IA)



A IA é causada pelo vírus da Influenza A, único vírus de influenza que afeta as aves domésticas e silvestres e, ocasionalmente, mamíferos marinhos, gatos, o homem e outras espécies. Em 2023, o Brasil notificou em maio a primeira ocorrência da infecção pelo vírus da influenza A de alta patogenicidade (H5N1) em aves silvestres aquáticas migratórias, levando ao estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional.

Visando comprovar a ausência das doenças-alvo na avicultura comercial para subsidiar o comércio, foram inspecionados 2.429 estabelecimentos avícolas industriais e coletadas 44.202 amostras para análise. Adicionalmente, 1.064 criações de aves de subsistência foram verificadas, com coleta de 28.408 amostras para avaliar a circulação do vírus nessa população.

Assim, o país vem mantendo a situação de livre de IAAP em aves de produção comercial. De acordo com o Código Sanitário de Animais Terrestres da OMSA, a ocorrência da infecção pelo vírus da influenza

A de alta patogenicidade (H5N1) em aves silvestres e domésticas de subsistência não compromete a situação do país como livre de IAAP.

Produtos de Uso Veterinário

Foi disponibilizado ao público o sistema de gerenciamento de processos de registo e alteração de produtos de uso veterinário com a finalidade de trazer um acompanhamento online do andamento dos processos de registo e alteração de registo de produtos de uso veterinário. O sistema permite o acompanhamento e a geração de relatórios, contribuindo para a transparência e atendimento de excelência do MAPA a suas atribuições regimentais.

Material de Multiplicação, Registro Genealógico e Bem-estar Animal

Foram colocadas em consulta pública quatro minutas de Portarias para atualização dos requisitos para o registro e funcionamento de Centros de Coleta e Processamento de Sêmen - CCPS de bovinos, bubalinos, caprinos e ovinos; CCPS de suínos e de Laboratórios de Sexagem de Sêmen Animal - LSSA. Dentre as mudanças, destacam-se a adequação das exigências de instalações para atender a dinâmica de coleta e processamento de material de multiplicação de cada cadeia produtiva, as novas classificações de estabelecimentos, a atualização de procedimentos para registro de estabelecimento e inscrição de reprodutores doadores de sêmen, e a revisão das informações para identificação de produtos que serão disponibilizados aos consumidores.

Avaliação do modelo de estimativa de risco para fiscalização dos estabelecimentos avícolas de reprodução. A modelagem de risco considera a interação entre práticas de biossegurança e a probabilidade de ocorrência de eventos ou falhas em estabelecimentos avícolas de reprodução brasileiros, para estabelecer a frequência mínima de fiscalização nos estabelecimentos produtores que são sujeitos à fiscalização/auditoria pelo MAPA. A validação do modelo é importante para canalizar as forças da fiscalização nos locais com maior risco iminente da introdução de patógenos e ocorrência de surtos que possam interferir na saúde animal e humana e determinar severo

impacto na comercialização nacional e internacional dos produtos brasileiros é uma preocupação dos órgãos de fiscalização e das empresas avícolas.

Certificação Animal

No ano de 2023 foi concluída a integração de 12 sistemas estaduais ao controle de trânsito de animais pela Plataforma de Gestão Agropecuária, permitindo avanços significativos no monitoramento e na fiscalização sanitária do deslocamento de animais no Brasil.

Produtos de Origem Animal Importados

Aproximadamente 77.442 processos de autorização prévia de importação de produtos de origem animal (POA) comestíveis foram analisados no ano de 2023. Destes, 31.504 foram submetidos à reinspeção, com coleta de amostras para análises laboratoriais em 1.462 casos, em atendimento ao Programa de Avaliação de Conformidade de POAs Importados. Além disso, foram realizadas 1.339 coletas para análises laboratoriais em atendimento ao Regime de Alerta de Importação. Em face de irregularidades detectadas em produtos de origem animal comestíveis importados, foram emitidas 373 notificações internacionais, das quais 93 resultaram na inclusão do fabricante no Regime de Alerta de Importação e 29 na suspensão da habilitação de estabelecimentos estrangeiros.

Produtos de Origem Vegetal

Foram implementados o Programa de Certificação de Qualidade do Algodão Brasileiro (PQAB) e a Central de Análises de Importação de Azeite de Oliva, e ainda se chegou numa proposta de minuta de Regulamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (RISPOV) unificando legislações para vinhos, bebidas e produtos vegetais, soja, milho, arroz, feijão, entre outros, proporcionando segurança jurídica, rastreabilidade e credibilidade internacional.

O PQAB visa garantir a qualidade da pluma e práticas sustentáveis por meio de auditorias em usinas e laboratórios credenciados pelo

MAPA, emitindo certificados oficiais para aumentar a competitividade no mercado internacional, especialmente na China, eliminando um deságio de 7%, equivalente a R\$ 1,2 bilhão anual. A Central de Análises de Importação de Azeite de Oliva foi implementada para garantir segurança aos consumidores, gerenciando riscos para assegurar a qualidade do produto e facilitar a importação. Isso resulta em uma logística eficiente e rápida internalização, proporcionando a chegada de azeite fresco e de qualidade aos consumidores.

O combate à fraude também teve grande destaque, com a apreensão de mais de 240.000 litros de bebidas, incluindo água de coco, suco de laranja, sucos concentrados, vinhos, vinagres, polpas de frutas, água de coco, vinagre balsâmico, refrigerante, sucos concentrados, aguardente de cana e cachaça. Um exemplo foi a operação Ronda Agro que retirou mais de 114.000 litros de vinhos coloniais irregulares em Santa Catarina. Outra ação importante foi o estabelecimento de banco de dados laboratoriais com vistas a melhoria dos métodos coercitivos contra prática fraudulenta, a partir de amostras idôneas de diversas frutas como açaí, uva e caju.

Monilíase do Cacaueiro



A doença foi detectada pela primeira vez no Brasil em 2021, em cacauzeiros e cupuaçuzeiros em um pomar urbano na cidade de Cruzeiro do Sul - AC. Ainda em novembro de 2022 foi detectado um outro foco em Tabatinga - AM. Foram realizadas ações de contingenciamento para bloqueio da disseminação da Monilíase no território brasileiro.

Mosca-da-Carambola

É uma praga de ocorrência restrita à parte da fronteira norte do país, cuja ocorrência nas demais áreas de produção de frutas pode impedir o acesso ao mercado externo. Houve a manutenção do status de 24 unidades da federação como livres da mosca-da-carambola e a continuidade de esforços internacionais e nacionais para seu controle e erradicação, particularmente na área de fronteira. O Programa Nacional de Prevenção às Pragas Quarentenárias Ausentes - PNPV/PQA, viabilizou o monitoramento das pragas quarentenárias de interesse prioritário para o país. São ações de vigilância permanente que visam a detecção o mais rápido possível de novas introduções de pragas antes que tenham a chance de causar danos.

Insumos Agrícolas

Foram realizadas na área de sementes e mudas 4.480 ações de fiscalizações englobando estabelecimentos, usuários, produtos, campos de produção de sementes; viveiros de produção de mudas e plantas fornecedoras de material de propagação; organismos geneticamente modificados (OGM), sendo fiscalizações em atividades de pesquisa com OGM e fiscalizações da produção (monitoramento de eventos não autorizados, coexistência, outros). Ações de Força-Tarefa da área de fertilizantes alocaram pessoal nas regiões de maior demanda ou pontos críticos de fiscalização.

Agrotóxicos

Foram registrados no ano de 2023, 555 produtos agrotóxicos, com destaque para 90 registros de produtos de baixo risco e 24 registros de produtos formulados novos. Desta forma, foram liberadas diversas opções de produtos para uso na agricultura brasileira, tanto para

agricultura convencional como para agricultura orgânica, fato que pode propiciar a redução dos custos de produção e a produção de alimentos mais saudáveis.

Ao longo do ano de 2023, foram conduzidas ações para o desenvolvimento do Sistema de Informações sobre Agrotóxicos (SIA), fruto de um acordo cooperação técnica entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que vai unificar todos os procedimentos de submissão de registro de agrotóxicos em torno de um mesmo sistema, melhorando a efetividade e transparência do procedimento de registro.

Outra atividade relevante desempenhada no ano de 2023, foi a edição de diversos atos normativos com intuito de desburocratizar o processo de registro de agrotóxicos, o destaque é a Portaria Conjunta SDA/MAPA - IBAMA - ANVISA n.º 1, de 10 de abril de 2023 que estabelece procedimentos a serem adotados para o registro de produtos microbiológicos empregados no controle de pragas ou como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

No final de 2023, foi sancionada a nova Lei de Agrotóxicos (Lei n.º 14.785, de 2023) que entrou em vigor em 28 de dezembro de 2023 e que traz inovações em relação a diminuição de prazos para registros, aumento de multas e alterações nas competências para os procedimentos de registro. A finalidade da nova legislação é desburocratizar e diminuir o tempo de registro de produtos agrotóxicos.

Fertilizantes, inoculantes e corretivos

Realizou-se 1.551 fiscalizações de estabelecimentos, que correspondem a 114% da meta estabelecida. Esse número foi possível devido à organização de seis Forças Tarefas pela Divisão de Fiscalização da Coordenação-Geral de Fertilizantes. Quanto à coleta de amostras, foram coletadas 1.511 amostras de fertilizantes, inoculantes e corretivos para análise laboratorial. No que se refere a registro de estabelecimentos,

foram recebidas 1.346 solicitações de registro de estabelecimentos, das quais 1.064 foram deferidas (79%) com um prazo médio de análise de 43,7 dias.

De 30/12/2022 até 31/10/2023, foram gerados 618 processos tipificados no SEI como Fertilizantes: Auto de Infração. A grande maioria segue aguardando a regulamentação da Lei 14.515/2022 para distribuição para relatoria em primeira instância.

Em linhas gerais, houve a recuperação do número de fiscalizações nos últimos dois anos, devido às operações de Força Tarefa, bem como o acréscimo de solicitações de registros de estabelecimentos em função da migração para o novo sistema Sipeagro.

Centro Nacional de Cães de Detecção - CNCD



A proposta de empregar cães farejadores como ferramenta auxiliar na Defesa Agropecuária Federal é uma medida inovadora e promissora, o que favorece a otimização de recursos humanos e financeiros nas atividades de fiscalização e na maior eficiência nas operações, com o aumento da taxa de fiscalização nos pontos de ingresso de produtos agropecuários e demais locais de interesse, principalmente na extensa zona de fronteira ainda em descoberto no país, melhorando assim a condição sanitária do país.

Rede Laboratorial

Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) são os laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura e Pecuária e atuam como autoridade nos diversos assuntos laboratoriais pertinentes à defesa agropecuária federal, fornecendo dados técnicos e relatórios de ensaios para amostras de fiscalização. Em 2023, os LFDA receberam um total de 114.503 amostras, perfazendo um quantitativo de

1.220.173 ensaios, atendendo a diversos programas da Secretaria de Defesa Agropecuária nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, microbiologia de alimentos, identidade e qualidade dos alimentos, resíduos e contaminantes em alimentos, entre outros. Da mesma forma, atuou no atendimento a demandas específicas relacionadas a análises investigativas, como, por exemplo, investigação do uso de sanitizantes em carcaças de frango, utilizados para evitar que a fiscalização agropecuária identificasse a presença de microrganismos em níveis não-conformes. Merece destaque especial, no ano de 2023, as análises relacionadas ao diagnóstico de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) realizadas no LFDA-SP, que foram decisivas para a identificação de focos da doença no país e para as ações de campo visando sua contenção. O LFDA-SP também realizou a identificação de variantes do vírus da IAAP para outros países da América Latina, tendo em vista que é o Laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde Animal - OMSA, na região. Ainda em relação à IAAP, a Rede LFDA desenvolveu o "Plano de contingência Laboratorial de Influenza Aviária de alta patogenicidade (IAAP)", disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/lfda/publicacoes-da-rede-lfda-1/PLANO_DE_CONTINGENCIA_LABORATORIAL_verso1.pdf

Vigilância Agropecuária Internacional

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, Vigiagro, é a Unidade Organizacional do MAPA que tem como objetivo prevenir a introdução, a disseminação e o estabelecimento de pragas e doenças que possam comprometer a agricultura brasileira e que produtos de origem animal ou vegetal e insumos que entram no país atendam aos padrões nacionais de identidade e qualidade. Ainda, atua para garantir que produtos de interesse agropecuário destinados à exportação atendam às exigências sanitárias, zoossanitárias, fitossanitárias estabelecidas pelos países importadores através de acordos internacionais. A melhoria nos processos da vigilância agropecuária internacional vem sendo implementadas gradativamente, e assim estamos conseguindo reduzir significativamente o tempo de despachos das cargas, o que significa que as cargas de produtos agropecuários estão sendo internacionalizadas ou exportadas com

maior celeridade. Independentemente da implementação de novas tecnologias que venham ajudar e melhorar a performance de atuação do VIGIAGRO ainda se faz necessário a contratação de um número maior de auditores fiscais federais agropecuários e de técnicos de fiscalização pois com o incremento no comércio internacional a inspeção física da carga ainda é necessária para avaliar se há pragas ou doenças que podem comprometer a nossa agropecuária ou as dos países com quem mantemos comércio. Assim, em 2023, da autorização de realizar concurso para 200 vagas de auditores conseguimos, para o VIGIAGRO, ficar com 60 vagas, não é o suficiente para suprir nossas carências, mas vai minimizar o impacto da atual falta de pessoal.

Produção Orgânica e Agroecológica

Considerando o decréscimo observado ao final de 2022, no ano de 2023 inicia-se uma retomada de crescimento, mas ainda aquém do esperado, por muitos desafios orçamentários para as ações do MAPA em prol do desenvolvimento e controle da produção orgânica. E também ainda se observou instabilidade econômica, prejudicando produtores orgânicos e novos empreendimentos. Mesmo diante desses desafios, a demanda por produtos orgânicos é crescente e impulsiona o crescimento, vencendo os obstáculos econômicos e tecnológicos, somando 24.884 produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, em dezembro de 2023.

Em novembro de 2023, foi instalada a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, retomando a implementação do Plano Nacional para a temática, com envolvimento do MAPA e outros 20 órgãos governamentais, em conjunto com 21 representações da sociedade civil organizada.



Emergências Agropecuárias

A Coordenação de Emergências Agropecuárias (CEA) participa do debate, com outros órgãos e agências federais, de métodos de planejamento estratégico e operacional interagências em face da gestão de emergências sanitárias ou não, corroborando com a elaboração, em curso, do Plano Nacional de Gestão de Emergências Agropecuárias. Atualmente, o Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é a ferramenta de gerenciamento, prevista em documentação da SDA, para o planejamento tático-operacional na ocorrência de eventos, crises e desastres de interesse agropecuário.

Em 22 de maio de 2023, o MAPA declarou estado de emergência zoossanitário em todo o território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil. Em 26 de maio de 2023, foi instalado o Centro de Operações de Emergência Agropecuária (COE-MAPA-IA), como mecanismo de articulação intra e interinstitucional frente à Influenza Aviária, do qual a Coordenação de Emergências Agropecuárias faz parte. A CEA também passou a representar o MAPA no Centro de Operações Unificado (COE-UNIFICADO-IA), a partir de 31 de maio de 2023, quando ocorreu a primeira reunião, articulando-se com o Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, IBAMA e ICMBio. E, em nome do COE-UNIFICADO-IA, a CEA cooperou com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) no atendimento de demanda da Casa Civil, realizando a Oficina de Preparação Federal para Enfrentamento da Emergência Zoossanitária de Influenza Aviária, em 11 e 25 de agosto de 2023. A 1ª versão do respectivo relatório final foi publicada em 02 de outubro de 2023. Ainda em 23 e 24 de novembro de 2023, foi realizada a capacitação intitulada de Alinhamento Estratégico para Enfrentamento às Emergências Agropecuárias, que fez o chamamento das Unidades Federativas com focos de influenza aviária, para discutir a mobilização e desmobilização de um Centro de Operações de Emergência-COE e a aplicabilidade da ferramenta SCI.

Todas as ações descritas anteriormente estão relacionadas à fase de resposta do Ciclo de Gestão de Emergências Agropecuárias. No

que concerne à fase de preparação, houve a elaboração da Trilha do Conhecimento em Gestão de Incidentes com Impacto aos Meios de Produção Agropecuária e Importância em Saúde, em revisão pela UNB e ENAGRO. Quanto à mitigação do risco de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no país pelos terminais de passageiros em portos, aeroportos e postos de fronteira alfandegados, tem-se a criação de uma plataforma de preenchimento de informações de voos e de viajantes internacionais submetidos à fiscalização do MAPA, com a impressão dos respectivos termos fiscalizatórios assinados eletronicamente. E referente à prevenção de emergências agropecuárias, a CEA implantou em sua rotina a atividade de inteligência epidemiológica de sinais em fontes abertas com potencial impacto aos meios de produção agropecuária e de importância em saúde, mediante o desenvolvimento de código-fonte próprio e a utilização de machine learning, linguagem R e Python no processamento de dados e informações.

Educação Sanitária

I Encontro de Educação Sanitária: educar para prevenir!

Evento realizado nas modalidades presencial e remoto. Contou com 2.003 inscrições de todo o país. Participaram pessoas de todos os estados e do Distrito Federal, representando mais de 167 entidades e instituições, como MAPA, Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária, Ministérios da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente, IBAMA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, FUNAI, Emater, Prefeituras, Secretarias Estaduais, consórcios intermunicipais, sindicatos de trabalhadores rurais, Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, institutos de pesquisa e universidades.

Como impacto, cita-se a criação dos Núcleos Regionais de Educação Sanitária, neste evento, assim como o evento inspirou e motivou diversas instituições a aprimorarem a educação sanitária em suas Unidades Federativas.

Para acessar o relatório do Encontro, consulte o endereço <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/2283>

Caravanas de educação sanitária

objetivo:

- Capacitar os técnicos de diferentes instituições quanto ao conhecimento sobre a praga quarentenária Monilíase e quanto ao uso de metodologias ativas de educação sanitária, teórica e prática, e a metodologia baseada no livro "Diálogos nos Territórios Rurais";
- Identificar e formar multiplicadores (técnicos-educadores) para replicarem o conteúdo da monilíase nos ambientes de sua atuação, assim como em redes sociais e grupos de Telegram/Whatsapp;
- Realizar atividades práticas junto ao setor produtivo, com eventos para produtores rurais, extensionistas, pesquisadores, professores e estudantes, além de realizar a comunicação em massa através do uso de rádios e TVs locais/regionais.

Criação de Grupos Técnicos de caráter multi-institucional e multidisciplinar com membros da Rede Proesa - Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária:

GT estruturação Rede Proesa criado para elaborar minuta de ato normativo para institucionalizar a Rede Proesa e núcleos regionais, assim como o Regulamento da Rede Proesa;

GT Monilíase do cacau criado com objetivo de elaborar o LIVRO DIÁLOGOS PARA PREVENÇÃO DA MONILÍASE.

GT fiscalização & orientação cujo objetivo é a elaboração de documento com sugestões de procedimentos para realizar orientação e fiscalização de forma integrada.

GT Projeto Mala Legal criado com objetivo geral de dar conhecimento aos cidadãos e usuários quanto às exigências do MAPA para o ingresso de produtos de interesse agropecuário como bagagem acompanhada

e conscientizá-los quanto à importância da fiscalização para o controle, com o fim de mitigar o risco de introdução de doenças e pragas no Brasil.

GT Consumidor criado com objetivo geral de realizar Campanhas de educação para conscientizar o consumidor quanto à compra de produtos de origem animal e vegetal legalizados, com selo de inspeção. Objetiva-se trabalhar com as fakes news, esclarecendo os consumidores sobre fake News e mitos envolvendo os alimentos de origem animal e vegetal. Posteriormente, também será trabalhado a questão de consumo de produtos e insumos agropecuários ilícitos, esclarecendo a população sobre os riscos e consequências e orientá-los de como identificar um produto falsificado.

GT Cisticercose cujo objetivo é a elaboração plano nacional de educação e comunicação para a cisticercose. Esclarecer os públicos-alvo sobre as medidas de prevenção da cisticercose, elaborar material educativo, aplicar questionário educativo e aplicar o plano nacional em projetos pilotos para posteriormente divulgá-lo nacionalmente.

GT Sementes e Mudas com objetivo de elaboração dos livros: "Diálogos Sobre Sementes e Mudas: Usuário de Sementes e Diálogos sobre Sementes e Mudas: Usuário de Mudas

Mais informações sobre o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária - Proesa podem ser obtidas no endereço <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa-agropecuaria/proesa>

Análise e Revisão de Atos Normativos



O ano de 2023 foi marcado por uma ampla discussão de alinhamento e uniformização para revisão dos atos normativos da SDA afetos à regulamentação da Lei nº 14.515, de 2022 (Lei do Autocontrole). Ao adotar o princípio da regulação participativa nos seus processos de normatização, houve alinhamento com as diretrizes do Governo Federal, que fortaleceu as políticas de Participação Social por meio da instituição do Sistema de Participação Social, no âmbito da Administração pública federal, por meio do Decreto 11.407, de 31 de janeiro de 2023.

Neste contexto, em 2023, foram realizadas 2 Tomadas Públicas de Subsídios (TPS) para coletar opiniões da sociedade sobre aspectos a serem abordados para regulamentação de controles aplicados à rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos no Brasil; e para regulamentação da Lei do Autocontrole (Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022). Foram submetidas também 25 propostas de atos normativos à consulta pública para fins de aperfeiçoamento

da minuta apresentada pelas áreas competentes e 1 audiência pública para tratar da proposta de revisão do Regulamento Técnico da Soja.

Foram constituídos grupos de trabalho visando a uniformização dos processos, o estabelecimento da 3ª Instância recursal e discussão e submissão à consulta interna do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária.

Acompanhamento das Recomendações dos Órgãos de Controle

A SDA está submetida às ações de controle interno provenientes das avaliações efetuadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e às ações de controle externo provenientes das avaliações efetuadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A ação da equipe consolidou um fluxo otimizado para atendimento das determinações ou recomendações emanadas, de forma que nove recomendações foram consideradas atendidas e estão em tratativas as recomendações de auditorias recentes.

Suporte ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Foi implementado o processo de planejamento e aperfeiçoamento dos mecanismos de governança do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa, promovendo uma maior participação dos entes subnacionais nas discussões sobre a condução dos programas e ações da defesa agropecuária no País; além de organizar os espaços de articulação setorial, dentro do Governo Federal, para a integração das estratégias da defesa agropecuária com outras políticas públicas.

Gestão da Força de Trabalho

Foi iniciada a capacitação das equipes da SDA para realização do dimensionamento da sua força de trabalho. Nos anos de 2021 e 2022 foi conduzido um projeto piloto de dimensionamento da força de trabalho em algumas unidades da Secretaria de Defesa Agropecuária (CGVIGIAGRO, CGAL, DEGES). Entretanto, com a mudança da estrutura da Secretaria em 2023 e da equipe da CPOFT/DEGES, foi necessária

a capacitação de servidor por meio de cursos realizados na ENAP, para a aplicação da metodologia preconizada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Desta maneira, foi inserido no planejamento estratégico a realização a partir de 2024 e anos subsequentes do dimensionamento da força de trabalho como ferramenta de planejamento e organização dos servidores em todos os Departamentos da SDA.

Foi concluído o projeto de mapeamento de competências da SDA, que apresentou os seguintes produtos:



- mapeamento das competências existentes;
- mapeamento das competências necessárias;
- identificação das lacunas de competências;

- relações entre as competências, as áreas funcionais e os processos críticos da Secretaria de Defesa Agropecuária;
- Transferência do modelo e das técnicas para mapeamento de competências para servidores da ENAGRO e dos Departamentos da SDA.

A partir deste trabalho, começou a ser desenvolvido o projeto de elaboração de trilhas de aprendizagem, em conjunto com consultoria especializada, para possibilitar aos servidores da Secretaria o treinamento e capacitação para suprir as lacunas de competências existentes.

Trilhas de aprendizagem são formas de organizar cursos que auxiliam a desenvolver habilidades e competências de forma plena e integrada. As trilhas são pequenos caminhos de desenvolvimento pessoal, personalizados e contextualizados com as necessidades de cada indivíduo. Tais percursos de aprendizagem podem ser formados por diferentes mídias e recursos, como aulas ao vivo, vídeos, podcasts, textos, games, entre outros, a fim de ampliar o repertório do interessado e atender às suas especificidades de estudos.

Até dezembro de 2024 está prevista a elaboração de 15 trilhas abrangendo todos os Departamentos da Secretaria, sendo que até dezembro de 2023 foram praticamente finalizadas 3 trilhas envolvendo os assuntos Gestão de Pessoas, Gestão das Negociações Internacionais e Parcerias Institucionais.

Ações de Inovação

Em 2023, foi implementado o sistema de Autocontrole e entregue a primeira fase do projeto SDA Digital. Este projeto visa unificar e modernizar os serviços digitais da SDA, sendo a plataforma integrada ao "Login Único [Gov.br](https://gov.br)", garantindo assim confiabilidade e segurança dos dados. Adicionalmente, o lançamento do aplicativo MAPA-LABs revolucionou a coleta de amostras, eliminando formulários em papel, simplificando registros e permitindo o envio direto de dados para laboratórios oficiais.

Secretaria de Política Agrícola

A Secretaria de Política Agrícola (SPA), no âmbito de suas atribuições de formular e revisar as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e para a segurança alimentar, por meio da comercialização dos produtos agropecuários, zoneamento agrícola de riscos climáticos, seguro rural, crédito rural, financiamento privado agropecuário e sistema de informação agropecuário, apresentou resultados relevantes em 2023.

Em junho de 2023 foi lançado o maior Plano Safra da História para o agronegócio, com R\$ 364,2 bilhões em crédito, representando um aumento de 26,8% em relação à safra passada e maior volume da série histórica, sendo alavancados R\$ 101,5 bilhões com subvenção do Tesouro Nacional, que representam um custo orçamentário da ordem de R\$ 5,1 bilhões.

O Plano Safra 2023/2024 tem foco na sustentabilidade da agropecuária de baixa emissão de carbono e nos médios produtores rurais. Os investimentos em atividades de recuperação/conversão de pastagens degradadas foram mais incentivados, com a adoção da menor taxa de juros do crédito rural empresarial (7,0% a.a.), e os produtores rurais comprometidos com a utilização de sistemas produtivos sustentáveis foram premiados, com a possibilidade de redução da taxa de juros de custeio em até um ponto percentual.

Adicionalmente, em incentivo à ampliação da capacidade instalada de armazenagem, os recursos creditícios disponibilizados para o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) foram ampliados em 29,4%.

Foi fortalecido o apoio aos médios produtores, com maior disponibilidade de recursos e melhores condições de financiamento, sendo que para a aquisição de tratores e colheitadeiras, a taxa de juros foi reduzida em dois pontos percentuais, situando-se em 10,5% a.a. no âmbito do Programa Moderfrota-Pronamp.

A exigibilidade de direcionamento dos recursos oriundos da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), para o financiamento

agropecuário, aumentou de 35% para 50%. Essa medida contribuiu para elevar a participação dos recursos da LCA no funding do crédito rural, que se situou em 51% no período de julho a dezembro de 2023, evidenciando o sucesso da política de diversificação das fontes de recursos creditícios. Nesse período, os estoques de LCA aumentaram 9%, situando-se em R\$ 459 bilhões, no fim de dezembro.

As contratações de crédito rural da agricultura empresarial, no período de julho a dezembro de 2023, aumentaram 22%, situando-se em R\$ 219,6 bilhões, dos quais R\$ 124,2 bilhões para custeio e R\$ 44,0 bilhões para investimentos. Para os médios produtores, as contratações de crédito rural atingiram R\$ 36 bilhões, um aumento de 5%.

O Governo Federal, por meio das operações de apoio à comercialização, assegurou no ano de 2023, a subvenção econômica para garantir os preços mínimos aos produtores de borracha natural e trigo, com um montante orçamentário de R\$ 480 milhões disponibilizado para a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Já o setor cafeeiro, por meio do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), finalizou os 36 contratos para aplicação e administração de recursos do Fundo, iniciados no exercício de 2022. Com disponibilização da ordem de 6 bilhões, o ano-safra 2022-2023 se encerrou com uma aplicação de 93% deste recurso. Para o ano-safra 2023-2024, foram disponibilizados R\$ 6,3 bilhões para operações de crédito de custeio, comercialização, aquisição de café e capital de giro para indústrias do setor cafeeiro, e recuperação de cafezais danificados pela geada, por meio de contrato com 44 agentes financeiros, atendendo produtores, cooperativas, industriais e exportadores. A contratação dos recursos pode ser feita até 30 de junho de 2024. Ainda, para atender os pequenos criadores de animais, principalmente das Regiões Nordeste e Norte, com amparo na Lei nº 14.293/2022, que institui o Programa de Venda em Balcão, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquiriu 1,7 mil toneladas de milho até dezembro de 2023. A Companhia também

adquiriu, por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF), 245 mil toneladas de milho até novembro de 2023.

Já no tocante ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o orçamento do Programa foi de R\$ 933 milhões, orçamento utilizado em sua integralidade em 2023, beneficiando mais de 70 mil produtores rurais, que contrataram mais de 107 mil apólices de seguro rural, proporcionando cobertura securitária para uma área de aproximadamente 6,2 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 39,4 bilhões. Ainda, relativamente às melhorias qualitativas no PSR em 2023, cabe destacar o desenvolvimento de um sistema de monitoramento com o objetivo de aprimorar as ações de fiscalização das operações contratadas no Programa, a partir da análise das áreas georreferenciadas que são indicadas nas apólices de seguro rural, especialmente em relação a seis critérios socioambientais.

Em continuidade ao constante processo de modernização e atualização dos estudos do Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), com indicativos de riscos cada vez mais ajustados à realidade climática do Brasil, em 2023 foi concluído o desenvolvimento da metodologia para o ZARC da produção forrageira para pecuária de corte. Ainda, ao longo do ano de 2023, foram publicadas 480 Portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc).

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais



Um dos objetivos estratégicos do MAPA é manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias. O Ministério vem, desde o início de 2023, trabalhando para promover e encontrar novos destinos para os produtos brasileiros. As exportações de produtos agrícolas bateram novo recorde em 2023, confirmando a força do agro nacional. A área responsável por essa missão no MAPA é a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI, que atua nas seguintes frentes:

- negociações comerciais: por meio da elaboração de estatísticas do comércio exterior e de posicionamentos do setor para negociações de acordos comerciais;
- negociações não-tarifárias: por meio da elaboração de posicionamento e negociando internacionalmente temas sanitários e fitossanitários, ambientais, de recursos genéticos e propriedade intelectual;
- promoção internacional: por meio da elaboração de estratégia e do conjunto de ações do MAPA para a promoção dos produtos e

serviços agropecuários no mercado externo, como a participação dos setores público e privado em eventos internacionais, atração de investimento externo e promovendo a cooperação internacional.

Ao longo de 2023, o esforço de abertura de mercado foi reforçado e 78 novos mercados internacionais foram abertos para produtos agrícolas brasileiros. Tais aberturas têm como objetivo diversificar a pauta exportadora brasileira tanto em termos de produtos como de destinos.

A distribuição das aberturas de mercado por região ocorreu da seguinte forma:

- África (12);
- Américas (31);
- Ásia (27);
- Europa (3); e
- Oceania (6)

Dentre os mercados abertos, cabe citar carne de aves termoprocessada, carne bovina e carne suína para o México; algodão em pluma para o Egito; farinhas, gorduras e óleos para Canadá, China, Colômbia, Indonésia e Peru, entre outros; produtos para alimentação animal para a África do Sul e Marrocos.

Destaca-se, que dos 78 mercados abertos, 45 foram efetuados em países nos quais há postos de adidância agrícola estabelecidos e que atuam fortemente nas negociações com as autoridades competentes daqueles países. O Ministério da Agricultura e Pecuária também participou de eventos internacionais importantes, nos quais buscou demonstrar, com base em dados, as características únicas da produção agrícola brasileira que alia inovação e sustentabilidade. O Ministro Carlos Fávaro esteve presencialmente em eventos regionais e multilaterais importantes como a reunião de Ministros de Agricultura dos Brics, na África do Sul e a Reunião de Ministros de Agricultura do G20, na Índia. Além das participações de seu dirigente máximo, o MAPA foi

representado em outros eventos importantes, como no SBSTTA-25, em Nairobi, e em diversas reuniões para negociação do Acordo Mercosul-União Europeia e reuniões da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Dentre as ações com vistas a acesso, ampliação e manutenção de mercados, destacam-se também:

- seleção de 8 adidos agrícolas que ocuparão postos no exterior;
- Montagem de Pavilhões do Brasil em 13 feiras internacionais de alimentos - na Alemanha, Índia, Singapura, Marrocos, Canadá, Tailândia, Coreia do Sul, Irã, Istambul, Rússia, Peru e EUA. Além disso, o MAPA participou de feiras com um estande institucional na Colômbia e na Índia.
- Assunção da presidência rotativa do G20.

Corregedoria

A Corregedoria do MAPA foi instituída pelo Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015 e, após diversas reestruturações da pasta, hoje tem sua estrutura e competências descritas no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, que entrou em vigor no dia 24 de janeiro de 2023.

Com a reestruturação ministerial e criação de novas pastas, promovida pela Medida Provisória 1.154/2023, convertida na Lei nº 14.600/2023, houve a redução na estrutura da unidade, revelando-se o desafio do cumprimento das metas estabelecidas no Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

A atuação da Corregedoria preza pela segurança jurídica dos processos e pela celeridade, com o objetivo mais amplo de proporcionar confiabilidade à instituição, segurança para os servidores e maior credibilidade ao agronegócio brasileiro. São desenvolvidas as seguintes e principais atividades: supervisão correcional, capacitação, prevenção de irregularidades, emissão de pareceres correcionais, dados e planejamento, além do constante aperfeiçoamento do controle especializado da atividade disciplinar.

Estoque processual

A Corregedoria do MAPA é uma das maiores unidades correcionais do Poder Executivo Federal, principalmente em número de processos em apuração. Além das 362 novas denúncias que chegaram ao longo do ano de 2023, a unidade ainda tinha um passivo de 1.728 processos pendentes de apuração.

Ao fim de 2023, após a finalização de 997 processos, o ano foi encerrado com 1093 processos pendentes de apuração, com uma redução de 52% dos processos ativos na unidade:

Quantitativo de processos tratados no ano de 2023

Início de 2023



Fim de 2023



Com a reestruturação ministerial feita no início de 2023, 422 processos antes sob responsabilidade do MAPA foram encaminhados às Corregedorias do MDA, MPA e MMA. Ademais, foram finalizados 575 processos após análises feitas na Corregedoria do MAPA, tendo sido finalizados processos em sede de juízo de admissibilidade e processos que já estavam em fase acusatória:

Processos finalizados em 2023

Encaminhados a outros órgãos



Juízos de admissibilidade finalizados



Processos acusatórios finalizados



De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - a Corregedoria Geral da União - CRG/CGU, contidas principalmente na Portaria normativa CGU nº 27/2022 e na Instrução Normativa CGU nº 13/2019, os processos apuratórios seguem a seguinte ordem de apuração:



Podendo ter as seguintes conclusões:

- Proposição de TAC
- Arquivamento
- Instauração de Processo Acusatório

Dentre os processos remanescentes de 2023, a grande maioria encontra-se na fase de juízo de admissibilidade:

Categoria dos processos remanescentes no fim de 2023

Processos em juízo de admissibilidade

953

Processos acusatórios em curso (PAD/PAR)

44

Processos acusatórios finalizados e em análise de regularidade

96

Penalidades aplicadas

Ao longo do ano de 2023, foram aplicadas 40 penalidades em processos de PAD e mais de 80 milhões de reais em multas em processos de PAR:

Penalidades em PAD

38
Expulsivas

2
Suspensões

Penalidades em PAR

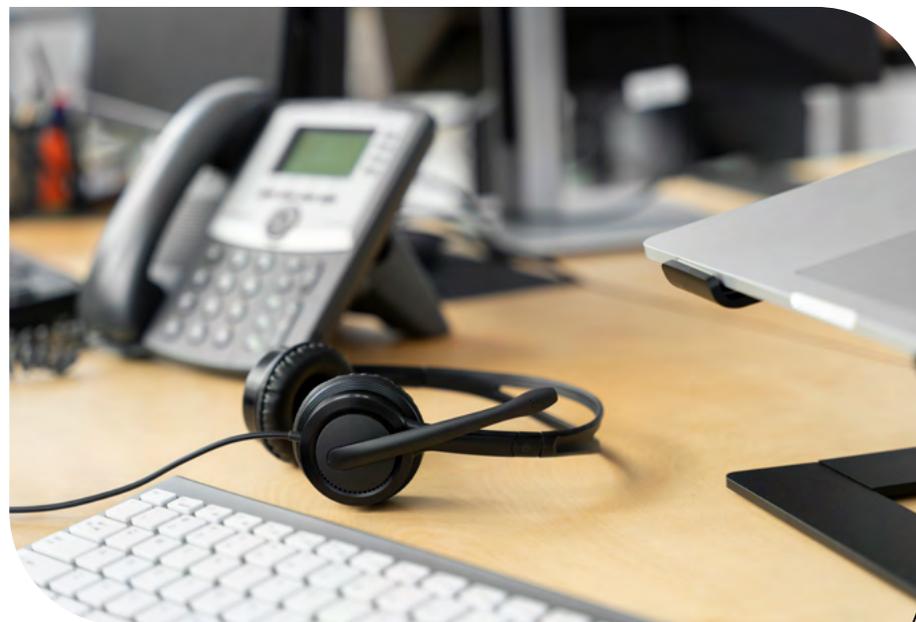
14

R\$ 80.455.297,00

Termos de ajustamento de conduta - TAC's

Por fim, destacamos que, em 2023, foram celebrados 25 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com servidores investigados."

Ouvidoria



A Ouvidoria do MAPA detém as competências de Unidade Setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal - SisOuv, previstas no Decreto nº 9.492, de 2018, e do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, regulamentado pelo Decreto nº 7.724, de 2012.

Ela atua como instância de participação e controle social, é responsável por interagir com os usuários, a fim de aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos, mantendo um mecanismo de diálogo

permanente entre a sociedade, os servidores e a Administração Pública, além de receber os pedidos de acesso às informações públicas.

No decorrer do ano de 2023, a ouvidoria recebeu e tratou 6.341 manifestações de ouvidoria e 2.736 pedidos de acesso à informação.

Tabela - Número de pedidos de acesso à informação

Ouvidoria	SIC
6341	2736

No tocante às manifestações de ouvidoria, analisando o quantitativo de manifestações recebidas em 2023 (6.341), em comparação ao ano de 2022 (7.655), percebe-se uma redução em torno de 17,12% das manifestações.

Tabela - Comparativo de manifestações recebidas

2022	2023	%
7655	6341	17,12

No âmbito do relacionamento com a sociedade, o Ministério da Agricultura e Pecuária demonstrou resultados expressivos em 2023, reforçando o seu compromisso com a transparência, a eficiência e o acesso à informação. A Ouvidoria do MAPA, alinhada às diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU) e integrante do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (SisOuv), posicionou-se em destaque, ocupando o 23º lugar entre mais de 330 unidades no ranking de ouvidorias mais demandadas e avançando para a 11ª posição em relação ao recebimento denúncias e comunicações de irregularidades.

As tipologias das demandas recebidas pela Ouvidoria refletem um amplo espectro de interações, com solicitações liderando em 43,09%, seguidas por comunicações (24,53%), denúncias (17,74%), reclamações (12,57%), sugestões (1,47%) e elogios (0,5%). Essa diversidade sublinha a eficácia da Ouvidoria como ponto de contato essencial para o diálogo com a sociedade. conforme tabela abaixo:

Tabela - Tipologias mais recorrentes

Solicitação	43,09 %
Comunicação	24,53 %
Denúncia	17,74 %
Reclamação	12,57 %
Sugestão	1,47 %
Elogio	0,5 %

Dentre os sub assuntos que mais se destacaram das demandas recebidas pela Ouvidoria do MAPA, destacamos as áreas de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, serviços de suporte e normas, problemas com a emissão do Certificado veterinário Internacional (CVI), o Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO), e ainda problemas de emissão de Carteira de Pescador Amador, de competência da extinta Secretaria de Aquicultura e Pesca, do MAPA, que foi transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura.

Tabela - Sub assuntos

Percentual	Sub assunto
18,17%	Em Branco
9,88%	Produtos de Origem Animal – Registro e fiscalização de produtos destinados à alimentação animal.
6,70%	CVI - Certificado Veterinário Internacional
6,21%	Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - Fiscalização e inspeção higiênico-sanitária nos estabelecimentos de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho
6,60%	Produtos de Origem Animal – Auditorias e fiscalização em estabelecimentos agropecuários, aquícolas e pesqueiros quanto à inspeção de produtos de origem animal.

Percentual	Sub assunto
5,72%	Tecnologia de Informação - SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários
5,16%	Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas - Fiscalização da produção e do trânsito interestadual de Agrotóxicos e Afins, de fertilizantes, corretivos e inoculantes para plantas
5,62%	Carteira de Pesca amadora
5,60%	Saúde Animal - Fiscalização e o registro genealógico animal e dos produtos de uso veterinário e materiais de multiplicação animal
3,93%	Estabelecimentos agropecuários, aquícolas e pesqueiros quanto à inspeção de produtos de origem animal
3,88%	Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - Fiscalização e inspeção higiênico-sanitária nos estabelecimentos de produtos vegetais e seus derivados
3,39%	DIGAM - Resposta elaborada pela Ouvidoria
3,36%	Produtos de Origem Animal - Auditorias e fiscalização em estabelecimentos agropecuários, quanto à inspeção de produtos de origem animal e destinados à alimentação animal
3,34%	Administração - Gestão de Pessoas
3,31%	Serviços Técnicos - Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
3,16%	Suporte e Normas - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI
2,52%	Saúde Animal - Auditorias em estabelecimentos agropecuários, aquícolas e pesqueiros quanto à saúde animal.
2,41%	Corregedoria - Infração disciplinar
2,08%	Produtos de origem animal e seus derivados

Percentual	Sub assunto
2,05%	SDA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Auditorias e fiscalização em estabelecimentos agropecuários, quanto à inspeção de produtos de origem animal e destinados à alimentação animal

A Ouvidoria do MAPA é responsável também por atender os pedidos de acesso à informação, com base na Lei de Acesso à Informação nº 12.257/2011, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/OUV/MAPA.

Complementarmente, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/MAPA) registrou um total de 2.736 pedidos de acesso à informação, dos quais 1.246 foram tratados segundo a Lei de Acesso à Informação (LAI), com uma taxa de resposta de 99,28% dentro do prazo legal, sem nenhum registro de omissão. Essa performance evidencia o comprometimento do MAPA com o direito fundamental de acesso à informação.

Tabela - Classificação das demandas

Total Recebido	Finalizados no SIC	Tratados nas Áreas técnicas	Reencaminhado para outros órgãos	Reclassificados
2736	199	1246	263	1028

Nesse sentido, no ano de 2023, em comparação com o ano de 2022 no qual foram recebidas 3.509 manifestações, representou redução de cerca de 23% em relação ao ano anterior.

Tabela - Quantidades de manifestações

2022	2023	%
3509	2736	23%

Adicionalmente, o MAPA enfrentou alguns recursos vinculados à LAI em diferentes instâncias, demonstrando um processo de revisão

transparente e responsável. Apenas No tocante à transparência ativa, o ministério cumpriu integralmente 48 dos 49 itens auditados pela CGU, colocando-o em posição de destaque no ranking de transparência ativa.

Esses resultados não apenas refletem a diligência e eficiência das unidades administrativas e áreas técnicas do MAPA na promoção de boas práticas de transparência, mas também fortalecem a cultura de transparência e conscientização sobre o direito de acesso à informação. O empenho contínuo em melhorar esses aspectos fundamentais assegura que o MAPA permaneça um modelo de gestão transparente e responsiva às necessidades da sociedade.

Tabela - Solicitações atendidas dentro do prazo

Atendidos no Prazo	Atendidos fora do Prazo
99,28%	0,722%

Da transparência passiva no ano de 2023 os pedidos de acesso à informação registrados na Plataforma [Fala.BR](#) tiveram pouca alternância entre os meses, tendo em média 103 pedidos mensais.

Tabela SOLICITAÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

JAN	114
FEV	134
MAR	106
ABR	76
MAI	113
JUN	70
JUL	63
AGO	111
SET	137
OUT	134
NOV	119
DEZ	69
TOTAL	1.246

Cabe salientar que no decorrido ano não houve omissão de respostas aos pedidos de acesso à informação formulados, reforçando a atuação, comprometimento e eficiência das áreas técnicas e unidades administrativas no desenvolvimento de boas práticas de transparência, pelo fomento à cultura de transparência e à conscientização do direito fundamental de acesso à informação.

No transcorrer do ano de 2023, após análise e qualificação dos pedidos de acesso à informação, o SIC submete as unidades administrativas do MAPA responsável pela informação custodiada ou produzida, sendo os assuntos da Secretaria de Defesa Agropecuária mais demandados no âmbito do MAPA.

É facultado ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo Federal, quando tiver pedido de acesso à informação negado, interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias. Do total de 1.246 pedidos no ano de 2023 o SIC/MAPA, 63 deles resultaram em recursos para autoridades em 1ª instância. sendo deferido 34,92%. Em 2ª instância foram interpostos 22 recursos para autoridade máxima do órgão, que deferiu apenas 22,73%. Em 3ª instância a Controladoria Geral da União - CGU recebeu 10 recursos interpostos posterior às decisões do MAPA, sendo 3 deferidos, 6 indeferidos e 1 pendente de julgamento.

Tabela - Qualificação dos pedidos de acesso à informação,

Pedidos	Recurso 1ª Instância	Recurso 2ª Instância	Recurso 3ª Instância	Recurso 4ª Instância
1246	63	22	10	0

Esse avanço é especialmente relevante considerando que a Plataforma Fala.Br se traduz como canal exclusivo para recebimento de denúncias, incluído os relatos de irregularidade direcionados para a fiscalização agropecuária. A posição proeminente da Plataforma Fala.Br, como canal único, reafirma a confiança e a credibilidade que o público deposita no trabalho desenvolvido pelo MAPA, evidenciando seu compromisso com os princípios de controle e participação social.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Gestão Orçamentária e Financeira

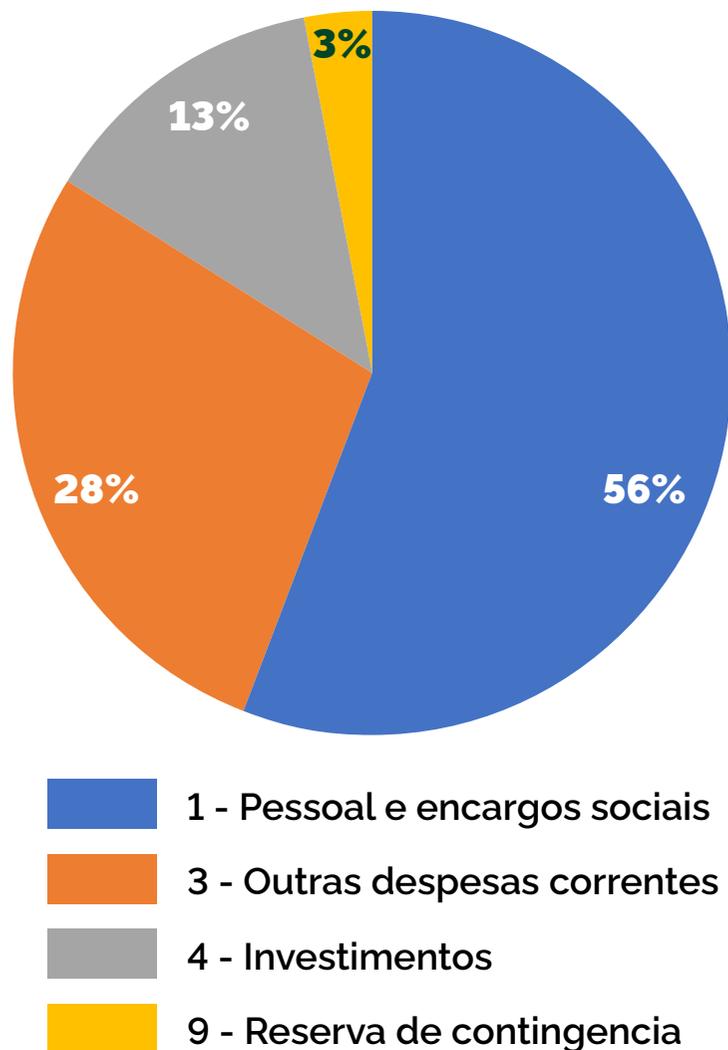
A dotação orçamentária da administração direta do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) totalizou R\$ 6,6 bilhões em 2023, o que representou uma redução de 10,5% do montante consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023, Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, resultado das alterações da organização básica dos Órgãos da Presidência da República e dos Ministérios promovidas pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

Importa ressaltar que o valor em comento contempla um crédito extraordinário de R\$ 200 milhões aberto pela Medida Provisória nº 1.177, de 5 de junho de 2023, convertida na Lei nº 14.696, de 11 de outubro de 2023, para o combate ao vírus da influenza aviária H1N1, responsável pela declaração de estado de emergência zoonossanitária em todo o território nacional por meio da Portaria MAPA nº 587, de 22 de maio de 2023..



Do valor supracitado, foram previstos R\$ 3,7 bilhões para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 0,8 bilhão para investimentos, R\$ 1,9 bilhão para outras despesas correntes e R\$ 0,2 bilhão para reserva de contingência, distribuídos conforme o gráfico a seguir:

Gráfico - Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza da Despesa (GND). Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2023)



Já a arrecadação das receitas próprias e vinculadas totalizou R\$ 94,9 milhões em 2023, o que indica uma redução de 72,2% em relação ao arrecadado no ano anterior, conforme tabela abaixo. Ressalte-se que a Portaria SOF/ME nº 14.956, de 21 de dezembro de 2021, alterou os códigos de Fontes de Recursos utilizados a partir de 1º de janeiro de 2023.

Arrecadação das Receitas Próprias e Vinculadas

Tabela - Arrecadação das Receitas Próprias e Vinculadas (em R\$ milhões).

Fonte de Recursos	Arrecadação	
	2022	2023
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		0,2
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		0,5
1052 - Recursos Livres da UO		73,0
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares		4,1
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional		0,3
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM		16,9
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	54,6	
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3,5	
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	23,5	
172 - Outras Contribuições Econômicas	0,3	
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	18,2	

Fonte de Recursos	Arrecadação	
	2022	2023
176 - Outras Contribuições Sociais	241,7	
Total	341,7	94,9

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2023)

Da dotação final autorizada para 2023, foram executados R\$ 6,3 bilhões, valor 24,5% menor que o registrado no exercício anterior. Destaca-se a queda das despesas com investimentos. Por outro lado, as despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um aumento de 3,7% em relação ao ano anterior, conforme quadro abaixo:

Execução Orçamentária por Grupo de Natureza da Despesa - GND

Tabela - Execução Orçamentária por Grupos de Natureza da Despesa - GND.

Grupo de Natureza da Despesa - GND	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)		Variação Percentual (%) 2023/2022
	2022	2023	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.523,2	3.652,7	3,7
3 - Outras Despesas Correntes	2.235,4	1.834,9	-17,9
4 - Investimentos	2.601,9	828,4	-68,2
5 - Inversões Financeiras	0,1	0,0	-100,0
Total	8.360,6	6.316,0	-24,5

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2023)

Do total empenhado em 2023, R\$ 3,7 bilhões referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais (57,8%), R\$ 0,8 bilhão a investimentos (13,1%) e R\$ 1,8 bilhão a outras despesas correntes (29,0%).

Segue, abaixo, a evolução da execução orçamentária e financeira nos últimos anos por Função, Grupo de Natureza da Despesa (GND) e Elemento de Despesa:

Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo (R\$ Milhões).

Função de Governo	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Pagas	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
09 - Previdência Social	2.120,5	2.234,2	2.120,0	2.234,1	1.980,1	2.067,8
20 - Agricultura	5.762,6	4.076,1	2.985,3	2.921,7	2.853,9	2.791,2
21 - Organização Agrária	471,6	0,0	468,4	0,0	468,4	0,0
28 - Encargos Sociais	5,9	5,6	5,9	5,6	5,4	5,0
Total	8.360,6	6.316,0	5.579,6	5.161,4	5.307,7	4.864,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2023)

Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo (em R\$ milhões)

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.302,4	1.302,3	1.206,0
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.162,9	1.161,6	1.052,4
03 - Pensões	924,1	924,1	854,6
13 - Obrigações Patronais	228,6	226,8	226,2
Demais Elementos	34,7	33,9	31,3
Total GND 1	3.652,7	3.648,7	3.370,4

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3 - Outras Despesas Correntes (em R\$ Milhões)

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 3 - Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
45 - Subvenções Econômicas	933,1	933,1	933,1
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	211,3	95,6	92,8
37 - Locação de Mão-de-Obra	144,3	127,2	125,3

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	50,4	41,4	38,9
93 - Indenizações e Restituições	50,6	49,8	47,4
46 - Auxílio-Alimentação	46,4	46,4	42,3
30 - Material de Consumo	35,2	20,7	20,5
41 - Contribuições	279,1	76,0	74,4
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	21,8	14,9	14,9
14 - Diárias - Civil	23,6	23,5	23,5
Demais Elementos	39,1	27,8	26,4
Total GND 3	1.834,9	1.456,5	1.439,5

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4 - Investimentos (em R\$ Milhões)

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 4 - Investimentos

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
42 - Auxílios	729,0	31,1	31,1
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7,0	0,6	0,6
51 - Obras e Instalações	18,9	7,0	7,0
52 - Equipamentos e Material Permanente	66,2	14,6	13,1
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,5	0,0	0,0
Demais Elementos	6,9	2,9	2,5
Total GND 4	828,4	56,2	54,1

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2023)

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira - Total (em R\$ Milhões)

Exercício 2023	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
Total	6.316,0	5.161,4	4.864,0

Do total da execução orçamentária em 2023, 38,12% refere-se aos programas das atividades finalísticas, com destaque para a Agropecuária Sustentável e Defesa Agropecuária, como segue:

Execução Orçamentária por Programa de Governo

Tabela - Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Programa de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
1031 - Agropecuária Sustentável	2.041,9	32,3
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.902,6	61,8
2202 - Defesa Agropecuária	365,9	5,8
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	5,6	0,1
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	0,0	0,0
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	0,0	0,0
Total	6.316,0	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2023)

Em relação às principais ações de governo, 57,8% estão relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais. Das demais despesas empenhadas, destacam-se o Fomento ao Setor Agropecuário (16,5%), a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (14,8%) e o Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA (3,2%).

Execução Orçamentária por Ação de Governo

Tabela - Execução Orçamentária por Ação de Governo.

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
Ações orçamentárias do Grupo de Natureza da Despesa (GND) 1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.652,7	57,8
000M - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	5,5	0,1
000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0,0	0,0
00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados	0,3	0,0
20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais	0,0	0,0
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	30,1	0,5

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	1,7	0,0
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	1.043,5	16,5
20ZY - Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau	10,9	0,2
21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	0,2	0,0
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	933,1	14,8
147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	0,4	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	68,0	1,1
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária	155,9	2,5
214X - Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário	6,4	0,1
214Y - Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	203,1	3,2
214Z - Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos	0,8	0,0
215A - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária	0,9	0,0

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	2,2	0,0
0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	0,1	0,0
2000 - Administração da Unidade	158,4	2,5
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	20,0	0,3
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	18,1	0,3
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	1,2	0,0
8593 - Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável	1,7	0,0
8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	0,3	0,0
8622 - Promoção do Cooperativismo e Associativismo para o Desenvolvimento Agropecuário	0,4	0,0
Total	6.316,0	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2023)

Gestão de Custos

Com relação às informações de custos para o Relatório de Gestão do Exercício de 2023 (RG 2023), informamos que o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA – não possui em sua estrutura orgânica uma setorial de custos para coordenação dessas atividades. Por meio da Portaria MAPA nº 48, de 05 de março de 2013 – publicada no Boletim de Pessoal nº 7, de 11 de março de 2013, foi instituído o Grupo Executivo do Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal – MPCUST.

Desde então, a apuração das informações de custos vem sendo implantada no MAPA, em conformidade ao art. 50, §3º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN 157, de 9 de março de 2011.

Para isso, utiliza-se o Sistema de Informações de Custos – SIC, gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que é o órgão central de custos do Governo Federal. Sendo lançado em 2017 o Portal de Custos do Governo Federal, com a intenção de fortalecer a transparência da gestão pública, evidenciando com maior clareza os recursos consumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A evolução da utilização de informações de custos no MAPA tem sido contínua, envolvendo todo um processo de conscientização, sensibilização e capacitação, inerentes à construção e retenção do conhecimento. A gestão de custos ficou mais abrangente após atualizações no Sistema de Informações de Custos – SIC, como a disponibilização da funcionalidade Detalhamento de Custos – DetaCusto e a criação da métrica VPD – que representa todo o consumo de recursos do Órgão ou Unidade Gestora conforme o regime de competência, contemplando consumo de estoques, depreciação, etc.

Deste modo, as informações de custo atendem à legislação aplicável, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF no seu âmbito de aplicação, gerando relatórios, no mínimo, pelos custos por programa e unidade administrativa, como também atende ao princípio de utilidade, em relação ao custo benefício positivo.

Contabilidade

Principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas e da evolução no exercício de 2023 em comparação com o exercício de 2022.

Tabela capital social e participação em outras sociedades, se aplicável.

Quadro: Composição do Capital Social			
Grupo de Contas	2023	2022	Variação%
Capital Social Realizado	3.121,52	3.406,90	-8,38%
- EMBRAPA	3.121,52	3.104,10	0,56%
- CONAB	0,00	302,80	-100,00%

Todo o Capital Social do MAPA agora está na EMBRAPA. Apesar da redução de 8,38% com relação à 2022 devido à saída da CONAB da pasta, houve um aumento de R\$ 14,72 milhões no Capital Social da EMBRAPA referente a recursos transferidos pelo Tesouro Nacional em 2022. E, em 2023 houve adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 27,66 milhões que deverá ser integralizado em 2024.

Resumo da situação financeira da UPC

Quadro : Receitas e Despesas (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	1.264,68	966,02	-298,66
Receitas de Capital	5.504,76	5.722,95	218,19
Total	6.769,44	6.688,97	-80,47
Grupo de Contas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo

Grupo de Contas	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Despesas Correntes	5.903,85	5.464,40	439,45
Despesas de Capital	7.210,56	7.223,37	-12,81
Reserva de Contingência	221,46	0,00	221,46
Total	13.335,87	12.687,77	648,10
Resultado Orçamentário (Receitas Realizadas – Despesas Empenhadas)	-5.998,80		

No encerramento de 2023, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 6,889 bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 12,688 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 5,999 bilhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura e Pecuária não é um agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Quadro: Informações Financeiras.

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022	Variação %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	3.494,88	3.910,76	-10,63
Fluxo das Atividades Operacionais	886,06	869,73	1,88
Fluxo das Atividades de Investimento	-335,17	-1.134,16	
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	550,89	-264,43	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	4.045,77	3.643,33	10,95

Fonte: Demonstrativo dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro – Siafi Web 2023

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 886,06 milhões, ou seja, os ingressos operacionais (receitas, remuneração das disponibilidades, transferências recebidas e outros ingressos operacionais) excederam os desembolsos operacionais (despesas, juros e encargos da dívida, transferências concedidas e outros desembolsos operacionais).

Com relação ao fluxo das atividades de investimento, os desembolsos (aquisição de ativo não circulante e concessão de empréstimos e financiamentos) excederam os ingressos (alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) gerando um fluxo negativo em R\$ 335,17 milhões. Houve uma geração líquida de caixa de R\$ 550,89 milhões. O saldo diminuiu pois, com o desmembramento do MAPA, parte do saldo final de 2023 foi transferido para órgãos desmembrados.

Quadro – Detalhamento Caixa e Equivalente de Caixa (Valores em Milhões de R\$).

Grupo de Contas	Saldo Financeiro	Variação %
Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira	0	0,00%
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	4.045,77	100,00%
Recursos da Conta Única Aplicados	3.625,10	89,60%
Bancos Conta Movimento	0,10	0,00%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	0	0,00%
Limite de Saque – Órgão e Entidades	420,57	10,40%
TOTAL	4.045,77	100,00%

Fonte: Balancete MAPA-Órgão Superior –Administração Direta e Fundos - Siafi 2023

Com relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa, 83,88% refere-se a Recursos Aplicados do FUNCAFÉ a serem resgatados (conta única). A conta Aplicações Financeiras e Liquidez imediata contém saldos do Fundo de Terras a serem resgatados (extra mercado) e a conta Limite de Saque refere-se a recursos liberados pelo Tesouro para pagamento das obrigações.

Quadro: Operações Funcafé – Jan a Dez de 2023 (Valores em bilhões R\$).

Liberado em 2023	Aplicado em 2023	Devolvido em 2023
6,16	4,89	6,3
Liberado em 2023: valores liberados de janeiro a junho referente aos contratos do ano-safra 2022-2023 e de agosto a dezembro referente aos contratos do ano-safra 2023-2024.		
Aplicado em 2023: total tomado pelos beneficiários das linhas de crédito do Funcafé (produtores, cooperativas, indústrias e exportadores).		
Devolvido em 2023: valor reembolsado ao Funcafé oriundos de contratos em execução (recurso devolvido sem aplicação, valores referentes a principal, juros e selic reembolsados ao Fundo via GRU).		

Fonte: Sistema Funcafé e SISGRU.

Outras informações em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cale/funcafe>

Quadro – Principais Grupos de Contas do Balanço Patrimonial (Valores em Milhões de R\$).

Grupo de Contas	2023	2022	Variação %
ATIVO CIRCULANTE	4.749,97	5.897,41	-19,46
Caixa e Equivalente de Caixa	4.045,77	3.646,34	10,95
Créditos Curto Prazo	686,87	2.236,48	-69,29
Estoques	17,34	14,60	18,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.398,37	20.420,47	-44,18
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.172,30	10.417,42	-31,15
Investimentos	0,00	0,00	
Imobilizado	4.188,21	9.962,69	-57,96
Intangível	37,87	40,36	-6,17
TOTAL DO ATIVO	16.148,34	26.317,88	-38,64
PASSIVO CIRCULANTE	796,50	883,96	-9,89
Obrigações a Curto Prazo	706,40	779,04	-9,32
Demais Obrigações a Curto Prazo	90,10	104,91	-14,12
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	315,86	315,86	0,00
TOTAL DO PASSIVO	1.112,36	1.199,82	-7,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.035,98	25.118,07	-40,14
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	
Resultados Acumulados	14.827,84	25.118,07	-40,97
Outros	208,14	0,00	100,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.148,34	26.317,89	-38,64

Fonte: Balanço Patrimonial MAPA-Órgão Superior – Siafi Web 2023

Do total do Ativo, 29,41% equivale ao Ativo Circulante e 70,59% ao Ativo Não Circulante. Sendo que 85,17% do Ativo Circulante refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa. Outros saldos relevantes do circulante referem-se a valores a receber decorrentes dos autos de infração aplicados

e aos Termos de Execução Descentralizadas concedidos pendentes de prestação de contas. Com relação ao Ativo Não Circulante, o saldo mais relevante refere-se a valores a receber a longo prazo de empréstimos e financiamentos concedidos pelo FUNCAFÉ, que são recursos destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o custeio de lavouras, comercialização e aquisição de café, capital de giro de indústrias e cooperativas e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas. Com relação às obrigações do MAPA, 71,63% referem-se a obrigações de curto prazo essencialmente relacionadas com a folha de pagamento (salários, remunerações, benefícios previdenciários e assistências e encargos sociais) e pagamento a fornecedores e credores nacionais.

Os Demonstrativos Contábeis consolidados do MAPA e suas Notas Explicativas, assim como as Declarações do Contador são publicadas no Acesso à Informações no sítio eletrônico do MAPA:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023. Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgãos colegiados. As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do MAPA e de sua entidade no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal (MAPA, Funcafé e EMBRAPA).

As Demonstrações Contábeis do MAPA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigido pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis do MAPA são tratadas de forma abrangente, contemplando a Empresa vinculada, que, no entanto, possui Setor de Contabilidade próprio. O relacionamento do MAPA com essa entidade é realizado por meio do responsável contábil:

Quadro - Responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA

Entidade Subordinada	Contador Responsável	Função/Cargo	CRC	Período de Atuação
EMBRAPA	Neuraci dos Santos Souza de Almeida	Analista - A	DF-015162/O-4	Desde 01/07/2023 (BCA - 34 - Portaria 647)

**MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO